

Relatório de Atividades e Contas



2012





Índice

Corpos Gerentes.....	4
Organograma	6
Quadro dos Responsáveis e Funções	7
1. Apresentação	8
2. Atividades dos Corpos Gerentes e do Conselho Geral.....	14
2.1. Assembleias Gerais	14
2.2. Mesa Administrativa	14
2.3 Definitório	14
2.4. Conselho Geral	14
3. Apoio Social – Infância	15
3.1. Creche e Jardim de Infância	15
3.2. Centro de Acolhimento Temporário (CAT)	17
4. Apoio Social – Terceira Idade	21
4.1. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	21
4.2. Centro de Dia	23
4.3. Serviço de Apoio Domiciliário	25
5. Outras Atividades – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Conde das Devezas	34
6. Apoio à Família - Departamento de Intervenção Comunitária	37
6.1. Admissões	38
6.2. Internamento Temporário	40
6.3. Família e Comunidade – Intervenção Comunitária (DIC)	41
6.4. Atribuição de Apoios Sociais	41
6.5. Apoios concedidos pelo DIC nos últimos anos	43
7. Banco de Material para Doentes.....	43
8. Programa de Emergência Alimentar – Rede Solidária de Cantinas Sociais.....	45
9. Área Saúde	48
9.1. Clínica Fisiátrica	48
9.2. Farmácia da Misericórdia	50
10. Gabinete de Comunicação e Imagem da Misericórdia de Gaia	52
10.1. Revista Laços de Amor	52
10.2. Site da Misericórdia de Gaia	53
10.3. Rede Social Facebook	53



10.4. Relações públicas	56
10.5. Publicidade	57
10.6. Assessoria de imprensa	57
10.7. Gastos	58
10.8. Rendimentos	59
10.9. Autofinanciamento	59
11. Qualidade	60
12. Património Imóvel.....	62
12.1. PROGRAMA POPH – Medida 6.12.	62
12.2. PROGRAMA MODELAR – 2.ª Fase.	63
12.3. Património – Quinta das Devezas	64
12.4. Obra do Arquivo Geral	65
12.5. Atividade Corrente	66
12.6. Plataformas Eletrónicas	68
13. Recursos Humanos.....	69
13.1. Formação	69
13.2. Acidentes de Trabalho	70
13.3. Absentismo	71
13.4. Higiene e Segurança no Trabalho	73
13.5. Recursos Humanos – Quadro de Pessoal	74
13.6. Fluxo de Saídas	75
13.7. Sistema de Avaliação e Desempenho	75
13.8. Quadro de Recursos Humanos por Grupos Etários	76
13.9. Quadro de Recursos Humanos por Antiguidade	77
13.10. Níveis de Habilitações dos Recursos Humanos	78
14. Voluntariado.....	79
14.1. Caracterização do Voluntariado	80
14.2. Descrição das atividades desenvolvidas pelos voluntários	81
14.3. Acontecimentos	82
15. Parcerias. Protocolos.....	83
16. Participações	85
17. Assistência Religiosa.....	85
18. Comemorações e Realizações Diversas.....	86
19. 1.ªs Jornadas de Envelhecimento Ativo	87



20. "A Misericórdia... A Santa Casa de Vila Nova de Gaia"	88
21. X Congresso Internacional das Misericórdias	88
22. Participações do Exmo. Senhor Provedor, no ano de 2012, em representação da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia	91
23. Atividade Corrente de 2012	95
Gestão Corrente	96
24. Proposta de aplicação de resultados	99
25. Legados e Doações	100
26. Tombo dos Irmãos.....	100
26.1. Admissões	100
26.2. Desistências e Falecimentos	101
26.3. Irmãos Honorários	101
26.4. Irmãos Beneméritos	102
26.5. Movimento de Irmãos em 2012	102
27. Agradecimentos	103
Balanço, demonstração e Anexo	105
Parecer do Definitório.....	143
Certificação Legal das Contas.....	145



Corpos Gerentes

Triénio de 2012/2014

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Prof. Eng.º Joaquim Manuel V. Poças Martins	Presidente Efetivo
Prof. Dr. Armando Sousa Nogueira	Presidente Suplente
Eng.º António Santos Silva Grangeia	Secretário
Dr.ª Engrácia Maria da Costa Tavares	Secretário
Ângelo Gomes de Sá	Secretário Suplente
Francisco Manuel Martins Almeida Campos	Secretário Suplente

MESA ADMINISTRATIVA

Efetivos

Joaquim Lima Moreira Vaz	Provedor
Artur Almeida Leite	Vice-Provedor
Sílvio Pinto da Silva Ribeiro	Secretário
Jorge Manuel Silva Soares	Tesoureiro
José Fernando Dias Pereira	Mesário
Dr. Pedro Altino Nobre Moreira da Silva	Mesário
Dr.ª Ana Pinto Ramos	Mesária
Manuel António Vilaça Costa	Mesário
Valentim Manuel da Silva Machado	Mesário

Suplente

Arqt.º António Manuel Lacerda Vieira

**DEFINITÓRIO**

Dr. António José Ramalho Monteiro	Presidente
Américo Ferreira Camarinha	Vogal
Dr. Paulo Alexandre Fernandes Pardal	Vogal

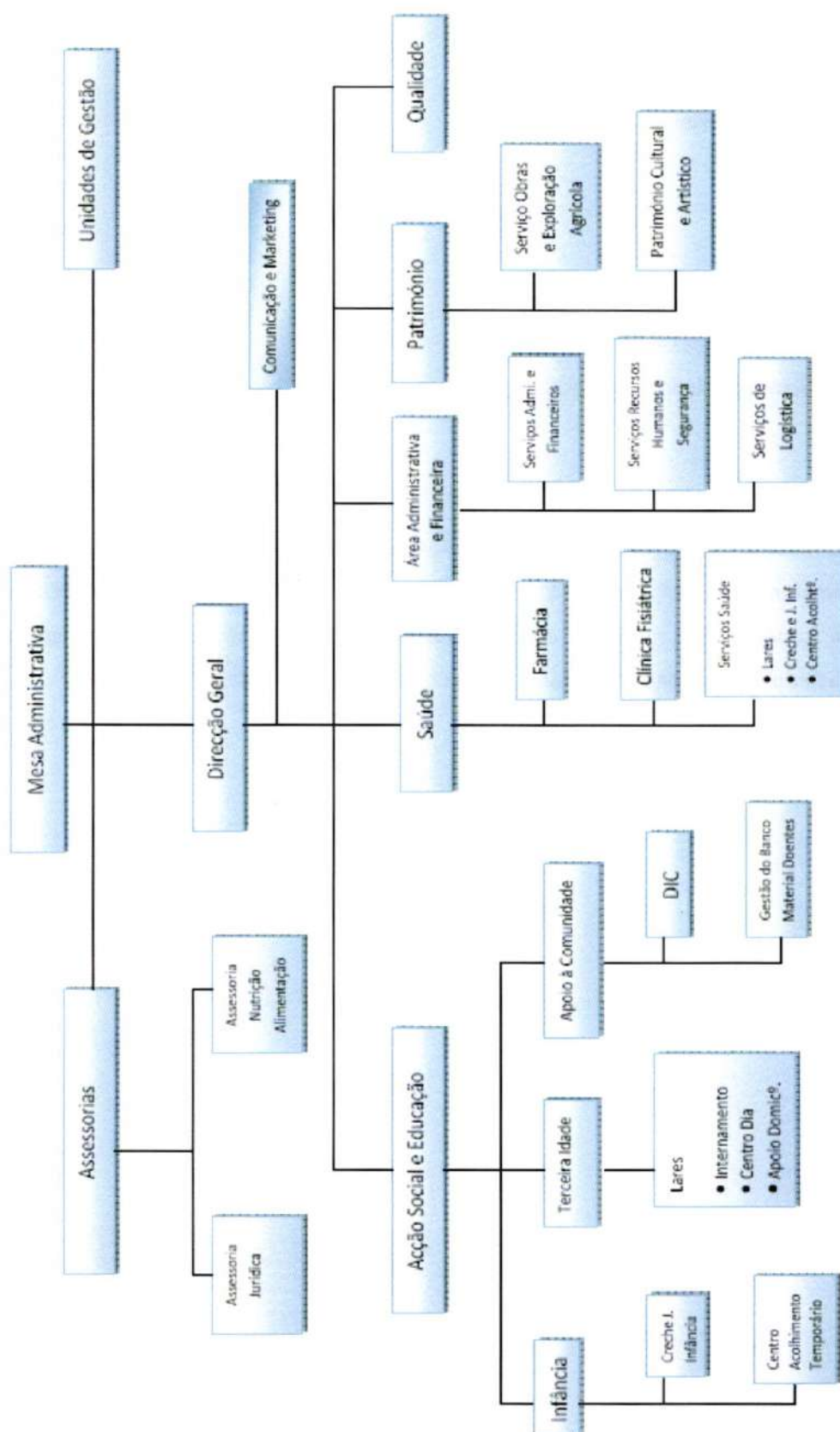
Suplentes

Carlos Manuel Salgueiral Morais
Manuel Correia Gomes
Adriano Martinho Pinto da Silva

Nota: Os Mesários Senhores Dr. Delfim Manuel Magalhães Sousa, por motivo de conclusão de doutoramento, e o Eng.º Joaquim José Magalhães R. Ferraz Brandão, por motivo de saúde, pediram suspensão dos mandatos e foram substituídos pelos Mesários Suplentes, Senhores Dr.ª Ana Pinto Ramos e Manuel António Vilaça Costa, respetivamente.



Organograma



**Quadro dos Responsáveis e Funções****FUNÇÃO****RESPONSÁVEL****Serviços Centrais**

Diretor Geral

João Paulo Araújo Coelho, Dr.

Chefe de Divisão de Apoio à Ação Social

Célia Luísa S. Fortuna Rodrigues, Dr.^a

Chefe Serviços Administrativos e Financeiros

Luís Pedro Domingues João, Dr.

Chefe Serviços Rec. Humanos e Segurança

José Mário Silva Resende, Dr.

Chefe Serviço Logística

João Ferreira Augusto, Dr.

1.^a e 2.^a Infância

- Diretora da Creche e Jardim de Infância

Maria João Soares Teixeira, Dr.^a

- Diretora Técnica Centro de Acolhimento

Cármem Lúcia Sousa, Dr.^a**3.^a Idade**

- Diretora Técnica da Unid. Salvador Brandão

Maria Irene Pinto Fontoura, Dr.^a

- Diretora Técnica da Unid. A. Almeida Costa

Helena Rafaela S. Pereira Ferreira, Dr.^a

- Diretora Técnica da Unid. Lar José Tav. Bastos

Fernanda Maria Fer.^a Leite Morgado, Dr.^a

- Diretora Técnica da Unid. Res. Conde Devezas

Dália Maria Ferreira Esteves, Dr.^a**Apoio à Família**

- Chefe do DIC – Depart. de Int. Comunitária

Maria Beatriz S. P. Pereira Lima, Dr.^a**Serviços Saúde**

- Diretora Clínica da Clínica Fisiátrica

Maria Isabel Moutinho Vilela, Dr.^a

- Diretora Técnica da Farmácia Social

Renata Luísa Carvalho Rosa, Dr.^a**Outros Serviços**- Chefe do Serviço de Obras e da Exploração
Agrícola

Fernando Paulino Mourão Freitas Leite



1. Apresentação

Prezadas Irmãs e Irmãos,

De acordo com a alínea e) do Artigo 45.º do Compromisso da Irmandade, a Mesa Administrativa vem apresentar aos Irmãos o Relatório de Atividades e as Contas de Gerência referentes ao exercício do ano de 2012, o primeiro do seu mandato.

Poderemos afirmar que foi um ano atípico pelas situações vividas e que não eram previsíveis. Foi também marcado pela saída, em outubro, do Sr. Luís Marques Gomes, Assessor da Provedoria, que expressou, por carta dirigida ao Provedor, a sua vontade em se desvincular da sua função, vontade que foi respeitada. Assim, e desde então, o Dr. João Paulo Coelho vem assumindo em pleno a função que lhe foi confiada pela Mesa Administrativa, por proposta do Provedor, que o acompanha e apoia na sua missão.

A reestruturação da organização continuou a ser feita com permanentes reajustamentos, na medida em que qualquer mudança leva o seu tempo, e a sociedade, em constante evolução, assim o exige. Devemos ter presente que esta Reforma Administrativa, iniciada em 2009, precisa de uns bons anos para ser eficaz e para produzir frutos, já que não é fácil mudar mentalidades e hábitos. No entanto, o caminho determinado pelo Provedor e aprovado pela Mesa Administrativa, visando o equilíbrio e a sustentabilidade da Instituição, tem de ser seguido para transmitir tranquilidade não só aos Irmãos, Órgãos Sociais, Utentes e seus familiares e aos Colaboradores, mas também às Entidades que nos tutelam e acompanham a nossa dinâmica e vigiam a ação social que desenvolvemos nas variadas respostas sociais, através de uma administração/gestão de transparência, rigor e verdade. Estes são valores que muito prezamos e desejamos manter enquanto responsáveis pela Instituição, por vontade dos Irmãos, e que, podem estar cientes, serão realizados com o nosso trabalho empenhado e determinado por forma a transformar a nossa Misericórdia numa Instituição mais ativa, inovadora e moderna.

Como vem sendo norma, queremos destacar algumas iniciativas mais marcantes neste ano de 2012:

Dia da Irmandade. Foi celebrado no dia 26 de junho, no Salão Nobre da nossa Sede, porque era o melhor local para a apresentação do Livro da Misericórdia, editado pela nossa



Irmandade, o qual se deve ao nosso Irmão Fernando António da Silva Correia, que nos brindou com um excelente trabalho, e que mereceu elevados elogios de diversas personalidades. A presença e intervenção de um convidado especial, o Exmo. Senhor Dr. António José Bagão Félix, ex - Ministro da Segurança Social e ex - Presidente da Assembleia Geral da União das Misericórdias Portuguesas, foi também uma excelente presença que a nossa Irmandade recebeu, neste seu 83.º aniversário. Este momento revelou-se ainda uma oportunidade para os Irmãos e convidados poderem rever o Salão Nobre, depois de algumas melhorias realizadas, sobretudo, na recuperação dos seus tetos.

A entronização de novos Irmãos que foram admitidos desde julho de 2011 até junho de 2012 constituiu um importante momento, na medida em que revitaliza o Tombo dos Irmãos em ordem ao futuro, e que enriquece a nossa Irmandade, não só no plano humano, como no social. A gratidão para com os funcionários que completaram 25 e 50 anos de serviço e para aqueles que por limite de idade ou por sua livre iniciativa se reformaram continua a ser um marco neste dia para que a recordação da sua ligação à Instituição seja exaltada, como é de justiça. Por sua vez, o ingresso de novos voluntários no Serviço de Voluntariado (Corpo de Voluntários) da nossa Misericórdia constituiu também uma mais-valia, uma vez que o dom do acolhimento não pode ser esquecido no Dia da Irmandade, por ter um sabor especial.

Comunicação e Imagem. Vem sendo uma área importante que a Mesa Administrativa continua a acarinhar, quer interna, quer externamente, através da revista “Laços de Amor”. Esta publicação, que passou a ser trimestral, por uma questão de contenção de gastos, contribui fortemente para que tenhamos os nossos utentes ativos e as suas mentes ocupadas com a produção de trabalhos literários muito interessantes e, por essa via, com envelhecimento mais saudável.

As redes sociais, nomeadamente, o Facebook, continuam a dar uma maior visibilidade à nossa Instituição, e os órgãos de comunicação - jornais regionais ou diários da cidade do Porto, rádio e televisão - procuram entrar em contacto connosco, pedindo-nos para participar em programas sobre vários temas.

Temos consciência que a exposição da nossa Instituição nos responsabiliza e exige de todos - dirigentes e dirigidos - uma maior atenção à problemática social, por isso, devemos procurar dar as respostas sociais que a atual conjuntura socioeconómica reclama, pois essa é a missão das Instituições que atuam no terceiro sector - o da economia social.

Festa da nossa Padroeira “Nossa Senhora da Misericórdia”. Continuamos a dar o merecido brilho a esta Festa, que se celebra sempre no dia a ela consagrado - 31 de maio - ou



no sábado ou domingo mais próximo. Neste ano de 2012 coube à Comunidade Paroquial da Madalena receber o cortejo litúrgico que, numa manifestação pública de Fé, partiu do Lar José Tavares Bastos, com a imagem de Nossa Senhora, transportada em ombros pelas colaboradoras da unidade, até à Igreja Matriz, seguindo-se uma Celebração Eucarística de Ação de Graças, presidida pelo Reverendo Padre António da Silva Martins, mui digno Pároco daquela Paróquia e nosso Irmão.

Formação Profissional. A Mesa Administrativa prosseguiu a linha de ação traçada de otimização dos recursos humanos da Instituição, através de um significativo esforço na Formação Profissional. Este processo que teve o seu início em 2010 e que se prolonga até 2014 tem envolvido um grande número de colaboradores, em percentagem nunca antes alcançada, tendo representado para eles e para a Instituição uma mais-valia, por força dos conhecimentos e competências que todos adquiriram, não só a nível pessoal, como profissional.

1.ªs Jornadas Envelhecimento Ativo – Adultos Maiores: Um Recurso Vital para a Sociedade. Como o ano de 2012 foi considerado pela Comunidade Europeia o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, decidimos organizar um evento que foi bem acolhido e apoiado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, pela Coordenadora Nacional do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações, Exm.ª Senhora Dr.ª Maria Joaquina Madeira, pelo Centro Distrital do Porto da Segurança Social e pelo Secretariado Distrital do Porto da União das Misericórdias.

As Jornadas abordaram temas de grande interesse, contaram com a participação de ilustres Conferencistas e, em paralelo, foram apresentados pelas Instituições e pelos seus Técnicos muitos trabalhos e exposições de elevada qualidade, contribuindo, assim, para abrilhantar esta realização.

Dada a sua importância, este evento mereceu a visita do Senhor Secretário de Estado da Segurança Social, Dr. Marco António Costa, que nos brindou com uma intervenção de grande qualidade.

X Congresso da Confederação Internacional das Misericórdias. A realização do X Congresso Internacional das Misericórdias em setembro de 2012, nas cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia, com as nossas Misericórdias como anfitriãs e em estreita colaboração com a Confederação Internacional das Misericórdias e a União das Misericórdias Portuguesas, sob o lema “Unidas para multiplicar – Promotoras de Modernidade e Inovação”, constituiu um momento de encontro Mundial das Misericórdias.



Foi uma excelente e única oportunidade para a nossa Misericórdia se dar a conhecer, tendo o último ato do Congresso – apresentação da medalha – decorrido no nosso Salão Nobre, com a presença de representantes das Misericórdias de Portugal, da Itália, do Brasil, do Luxemburgo, de Paris, de Angola, de Macau entre outras.

Inventariação dos Bens culturais e de valor patrimonial e artístico. Deu-se continuidade a um trabalho iniciado em 1999 e que tendo sido interrompido, foi concluído em 2012. Assim, e pela primeira vez, a nossa Misericórdia tem um inventário devidamente organizado dos bens móveis de maior valor, nomeadamente, os de ouro e prata que, depois de identificados, referenciados e fotografados foram depositados num cofre alugado de uma instituição bancária com quem a Misericórdia mantém relações comerciais.

Recuperação do Património em geral e dos Equipamentos Sociais. Iniciámos o processo da legalização e licenciamento dos equipamentos sociais, por força das disposições legais e em ordem à implementação de um Plano de Emergência de Segurança em cada um deles, com vista à segurança de pessoas e bens, bem como para defesa dos seus direitos e cumprimento das obrigações contraídas pela Instituição na celebração dos contratos.

Centro de Acolhimento Temporário (CAT). A nossa persistência em lutar por melhores instalações e pela adequada segurança e bem-estar das crianças que acolhemos no Centro de Acolhimento Temporário de Nossa Senhora da Misericórdia foi reconhecida por Sua Excelência o Senhor Ministro da Solidariedade e Segurança Social, que atribuiu à nossa Misericórdia um subsídio, através do Fundo do Socorro Social, para apoio das obras de adaptação das antigas instalações do ATL.

Continuamos, no entanto, a precisar de mais madrinhas e padrinhos que, com a sua ajuda, permitam que aquelas crianças sejam amadas e acarinhadas e encontrem um projeto para as suas vidas. Por isso, não vamos desistir de apelar a todos os Irmãos e à Comunidade gaiense nesse sentido.

Arquivo Documental. Podemos afirmar com satisfação que o sonho de reunir todo o acervo documental num único espaço vai ser uma realidade muito em breve, e de forma a podermos garantir o seu tratamento para memória futura.

Festas Natalícias. Seria injusto não realçar o brilho muito especial que as Diretoras, com as suas Animadoras Socioculturais, deram à organização das Festas de Natal nos seus equipamentos, com motivos novos e com a participação de utentes, colaboradores e voluntários, o que demonstra o quanto é importante envolver toda a Comunidade na



preparação da vivência do Natal, que celebra o maior acontecimento da história da Humanidade, o nascimento de Jesus, e cujo mistério continua a apaixonar todos os Homens.

Contas auditadas. Para tranquilidade da Mesa Administrativa, dos restantes Corpos Gerentes e dos Irmãos em geral, a nossa gestão e a contabilidade da Instituição vem sendo acompanhada por um Revisor Oficial de Contas (ROC) que auditou, a exemplo de outros anos, e acompanhou a nossa gestão de 2012. Nesse sentido, emitiu o seu parecer anexo ao Relatório para ser apreciado pelos Irmãos.

Sistema de Avaliação de Desempenho. A Mesa Administrativa continua a pautar a sua ação pela transparência da sua administração e gestão, apostando no profissionalismo e na melhoria dos níveis de qualidade dos seus colaboradores, no desempenho das suas funções e tarefas e, por isso, investiu na implementação do sistema de avaliação, através de uma empresa externa. Só com a consciente disponibilidade de todos os colaboradores para adquirirem mais formação e competências se atingirá o patamar de qualificação da Instituição em ordem à certificação.

Volto de novo a referir a minha esperança nesta Mesa Administrativa, composta por Irmãos mais jovens, que acreditam ser possível fazer mais e melhor Misericórdia, e que à medida que melhor conhecem a nossa Instituição, mais se comprometem com a Cultura de Misericórdia, e que serão no futuro a garantia da continuidade do bem-fazer em prol dos mais carenciados e frágeis do nosso Concelho, não só com a sua experiência de serviço no voluntariado social, mas também da prática das catorze Obras de Misericórdia.

Posso, por isso, afirmar que foi mais um ano de intenso trabalho, na busca de soluções para os problemas que foram surgindo no dia a dia. Por razões alheias à nossa vontade, dois membros efetivos da Mesa apresentaram ao Presidente da Assembleia Geral pedidos de suspensão dos mandatos para que foram eleitos e, de acordo com o Compromisso em vigor, foram substituídos pelos Irmãos suplentes. Dessa forma, a Mesa Administrativa prosseguiu o rumo traçado, cumprindo o Plano de Atividades aprovado para o ano de 2012, com sentido de responsabilidade e de respeito pelos demais Órgãos Sociais.

No documento apresentado sob o título Relatório de Atividades de 2012, os Irmãos dispõem de uma informação pormenorizada dos atos administrativos e de gestão, dignos de registo, ocorridos naquele ano, bem como dos dados estatísticos em números e em gráficos elucidativos de uma gestão transparente, e de todos os concursos lançados na plataforma de compras, cumprindo-se assim todos os requisitos legais, eliminando-se qualquer tipo de suspeita.

O trabalho realizado pela Mesa deve-se a uma equipa de Irmãos, apoiados pelos Técnicos profissionais ao serviço da Instituição, que designamos de “Quadro Superior da Instituição”, dadas as suas funções de direção e gestão, e pela colaboração das Entidades Públicas e Privadas. É nosso dever agradecer o apoio, a confiança, a entreaajuda das mais relevantes, destacando o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, o Centro Distrital do Porto da Segurança Social, a Administração Regional de Saúde do Norte, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o Centro de Emprego de Vila Nova de Gaia, a União das Misericórdias Portuguesas, a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, o Rotary Clube de Vila Nova de Gaia, os Bombeiros Voluntários de Coimbrões, o Grupo dos Mareantes do Rio Douro, a Comunidade Paroquial Madalenense, o Ordinário Diocesano, bem como a outras Entidades, sejam os nossos fornecedores, sejam as Instituições Bancárias com as quais vimos mantendo relações comerciais e que de alguma forma nos ajudaram na prossecução dos nossos objetivos sociais.

Aos Voluntários que estão integrados no Corpo de Voluntariado da Misericórdia, que vem sendo enriquecido com novos voluntários e que, de uma forma dedicada, se entregam ao serviço dos nossos utentes nas diversas unidades de exploração, seja nos Lares, seja na Creche e Centro de Acolhimento Temporário de Crianças em Risco Social, a nossa profunda gratidão.

Aos Colaboradores da nossa Instituição queremos agradecer o seu trabalho empenhado e dedicada colaboração na execução das suas tarefas que lhe estão confiadas, prestando assim um serviço social que marca a diferença, engrandecendo a nossa Misericórdia, por isso, lhes manifestamos publicamente o testemunho do nosso apreço.

Vila Nova de Gaia, 27 de fevereiro de 2013

O Provedor,



Joaquim de Lima Moreira Vaz



2. Atividades dos Corpos Gerentes e do Conselho Geral

2.1. Assembleias Gerais

No ano de 2012, a nossa Irmandade reuniu em Assembleia Geral, nas seguintes datas:

- Em 29 de março de 2012, para apreciação, discussão e votação do Relatório da Mesa Administrativa e do Balanço e Contas de Gerência do exercício de 2011, documentos que foram aprovados por unanimidade e aclamação;
- Em 14 de novembro de 2012, em Assembleia Geral Ordinária, foram aprovados por unanimidade os seguintes documentos: o Plano de Atividades, o Orçamento de Exploração Previsional; o Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos para 2013.

2.2. Mesa Administrativa

Ao longo do ano, a Mesa Administrativa reuniu quinzenalmente, num total de 24 (vinte e quatro) sessões ordinárias e por 3 (três) vezes, em sessão extraordinária.

Ao mesmo tempo, assegurou o funcionamento de todas as atividades desenvolvidas pela Santa Casa e a realização de todos os projetos, planos e objetivos.

2.3 Definitório

Este Órgão acompanhou a atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa, analisando não só as peças financeiras que lhe foram sendo fornecidas com regularidade, mas também outros elementos que acharam oportuno solicitar, emitindo pareceres e apresentando recomendações.

2.4. Conselho Geral

Este Órgão teve em 2012 como seu Coordenador o Irmão Sr. Dr. Artur Alberto Falcão Lopes Cardoso e como Relator o Irmão Sr. Rui Pinto Aguiar e reuniu trimestralmente, conforme prevê o Compromisso.

3. Apoio Social – Infância

3.1. Creche e Jardim de Infância

3.1.1. Creche

Concluídas as obras de ampliação das instalações da Creche, para uma capacidade de 73 crianças, durante o ano de 2012 a sua lotação esteve sempre ocupada e não foi possível dar uma resposta adequada à lista de espera existente.

Em 31 de dezembro de 2012, a lotação da Creche distribuía-se de acordo com o quadro seguinte:

RESPOSTA SOCIAL	CRECHE			TOTAL
SALAS	BEBÉS	1 ANO	2 ANOS	
N.º CRIANÇAS	16	26	31	73

Quanto à resposta social de Pré-escolar, a situação em 31 de dezembro de 2012 era mais preocupante.

Em 2012 estavam a frequentar o Pré-escolar 80 crianças, o que levava a questionar o futuro desta resposta social, dado o aumento das dificuldades económicas das famílias com o desemprego e o decréscimo do rendimento disponível. Esta situação provocou a redução das mensalidades e, mesmo, a retirada dos alunos da Instituição, verificando-se, assim, que a frequência em 2012 foi inferior à de 2011 (em 31 de dezembro de 2011, 87 alunos contra os 80 em 31 de dezembro de 2012).

Esta situação, seguramente, será revista no decurso do ano de 2013 por parte da Segurança Social, uma vez que o atual Acordo de Cooperação que a Instituição tem em vigor para esta resposta social é de 95 alunos e está acima das necessidades atuais.

No entanto, a Instituição continua a trabalhar no sentido de minimizar esta situação, procurando captar novos alunos para esta resposta social, por forma a minorar o problema por que está a atravessar e que é transversal a todas as Santas Casas e demais IPSS's que têm esta resposta social.

A União das Misericórdias Portuguesas e a Segurança Social estão sensibilizadas com esta realidade, porque a sustentabilidade desta resposta social poderá estar condicionada. A continuar a redução do número de alunos, é inevitável equacionar a sua reestruturação.



O quadro seguinte apresenta a distribuição do número de alunos do Pré-escolar em 31 de dezembro de 2012:

RESPOSTA SOCIAL	PRÉ-ESCOLAR				TOTAL
SALAS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	SALA MISTA	
N.º CRIANÇAS	23	20	19	18	80

3.1.2. Projeto Educativo

Continuamos a explorar o **Projeto Educativo: EDU(BRIN)CAR**, dada a sua dimensão abrangente. Esta temática baseia-se na importância que as brincadeiras assumem no processo global de desenvolvimento e aprendizagem da criança. É evidente que o jogo e as brincadeiras são a atividade normal da criança em idade pré-escolar, uma vez que é pelo jogo que a criança descobre o mundo. É uma atividade total que permite à criança mobilizar a sua energia em todos os domínios: energia corporal, imaginativa, energia criativa que a leva a desenhar, a construir, a recortar e colar.... Se o Jardim de Infância é considerado como uma “entidade original” que oferece um modelo educativo específico, também é nele que a criança vai ter oportunidade de colocar em ação e de estabilizar as suas atitudes pessoais – um espaço para atividades onde tem iniciativas, o jogo livre, um espaço de jogo organizado, através de sugestões dadas mas que a criança utiliza livremente e ainda um espaço para o jogo dirigido, organizado pelo adulto, este último com objetivos precisos.

Para além de focalizar a atenção da grande importância do ato de brincar, este projeto reflete uma especificidade e uma maneira de estar e agir própria da educação Pré-Escolar que é “a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida.

Este projeto de trabalho para o ano letivo – **EDU(BRIN)CAR** - é um processo que se foi e irá construindo em grupo, com a participação de toda a comunidade educativa

3.1.3. Atividades pedagógicas

Além do trabalho pedagógico definido por cada Educadora de Infância para o seu grupo de crianças, concretizado em atividades de sala ou em conjunto com outras salas, foram realizadas ainda várias outras atividades.

3.2. Centro de Acolhimento Temporário (CAT)

3.2.1. Admissões e Saídas

Em 2012 foram admitidas 6 crianças e saíram 6 com os seus projetos de vida definidos, tendo esta Unidade no decurso do ano a sua lotação máxima (15 crianças) quase sempre preenchida.

Distribuição dos menores que permaneceram no CAT por sexo e idade, de janeiro a dezembro de 2012

	- 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	+ 6 anos	Total
Fem.	2	4	1	2	0	2	0	2	13
Masc.	0	4	0	0	1	1	0	0	6
Total	2	8	1	2	1	3	0	2	19

Verificou-se, durante o ano de 2012, uma rotatividade de 19 crianças neste CAT, num total de 15 vagas, e uma maior permanência de crianças até 2 anos de idade (11 em 19).

Diagnóstico clínico das crianças que permaneceram no Centro de Acolhimento Temporário em 2012

<u>Diagnóstico Clínico</u>	<u>Crianças</u>
Atraso de Desenvolvimento Global	3
Atraso mental (com probabilidade de autismo)	1
Epilepsia	1
Sem problemas de saúde	14
TOTAL	19

Conforme se verifica no quadro, durante o ano de 2012 tivemos 5 crianças com necessidades de cuidados de saúde. Três destas 19 crianças frequentaram terapias no exterior (terapia da fala três vezes semanais, fisioterapia duas vezes por semana na Clínica Fisiátrica da Misericórdia de Gaia e terapia da criança autista na sala Snoezelen na CerciGaia uma vez por semana.

Beneficiámos do apoio de uma Educadora de Ensino Especial da Equipa Local de Intervenção (ELI Gaia/Espinho), através do SNIP - Serviço Nacional de Intervenção Precoce. Temos 4 crianças a beneficiarem deste apoio.

É de realçar que muitas destas crianças frequentam consultas externas no Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, das especialidades de Neuropediatria, Desenvolvimento, Otorrino, Oftalmologia, Neonatologia, entre outras.

**Projeto de vida dos menores que saíram no ano de 2012**

Adoção	Apoio junto dos pais	Apoio junto de outro familiar	Outra Instituição	Total
3	1	2	0	6

No ano de 2012, das 6 crianças que saíram do CAT, 3 foram encaminhadas para a adoção (crianças com idades até os 3 anos), uma integrada na sua família biológica e duas para junto de outro familiar direto.

No entanto, no final do ano de 2012, tivemos a alteração da medida de três crianças para acolhimento em instituição com vista à futura adoção, que serão devidamente encaminhadas em 2013, em articulação com o Serviço de Adoções da Segurança Social. Assim sendo, apesar de em 2012 terem saído 6 crianças, podemos afirmar que nesse mesmo ano existiu a concretização de 9 projetos de vida.

Ao longo deste ano, o nosso Plano de Atividades foi «O Centro como a nossa casa, o nosso Lar», em que foi realçado o partilhar da vida quotidiana, permitindo o conhecimento de valores, das preocupações, das aspirações que se vivem e, por isso mesmo, ajudando as crianças a situarem-se face a si e aos outros, nas ideias do bem e do belo, da fraternidade e da justiça, da lealdade e do compromisso, da autenticidade e da liberdade. Com este projeto, pretendemos explorar e sensibilizar as seguintes vertentes:

- Despertar a curiosidade e o espírito crítico;
- Promover junto das crianças o prazer de estar, de conviver e de se divertir em sintonia com o grupo;
- Proporcionar formas de expressar e de brincar livremente;
- Despertar o interesse pela música, pelo drama, pelo movimento e pelas artes em geral;
- Reutilizar materiais de desperdício e reciclados;
- Promover o desenvolvimento físico e motor;
- Fomentar o espírito de equipa e o convívio dentro do grupo;
- Desenvolver a capacidade de expressão, imaginação e criatividade;
- Sensibilizar as crianças para a importância dos livros e da sua leitura;
- Criar na criança uma «consciência ecológica», uma maior preocupação pelo ambiente.

3.2.2. Execução da Estratégia Global

Na prossecução dos esforços da Mesa Administrativa de obtenção de apoios financeiros para a readaptação das antigas salas do Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) para aí instalar o Centro de Acolhimento Temporário N.º Sr.ª da Misericórdia, no decurso do ano de 2012, a Santa Casa recebeu da parte do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, ofício contendo o seguinte despacho de Sua Ex.ª o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social: “Encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social de enviar a V. Ex.ª, para conhecimento, fotocópia do seu despacho nº. 74/SUB/FSS/MSSS/2012, de 03.09.2012, que concede um subsídio de € 140.000,00 (Cento e quarenta mil euros), para a realização de obras de remodelação”.

De imediato foram encetadas as diligências necessárias para a realização da obra uma vez que o prazo de execução para a concretização da mesma é de 9 meses.

O projeto aprovado para a obra do Centro de Acolhimento Temporário contempla, desde logo, o alargamento do atual acordo de cooperação de 15 crianças para 19 crianças dos 0 aos 6 anos o que, permitirá uma redução dos sucessivos resultados líquidos negativos de exploração desta resposta social.

A inexistência de segurança das atuais instalações e a sua localização são fatores determinantes para que a mudança se efetive com a maior brevidade, isto porque, por um lado, teremos a segurança dos seus utentes devidamente acautelada e, por outro lado, teremos condições para uma rentabilização e aproveitamento de sinergias que permitirão uma redução significativa dos custos de funcionamento desta resposta social que nos últimos seis anos, acumulou os seguintes resultados líquidos negativos de acordo com o gráfico seguinte:





Estes resultados negativos de exploração sucessivos ao longo dos anos desta Unidade de Exploração implicam um esforço financeiro da Santa Casa que se demonstra pelo quadro seguinte:

Unidade de Exploração	2010	2011	Variação		2012	Variação
			2010/2011			2011/2012
Centro Acolhimento Temporário	13,00	14,00	7,69%		15,00	7,14%
TOTAL	13,00	14,00	7,69%		15,00	7,14%

GASTO UTENTE	2010	2011	2012
GASTO TOTAL VALENCIA	299.494,99 €	329.627,99 €	310.398,99 €
NUMERO MÉDIO DE UTENTES	13,00	14,00	15,00
GASTO TOTAL POR UTENTE / Mês	1.919,84 €	1.962,07 €	1.724,44 €
Valor Mensal por Utente Recebido da Segurança Social – Acordo Cooperação	746,91 €	749,90 €	756,62 €

4. Apoio Social – Terceira Idade

4.1. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Durante o ano de 2012, na resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas, registou-se uma subida na taxa de ocupação média, ainda que ligeira, relativamente ao ano de 2011. Esta subida generalizada apenas teve como exceção, a Unidade de Exploração José Tavares Bastos que registou um decréscimo de 0,86%.

Unidades de Exploração	2010	2011	Variação	2012	Variação
			2010/2011		2011/2012
Salvador Brandão	97,01	98,57	1,61%	99,00	0,44%
António Almeida Costa	83,95	85,63	2,00%	86,83	1,40%
José Tavares Bastos	59,45	59,34	-0,19%	58,83	-0,86%
TOTAL	240,41	243,54	1,30%	244,66	0,46%

No entanto, tendo a taxa de ocupação média subido ligeiramente, a rubrica de rendimentos “prestação de serviços”, que congrega os valores relativos às comparticipações dos utentes e das famílias, apresentou uma subida em todas as Unidades de Exploração (subida consolidada de 4,70%).

Serviços Prestados			Variação			Variação
Unidades de Exploração	2010	2011	2010/2011	2012	2011/2012	
Salvador Brandão	529.482,01 €	581.999,44 €	9,92%	611.932,70 €	5,14%	
António Alm. Costa	480.022,81 €	554.148,36 €	15,44%	583.955,98 €	5,38%	
José Tavares Bastos	282.079,53 €	310.216,59 €	9,97%	318.395,17 €	2,64%	
TOTAL	1.291.584,35 €	1.446.364,39 €	11,98%	1.514.283,85 €	4,70%	

Deste modo, a comparticipação média mensal por utente ascendeu a valores que estão ainda significativamente abaixo (quadro), ao valor de referência previsto no Protocolo de Cooperação assinado entre o Ministério do Trabalho e a União das Misericórdias Portuguesas que estabeleceu uma comparticipação mensal por utente para 2012 (valor de referência) de € 930,06/utente/mês.



Serviços Prestados			Variação		Variação
Unidades de Exploração	2010	2011	2010/2011	2012	2011/2012
Salvador Brandão	454,83 €	492,04 €	8,18%	515,09 €	4,69%
António Almeida Costa	476,50 €	539,29 €	13,18%	560,44 €	3,92%
José Tavares Bastos	395,40 €	435,65 €	10,18%	451,01 €	3,53%
TOTAL - Média Mensal Utente	447,70 €	494,91 €	10,54%	515,78 €	4,22%

A melhoria verificada na comparticipação média dos utentes e das famílias, que permitiu alavancar os rendimentos e melhorar os resultados das Unidades de Exploração. Com a aplicação do Decreto Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que veio aprovar o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo, e que começou a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2012, deixámos por força deste novo documento de termos a abordagem dos custos por utente na ótica de custos operacionais e receitas operacionais, para uma leitura de gastos totais mensais e anuais por utente.

Desta forma, apresenta-se de seguida, para os anos de 2011 e 2012, os gastos totais anuais e mensais por utente, por Unidade de Exploração.

Ano 2012

GASTO UTENTE	Unidades de Exploração		
	Salvador Brandão	António Almeida Costa	José Tavares Bastos
Gastos Totais da Resposta Social	1.202.425,92 €	1.142.012,56 €	769.046,87 €
Número Médio de Utentes	99,00	86,83	58,83
Gasto Total Mensal por Utente	1.012,14 €	1.096,02 €	1.089,36 €
Valor Mensal do Acordo Cooperação por Utente	351,83 €		

Ano 2011

GASTO UTENTE	Unidades de Exploração		
	Salvador Brandão	António Almeida Costa	José Tavares Bastos
Gastos Totais da Resposta Social	1.189.769,59 €	1.131.872,26 €	732.762,89 €
Número Médio de Utentes	98,57	85,63	59,34
Gasto Total Mensal por Utente	1.005,86 €	1.101,51 €	1.029,05 €
Valor Mensal do Acordo Cooperação por Utente	348,70 €		

4.2. Centro de Dia

EDC 51 De dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2012

Durante o ano de 2012, na resposta social de Centro de Dia, registou-se uma diminuição na taxa de ocupação média inferior ao verificado no ano de 2011. Esta descida generalizada teve na Unidade de Exploração Salvador Brandão a sua maior expressão, dado que nesta resposta social registou-se um decréscimo de 16,68% comparativamente ao ano de 2011.

Unidades de Exploração	2010	2011	Variação		Variação
			2010/2011	2012	
Salvador Brandão	30,91	30,51	-1,29%	25,42	-16,68%
António Almeida Costa	26,38	25,52	-3,26%	25,42	-0,39%
José Tavares Bastos	15,72	21,28	35,37%	18,92	-11,09%
TOTAL	73,01	77,31	5,89%	69,76	-9,77%

No entanto, tendo a taxa de ocupação média descido ligeiramente em quase todas as Unidades de Exploração, com a exceção do José Tavares Bastos, a rubrica de rendimentos “prestação de serviços”, que congrega os valores relativos às comparticipações dos utentes, apresentou uma descida significativa nas Unidades Salvador Brandão e José Tavares Bastos e uma melhoria na Unidade António Almeida Costa, dado que, nesta última o decréscimo médio de utentes situou-se nos 0,39%.

Serviços Prestados			Variação			Variação
Unidades de Exploração	2010	2011	2010/2011	2012	2011/2012	
Salvador Brandão	52.442,13 €	55.008,96 €	4,89%	49.602,04 €	-9,83%	
António Almeida Costa	56.167,22 €	53.648,52 €	-4,48%	56.163,58 €	4,69%	
José Tavares Bastos	41.070,72 €	47.250,95 €	15,05%	36.283,28 €	-23,21%	
TOTAL	149.680,07 €	155.908,43 €	4,16%	142.048,90 €	-8,89%	

Apesar do decréscimo do número de utentes nesta resposta social e, consequentemente, do rendimento proveniente das mensalidades, a comparticipação média mensal por utente ascendeu a valores substancialmente melhores que os verificados no ano de 2011 nas respostas sociais Salvador Brandão e António Almeida Costa, enquanto na resposta social José Tavares Bastos se registou um decréscimo significativo, conforme quadro seguinte demonstra:



Serviços Prestados			Variação		
Unidades de Exploração	2010	2011	2010/2011	2012	2011/2012
Salvador Brandão	141,38 €	150,25 €	6,27%	162,61 €	8,23%
António Almeida Costa	177,43 €	175,18 €	-1,27%	184,12 €	5,10%
José Tavares Bastos	217,72 €	185,04 €	-15,01%	159,81 €	-13,63%
TOTAL - Média Mensal Utente	170,84 €	168,06 €	-1,63%	169,69 €	0,97%

Dado o decréscimo de frequência desta resposta social e, atendendo ainda a que os gastos de exploração são fixos (com exceção da alimentação e outros de carácter residual), o gasto total por utente não diminuiu comparativamente a 2011, fruto da redução significativa de utentes, destacando-se neste cenário as Unidades Salvador Brandão e José Tavares Bastos, conforme os quadros seguintes demonstram:

Ano 2012

GASTO UTENTE	Unidade de Exploração		
	Salvador Brandão	António Almeida Costa	José Tavares Bastos
Gastos Totais da Resposta Social	134.837,66 €	144.028,67 €	79.621,18 €
Número Médio de Utentes	25,42	25,42	18,92
Gasto Total Mensal por Utente	442,03 €	472,16 €	350,69 €
Valor Mensal do Acordo Cooperação por Utente	103,89 €		

Ano 2011

GASTO UTENTE	Unidade de Exploração		
	Salvador Brandão	António Almeida Costa	José Tavares Bastos
Gastos Totais da Resposta Social	133.418,40 €	142.749,79 €	75.864,61 €
Número Médio de Utentes	30,51	25,52	21,28
Gasto Total Mensal por Utente	364,41 €	466,14 €	297,09 €
Valor Mensal do Acordo Cooperação por Utente	102,97 €		

4.3. Serviço de Apoio Domiciliário

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS SALVADOR

Durante o ano de 2012, na resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário registou-se uma diminuição ligeira na taxa de ocupação média relativamente ao ano de 2011, com exceção das Unidades de Exploração Salvador Brandão e António Almeida Costa que registaram subidas na frequência média, conforme se demonstra pelo quadro seguinte:

Unidades de Exploração	2010	2011	Variação	2012	Variação
			2010/2011		2011/2012
Salvador Brandão	35,05	34,21	-2,40%	34,50	0,85%
António Almeida Costa	24,97	24,37	-2,40%	25,92	6,36%
José Tavares Bastos	22,51	23,00	2,18%	21,08	-8,35%
TOTAL	82,53	81,58	-1,15%	81,50	-0,10%

No entanto, tendo a taxa de ocupação média descido ligeiramente de forma consolidada, a rubrica de rendimentos “prestação de serviços”, que congrega os valores relativos às comparticipações dos utentes, apresentou uma subida em quase todas as Unidades de Exploração face ao verificado no ano de 2011 com exceção da Unidade José Tavares Bastos (subida consolidada de 1,26%).

Serviços Prestados			Variação		
Unidades de Exploração	2010	2011	2010/2011	2012	2011/2012
Salvador Brandão	42.142,28 €	42.247,28 €	0,25%	44.509,32 €	5,35%
António Almeida Costa	29.512,90 €	33.888,85 €	14,83%	35.977,42 €	6,16%
José Tavares Bastos	32.106,30 €	33.670,83 €	4,87%	30.707,31 €	-8,80%
TOTAL	103.761,48 €	109.806,96 €	5,83%	111.194,05 €	1,26%

Deste modo, a comparticipação média mensal por utente, apresentou ligeiros decréscimos relativamente às Unidades de Exploração António Almeida Costa e José Tavares Bastos, tendo a Unidade Salvador Brandão apresentado uma melhoria significativa relativamente ao verificado no ano de 2011, conforme o quadro seguinte demonstra:

Serviços Prestados			Variação		
Unidades de Exploração	2010	2011	2010/2011	2012	2011/2012
Salvador Brandão	100,20 €	102,91 €	2,71%	107,51 €	4,47%
António Almeida Costa	98,49 €	115,88 €	17,65%	115,67 €	-0,19%
José Tavares Bastos	118,86 €	122,00 €	2,64%	121,39 €	-0,49%
TOTAL - Média Mensal Utente	104,77 €	112,17 €	7,06%	113,70 €	1,36%



3.2.2 Execução da Estratégia Global

Tendo o decréscimo de frequência desta resposta social e, consequentemente, das receitas ao nível da Unidade de Exploração José Tavares Bastos e, atendendo ainda a que os gastos de exploração são fixos (com exceção da alimentação e outros de carácter residual), o gasto total por utente comparativamente a 2011 estabilizou ao nível da Unidade Salvador Brandão, tendo diminuído na Unidade António Almeida Costa e subido na Unidade José Tavares Bastos, conforme os quadros seguintes demonstram:

Ano 2012

GASTO UTENTE	Unidades de Exploração		
	Salvador Brandão	António Almeida Costa	José Tavares Bastos
GASTO TOTAL VALENCIA	144.468,92 €	132.960,46 €	88.051,65 €
NUMERO MÉDIO DE UTENTES	34,50	25,92	21,08
GASTO TOTAL POR UTENTE / Mês	348,96 €	427,47 €	348,09 €
VALOR ACORDO COOPERAÇÃO	239,22 €		

Ano 2011

GASTO UTENTE	Unidades de Exploração		
	Salvador Brandão	António Almeida Costa	José Tavares Bastos
GASTO TOTAL VALENCIA	142.948,29 €	131.779,86 €	83.897,34 €
NUMERO MÉDIO DE UTENTES	34,21	24,37	23,00
GASTO TOTAL POR UTENTE / Mês	348,21 €	450,62 €	303,98 €
VALOR ACORDO COOPERAÇÃO	237,09 €		

O procedimento de inscrição de utentes candidatos à resposta social de Apoio Domiciliário implica, numa primeira fase, uma entrevista, seguida da realização de visita domiciliária, com o objetivo de avaliar cada situação e suas necessidades aos diversos níveis: social, familiar, económico, de saúde/ dependência.

Este processo implica a recolha de toda a documentação necessária, procedendo-se à informatização destes dados.

Efetuada o estudo e avaliação de cada caso, o mesmo é remetido a aprovação superior.

4.3.1. Acompanhamento de situações sociais problemáticas

Atendendo à complexidade social de determinadas situações, que caracterizam alguns agregados familiares, torna-se necessário estabelecer um acompanhamento de maior proximidade com o utente/família, com o objetivo de se avaliar e intervir perante as necessidades específicas de cada caso.

4.3.2. Promoção de ações de cooperação institucional

Durante o ano de 2012, foram promovidas ações de cooperação com instituições, organizações e serviços locais (Centros de Saúde, Juntas de Freguesia, Segurança Social, Conferências de S. Vicente de Paulo, Gaiurb,...) com a finalidade de minimizar determinadas situações de risco, maximizando-se os recursos disponíveis na satisfação das necessidades referenciadas.

4.3.3. Articulação com familiares/comunidade local

Sempre que possível, valorizou-se a articulação com a família e/ou comunidade local, na resolução de problemas detetados no domicílio dos utentes, procurando-se fomentar uma relação de parceria na promoção de melhores condições/qualidade de vida face à pessoa isolada e/ou dependente.

4.3.4. Acompanhamento Psicossocial

Promoveu-se o acompanhamento psicossocial, centrado no utente/família pautando-se por uma intervenção sistémica.

A avaliação e o acompanhamento social visaram contribuir para o bem-estar psicológico, adaptação e ajustamento dos utentes e famílias.

4.3.5. Acompanhamento dos utentes com o Serviço de Teleassistência Domiciliária - Helphone

No âmbito do Protocolo celebrado entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Fundação PT para a prestação de um Serviço de Teleassistência Domiciliária, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia aderiu a este projeto, passando a disponibilizar mais um serviço aos utentes desta Resposta Social a partir do mês de fevereiro de 2012, proporcionando, assim, um sentimento de maior segurança e acompanhamento ao utente mais isolado.



Em 31 de dezembro de 2012, a resposta social de Apoio Domiciliário tinha 9 utentes a beneficiar deste Serviço, distribuídos pelas seguintes modalidades:

- Serviço Teleassistência gratuito pelo período de 1 ano: 7 utentes;
- Serviço Teleassistência com a redução de 50% na mensalidade: 2 utentes.

Durante este período, e pelo contacto estabelecido com os utentes beneficiários deste tipo de serviço, apuraram-se resultados positivos, tornando-se num serviço com utilidade para o utente.

Este tipo de apoio, pensado para melhorar a qualidade de vida, saúde, segurança dos seus utilizadores, destina-se, essencialmente, a todos aqueles que se encontram em situação de dependência, mas também a pessoas plenamente autónomas, mas que desejam sentir-se protegidas.

Tem como missão apoiar utentes em situação de vulnerabilidade e isolamento/solidão, promovendo a manutenção do indivíduo no seu domicílio e contribuindo para a salvaguarda do seu equilíbrio e segurança.

4.3.6. Atividades de parceria

No **Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP)**, da área de residência de Mafamude, mantiveram-se 3 beneficiários.

Este Programa visa:

- Interação com a comunidade e com agentes sociais mais relevantes;
- Estabelecimento de canais de comunicação entre a Polícia e os parceiros;
- Identificação de problemas que afetam o sentimento de segurança da comunidade.

4.3.7. Serviço de Voluntariado

A terceira idade está muitas vezes associada a sentimentos de solidão. A um estado emocional que poderá abranger o isolamento social, a tristeza, a apatia e insatisfação, provocado pela ausência de contactos e relacionamentos importantes.

Seguindo esta linha de orientação, houve a necessidade de criar alternativas, que passassem por um acompanhamento de alguma proximidade, promovendo-se novos conhecimentos, já que a partilha de experiências de vida contribui em grande escala para o aumento do seu bem-estar.

Partindo deste princípio, no mês de abril de 2012, deu-se início à implementação do Serviço de Voluntariado nesta resposta social, estando em 31 de dezembro de 2012, 6 utentes



(3 casais) da resposta social de Apoio Domiciliário do Lar António Almeida Costa a beneficiar deste Serviço.

O Serviço de Voluntariado no Domicílio visa como objetivo primordial criar uma verdadeira rede de proximidade informal, que combata os momentos de solidão e de isolamento social, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos idosos, através de pequenas ações e gestos simples do quotidiano, nomeadamente, de companhia, de diálogo, de escuta, de troca de experiências, de entre ajuda, de vigilância.

Do contacto efetuado junto dos utentes beneficiários deste Serviço, constata-se que a receptividade tem sido bastante positiva.

Utentes a frequentar a resposta social de Apoio Domiciliário em 31 de dezembro de 2012

Estrutura residencial para pessoas idosas António Almeida Costa

Sexo	Feminino	Masculino	Total
Faixa Etária			
«65	2	2	4
«66-75»	2	4	6
«76-85»	7	4	11
«86-99»	2	3	5
»100	-	-	-
Total	13	13	26

Estrutura residencial para pessoas idosas José Tavares Bastos

Sexo	Feminino	Masculino	Total
Faixa Etária			
«65	-	3	3
«66-75»	2	2	4
«76-85»	6	2	8
«86-99»	3	1	4
»100	-	-	-
Total	11	8	19

**Estrutura residencial para pessoas idosas Salvador Brandão***# 3 Centro do Br*

Sexo Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
«65	1	5	6
«66-75»	2	2	4
«76-85»	9	8	17
«86-99»	4	2	6
»100	-	-	-
Total	16	17	33

É possível observar, mediante a leitura dos quadros acima apresentados, que na resposta social de Apoio Domiciliário existe uma maior incidência de utentes na **faixa etária** compreendida entre os 76 e os 85 anos de idade.

Relativamente à variável **sexo**, constata-se uma predominância do sexo feminino, à exceção do Lar Salvador Brandão onde predomina o sexo masculino.

Distribuição dos Utentes por Freguesia**Estrutura residencial para pessoas idosas António Almeida Costa**

Sexo Freguesia	Feminino	Masculino	Total
Santa Marinha	6	10	16
Mafamude	4	2	6
Afurada	2	-	2
Madalena	1	1	2
Total	13	13	26

Estrutura residencial para pessoas idosas José Tavares Bastos

Sexo Freguesia	Feminino	Masculino	Total
Madalena	7	3	10
Canidelo	3	4	7
Vilar do Paraíso	-	1	1
Valadares	1	-	1
Total	11	8	19

**Estrutura residencial para pessoas idosas Salvador Brandão**

Sexo			
Freguesia	Feminino	Masculino	Total
Gulpilhares	5	7	12
Valadares	6	6	12
Vilar do Paraíso	3	4	7
Canelas	1	-	1
Madalena	1	-	1
Total	16	17	33

Segundo a leitura dos quadros acima apresentados, verifica-se que as **Freguesias** com maior número de utentes a frequentar esta resposta social são:

- Na estrutura residencial para pessoas idosas António Almeida Costa: Freguesia de Santa Marinha (13 utentes);
- Na estrutura residencial para pessoas idosas José Tavares Bastos: Freguesia da Madalena (10 utentes);
- Na estrutura residencial para pessoas idosas Salvador Brandão: Freguesias de Gulpilhares e Valadares (12 utentes de cada uma respetivamente).

Mobilização de Utentes

Unidades de Exploração	António Almeida Costa	José Tavares Bastos	Salvador Brandão	Total
Admissões	6	7	18	31
Falecimentos	3	2	2	7
Desistências	6	6	11	23
Transferências	1	2	2	5

Das **desistências** ocorridas nos 3 lares, apresentam-se como principais motivos:

- Melhoria do estado de saúde/dependência dos utentes que recorrem a este tipo de serviços;
- O facto de muitos agregados recorrerem ao serviço de cuidadoras informais para os seus familiares ou assumindo eles próprias esses cuidados;
- Razões de insuficiência económica para fazer face às participações mensais;



- Integração de utentes em Unidades de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) Domiciliares

Das **transferências** mencionadas, os utentes em questão foram integrados noutras respostas sociais, designadamente no Centro de Dia e Internamento, por constituírem uma resposta mais adequada às suas necessidades.

Das 5 transferências, 2 reportam-se a integração em estrutura residencial para pessoas idosas, e 3 na resposta social de Centro de Dia.

Tipo e Número de Serviços Prestados

Unidades de Exploração	António Almeida Costa	José Tavares Bastos	Salvador Brandão	Total
Tipo de Apoio				
Higiene Pessoal	11	8	22	41
Higiene Habitacional	11	9	24	44
Tratamento de Roupas	2	3	2	7
Alimentação	16	13	17	46
Serviço de Teleassistência	4	1	2	7
Ajudas Técnicas	6	1	5	12
Medicação	3	-	1	4
Serviço de Voluntariado	6	-	-	6
PIPP	3	-	-	3

De acordo com os dados acima observados, de 31 de dezembro de 2012, verifica-se que os Serviços de Alimentação e Higiene Pessoal continuam a ser os mais requisitados, à semelhança de anos anteriores, traduzindo-se naqueles que visam a satisfação de necessidades primárias.

Para além dos serviços referenciados, considera-se importante salientar, a prestação de outros serviços, tais como:



- Apoio na prestação de cuidados básicos de saúde, seguindo indicações das equipas de enfermagem domiciliárias dos Centros de Saúde (administração de medicação/insulinas; execução de pensos em feridas/escaras de pequena dimensão e prevenção das mesmas ...);
- Aquisição de bens e serviços no exterior;
- Orientação/acompanhamento de pequenas modificações no domicílio, permitindo uma maior segurança e conforto aos utentes;
- Acompanhamento nas refeições (sondas nasogástricas/apoio no pequeno almoço e lanche).

Número de Serviços prestados por Utente

Unidades de Exploração	António Almeida Costa	José Tavares Bastos	Salvador Brandão	Total
Nº de Serviços				
1 Serviço	6	5	9	20
2 Serviços	6	11	13	30
3 Serviços	6	3	7	15
4 Serviços	3	1	3	7
5 Serviços	1	-	1	2
6 Serviços	1	-	-	1

Tendo em consideração a apresentação do quadro acima referenciado, constata-se que o número de utentes a beneficiar de 2 serviços é o predominante.

A nível da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário, constata-se ainda hoje alguma tendência para a requisição de apenas um serviço. Estas situações estão relacionadas, maioritariamente, pelo facto de a família/cônjuge ainda reunir capacidade para realizar algumas atividades diárias, não querendo prescindir dessa autonomia. Em outros casos, prendem-se com o facto de cada vez mais os utentes/famílias sentirem a necessidade de uma maior contenção a nível de despesas, solicitando apenas o imprescindível.

No entanto, verifica-se que durante o ano de 2012 o número de serviços por utente apresentou uma tendência positiva por aumento.

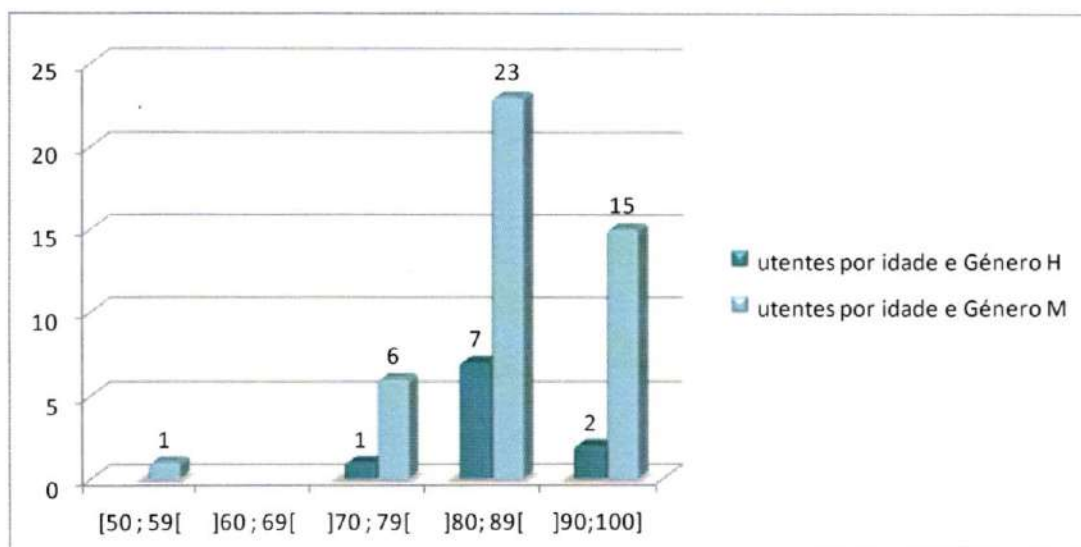
5. Outras Atividades – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Conde das Devezas

Ao longo do ano de 2012 procedeu-se à remodelação do apartamento 106, tendo-se ainda renovado o hall de entrada do salão de refeições e o gabinete da Diretora Técnica.

Durante o ano de 2012, o envelhecimento bem-sucedido foi um dos objetivos presentes em todo o nosso trabalho. Nesta linha de ação pretende-se organizar um serviço melhor no que respeita, essencialmente, à atenção dispensada a cada um dos residentes, individualizando os casos que mereceram maior preocupação num trabalho conjunto entre as diversas equipas de colaboradores da Unidade de Exploração Conde das Devezas.

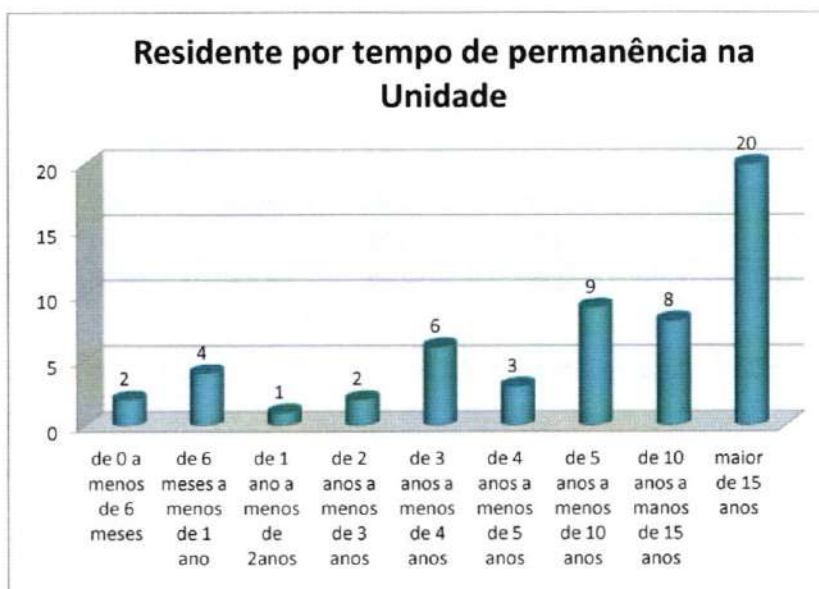
No decorrer do ano de 2012, a Unidade de Exploração acolheu 58 residentes. No final do ano a Unidade tinha 55 residentes, sendo 10 do sexo masculino e 45 do sexo feminino.

Durante este mesmo ano registaram-se 3 saídas, por falecimento, e 4 admissões.

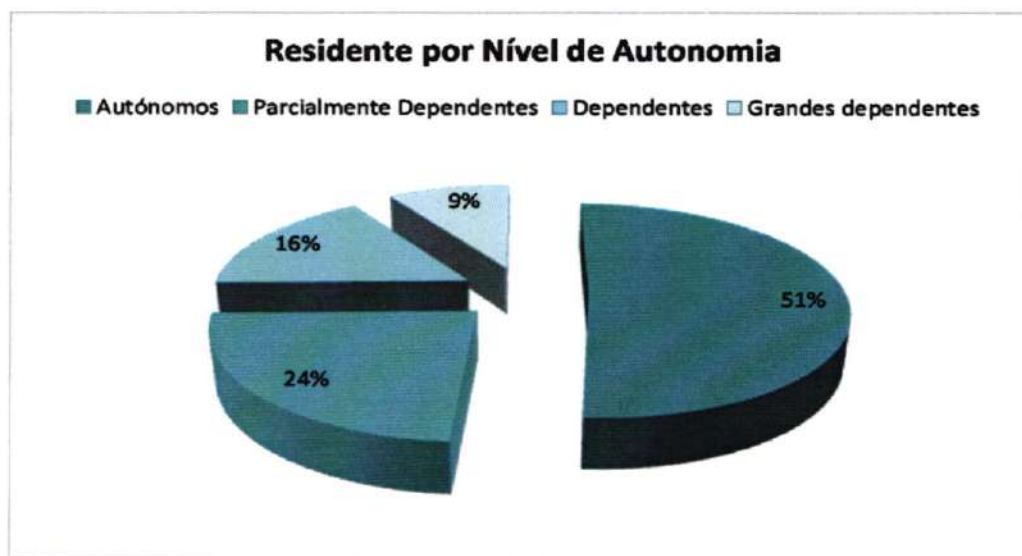


No ano de 2012, foi notória a perda de autonomia do grupo de residentes. Esta situação afetou as dinâmicas de trabalho, necessitando de ajustar as mesmas a esta nova realidade da Unidade.

A parte dos cuidados geriátricos ainda não estava devidamente desenvolvida e esta situação deve-se ao facto da entrada precoce dos residentes na Unidade quando ainda beneficiavam de muita autonomia. A maioria está na Residencial Conde das Devezas há mais de 15 anos (33,5%) e, durante este tempo, foi perdendo capacidades físicas e mentais, daí a necessidade urgente de se criarem novas formas de trabalho.



Quanto à dependência dos residentes e ao seu impacto nos cuidados a prestar e nos custos de funcionamento da Unidade de Exploração, e de acordo com o gráfico seguinte, é possível constatar que a maioria dos residentes é autônoma ou parcialmente dependente (cerca de 67%), representando, neste momento, a grande dependência cerca de 9% da totalidade dos residentes.





A Unidade de Exploração Residencial Conde das Devezas teve uma média de frequência comparativamente a 2011 ligeiramente superior, mas ainda bastante inferior à média verificada em 2010, conforme quadro abaixo o demonstra:

Unidade de Exploração	2010	2011	Variação		2012	Variação	
			2010/2011			2011/2012	
Residencial Conde Devezas	59,00	53,00	-10,17%		54,00	1,89%	
TOTAL	59,00	53,00	-10,17%		54,00	1,89%	

A Unidade de Exploração Residencial Conde das Devezas, em função dos seus gastos totais de funcionamento, e tendo em conta o número médio de residentes verificado, apresenta um gasto médio mensal por residente em 2012 ligeiramente inferior ao verificado no ano de 2011, conforme quadro seguinte demonstra:

GASTO POR RESIDENTE	2010	2011	2012
GASTO TOTAL	914.657,42 €	976.785,82 €	934.455,02 €
NUMERO MÉDIO DE RESIDENTES	59,00	53,00	54,00
Gasto Total por Residente / Mês	1.291,89 €	1.535,83 €	1.442,06 €

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – Residencial Conde das Devezas -, tendo registado uma frequência média ligeiramente superior, comparativamente ao ano de 2011, teve, no entanto, um aumento significativo dos rendimentos provenientes das mensalidades dos residentes. Quanto ao rendimento dos proveitos suplementares, esta vem diminuindo ao longo dos anos, quer pelo aumento da esperança de vida dos residentes, quer por fatores extraordinários em que, os saldos remanescentes são contabilizados como outros rendimentos integralmente reconhecidos no exercício em que ocorre o falecimento do residente.

Pelo quadro seguinte, podemos confirmar a evolução dos rendimentos destas duas rubricas:

Serviços Prestados / Proveitos Suplementares			Variação		Variação
	2010	2011	2010/2011	2012	
Serviços Prestados	378.309,07 €	416.840,06 €	10,19%	449.591,07 €	7,86%
Proveitos Suplementares	137.339,25 €	135.034,31 €	-1,68%	125.266,76 €	-7,23%
TOTAL - Média Mensal Residente	728,32 €	867,73 €	19,14%	887,13 €	2,24%

Nos últimos 6 exercícios económicos apresentou os seguintes Resultados Líquidos de Exploração negativos, cujo gráfico abaixo demonstra, nomeadamente, entre o período compreendido entre 2007 e 2012.



6. Apoio à Família - Departamento de Intervenção Comunitária

De uma forma geral, no ano 2012, os objetivos previstos para este Departamento foram cumpridos, não obstante, alguns constrangimentos ao nível dos recursos humanos que foram surgindo ao longo do ano:

- Ausência prolongada da Técnica de Serviço Social, Dr.ª Ângela Faria, por incapacidade temporária para o trabalho, de abril a dezembro de 2012;
- Passagem à situação de reforma da Chefe do DIC, Dr.ª Maria Beatriz Lima, em outubro 2012.
- A atividade desenvolvida por esta Unidade de Exploração visa dois objetivos principais, a saber:

1 - Organização, avaliação e encaminhamento dos pedidos de admissão para as diferentes respostas sociais (Estrutura Residencial para pessoas idosas, Centro de Dia e SAD);

**2 - Intervenção ao nível da Ação Social:**

- Atendimento de indivíduos e famílias do Concelho e encaminhamento das mesmas;
- Concessão de apoios para medicação, leites, papas e vacinas para bebés, através de verba disponibilizada pela Misericórdia de Gaia para esse fim;
- Empréstimo de Ajudas Técnicas, através do Banco de Material para Doentes;
- Concessão de refeições confeccionadas para consumo no domicílio, através do Programa de Emergência Alimentar – este assunto será desenvolvido no ponto 8 deste Relatório.

Durante o ano de 2012, procedeu-se à organização de cerca de 239 processos para as 3 respostas sociais de acordo com a seguinte distribuição:

Estrutura Residencial para Idosos	Masculino	Feminino	Total
António Almeida Costa	24	51	75
Salvador Brandão	15	27	42
José Tavares Bastos	07	21	28
TOTAL	46	99	145

Centro de Dia	Masculino	Feminino	Total
António Almeida Costa	05	10	15
Salvador Brandão	04	11	15
José Tavares Bastos	07	08	15
TOTAL	16	29	45

Serviço de Apoio Domiciliário	Masculino	Feminino	Total
António Almeida Costa	07	09	16
Salvador Brandão	08	15	23
José Tavares Bastos	06	04	10
TOTAL	21	28	49

6.1.Admissões

Em 2012 foram admitidos 98 utentes (em 2011 as admissões foram de 120 utentes) nas 3 Unidades de Exploração da Santa Casa da Misericórdia, distribuídos pelas respostas sociais como se verifica no quadro seguinte:



Resposta Social	Almeida Costa	M	F	Salvador Brandão	M	F	Tavares Bastos	M	F	Total
Estrutura Residencial para Idosos	13	08	05	12	02	10	11	04	07	36
Centro de Dia	09	03	06	08	01	07	14	06	08	31
Apoio Domiciliário	06	01	05	18	07	11	07	05	02	31
Total	28	12	16	38	10	28	32	15	17	98

É de salientar que do total das admissões para a resposta estrutura residencial para pessoas idosas, 8 foram ocupadas por situações encaminhadas pela Segurança Social para ocupação de vagas de quotas reservadas ao Centro Distrital do Porto, de acordo com o previsto no respetivo Protocolo de Cooperação e distribuídas da seguinte forma:

- ERPI António Almeida Costa - 3 admissões;
- ERPI Salvador Brandão - 1 admissão;
- ERPI José Tavares Bastos - 4 admissões.

Lista de Espera em dezembro de 2012

Resposta Social	Almeida Costa	M	F	Salvador Brandão	M	F	Tavares Bastos	M	F	Total
Estrutura Residencial para Idosos	285	64	221	168	40	128	90	23	67	543
Centro de Dia	6	02	04	07	03	04	02	01	01	15
Apoio Domiciliário	10	06	04	05	01	04	03	01	02	18
Total	301	72	229	180	44	136	95	25	70	576

As listas de espera para integração em estrutura residencial para pessoas idosas continuam extensas, verificando-se especial predominância de candidatos em situação de dependência e quadros de demências.

Dos processos em espera para as respostas **Centro de Dia** e **Apoio Domiciliário** é de referir:

Dos 15 pedidos para Centro de Dia

- 1 candidato encontra-se internado em Unidade de Cuidados Continuados (UCC);



- 2 processos aguardam entrega de documentação.

Apoio na prestação de cuidados básicos

Dos 18 processos para Apoio Domiciliário

- 3 candidatos encontram-se internados em Unidades de Cuidados Continuados;

- 5 candidatos aguardam vaga para admissão.

6.1.1. Motivo dos pedidos para admissão

Os principais motivos apresentados para o pedido de admissão dos candidatos continuam a prender-se com:

- Incapacidade da família em garantir assistência ao idoso quer pela gravidade da sua situação de saúde/dependência, quer pela dificuldade em articular atividades profissionais com assistência/acompanhamento ao idoso. Esta situação agrava-se quando o idoso não reside com os seus familiares;
- Incompatibilidades familiares que tornam impossível o relacionamento entre idoso/família;
- Receio do idoso e/ou família que este permaneça sozinho principalmente no período da noite;
- Inexistência de qualquer retaguarda familiar para prestar apoio ao idoso.

6.2. Internamento Temporário

No ano de 2012 foi possível atender a 4 pedidos de Internamento Temporário, o que se traduziu num rendimento de € 1.317,50 (mil trezentos e dezassete euros e cinquenta cêntimos).

Nome	Período de Internamento	Unidade de Exploração	Valor
Maria Rosa Silva (utente do Centro de Dia do SB)	20 de maio a 03 de junho	Salvador Brandão	637,50€
Olívia Lopes Ferreira Felgueiras	25 a 29 de junho	António Almeida Costa	170,00€
Marta Paredes da Costa (utente Centro Dia SB)	31 de agosto a 10 de setembro	Salvador Brandão	425,00€
Marta Paredes da Costa (utente Centro Dia SB)	28 a 30 de dezembro	Salvador Brandão	85,00€
TOTAL			1.317,50€

6.3. Família e Comunidade – Intervenção Comunitária (DIC)

A área de atuação do Departamento de Intervenção Comunitária é concelhia, abrangendo assim as 24 freguesias do Concelho de Vila Nova de Gaia. Neste âmbito o DIC procede:

- Ao atendimento de indivíduos e famílias e encaminhamento para a resposta mais adequada;
- À concessão de apoio na aquisição de medicação, leite e papas para lactentes, através de meios libertos pela Santa Casa da Misericórdia;
- Ao empréstimo de ajudas técnicas (Banco de Material para Doentes);
- Concessão de refeições confeccionadas para consumo no domicílio, através do Programa de Emergência Alimentar.

Tal como aconteceu no ano anterior, o DIC continuou em 2012 a privilegiar o atendimento e a concessão de novos apoios na área Maternoinfantil. Como se pode verificar no quadro seguinte, no ano de 2012 foram organizados **109** novos processos para apoio em **Leite/Papas para bebés** e **Medicação para idosos** com idade superior a 65 anos ou em situações de **doença crónica a pessoas com idade inferior**.

Processos organizados em 2012

Medicação Tratamentos Gerais	Leites/Papas para Lactentes
69	40

Para além dos apoios concedidos em Leite/Papas e medicação, foi feito acompanhamento e encaminhamento das situações para as instituições locais sempre que necessário.

6.4. Atribuição de Apoios Sociais

No ano de 2012 foram apoiadas pelo DIC **342** famílias, tendo-se concedido a importância de € 35.909,90 (trinta e cinco mil, novecentos e nove euros e noventa cêntimos), assim distribuída:



Rubricas	Verba
Medicamentos para tratamentos gerais	30.001,74€
Leites/papas para lactentes	5.908,16€
TOTAL	35.909,90€

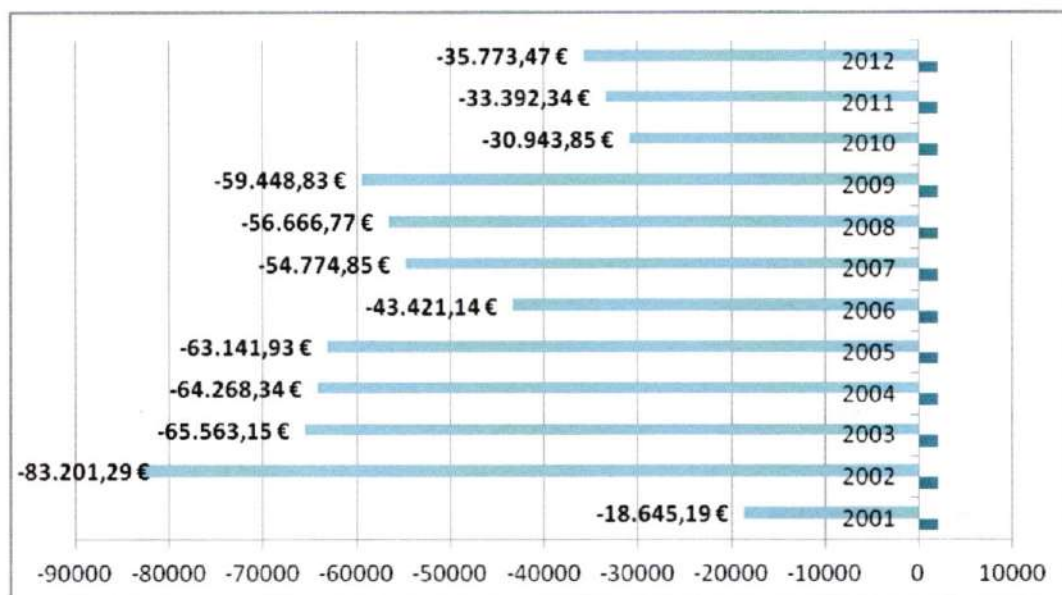
Distribuição por Freguesias dos Apoios Concedidos

Apresenta-se seguidamente o quadro indicativo da distribuição dos apoios concedidos pelas diferentes Freguesias do Concelho.

Freguesias	Medicação	Leite/Papas	Total	Famílias Apoiadas
Afurada	277.28€	48.35€	325.63€	03
Arcozelo	317.57€	—	317.57€	04
Avintes	1.423.23€	—	1.423.23€	13
Canelas	833.07€	139.95€	973.02€	10
Canidelo	1.872.75€	—	1.872.75€	18
Crestuma	—	54.30€	54.30€	01
Grijó	914.01€	—	914.01€	08
Gulpilhares	385.56€	260.06€	645.62€	07
Madalena	122.36€	133.80€	256.16€	04
Mafamude	5.252.51€	677.68€	5.930.19€	55
Olival	—	—	—	—
Oliveira do Douro	1.943.61€	598.91€	2.542.52€	23
Pedroso	1.016.51€	542.81€	1.559.32€	12
Perosinho	259.07€	—	259.07€	03
S. Félix da Marinha	233.75€	—	223.75€	02
Sandim	—	49.39€	49.39€	01
Santa Marinha	4.722.97€	1.316.16€	6039.13€	56
Sermonde	135.05€	48.04€	183.09€	02
Serzedo	357.47€	352.40€	709.87€	05
Valadares	909.96€	324.23€	1.243.19€	14
Vilar de Andorinho	8.086.55€	1.266.73€	9.353.28€	91
Vilar do Paraíso	948.46€	95.35€	1.043.81€	10
TOTAL	30.001.74€	5.908.16€	35.909.90€	342

6.5. Apoios concedidos pelo DIC nos últimos anos

Ao longo dos últimos anos, e unicamente através de recursos próprios libertos pela gestão corrente, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia continuou a apoiar as famílias carenciadas do Concelho de Vila Nova de Gaia, nos montantes abaixo descritos, que nos últimos doze anos atingiu a importância de € 609.241,15 (seiscentos e nove mil, duzentos e quarente e um euros e quinze cêntimos).



7. Banco de Material para Doentes

Em 13 de novembro de 1998 foi celebrado um protocolo entre o Rotary Club de Vila Nova de Gaia e a Misericórdia de Vila Nova de Gaia, visando a gestão de material paramédico que passou a integrar o **Banco de Material** para doentes: **Camas Articuladas** e **Cadeiras de Rodas**.

Em março de 2012 o Rotary Club ofereceu **8 cadeiras** – **6 cadeiras sanita** e **2 cadeiras de duche**.

O Banco de material integra ainda equipamento da Misericórdia, adquirido ou doado, sendo o seguinte:

- **2 pares de Canadianas**, adquiridas pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia;



- **3 andarilhos** - oferecidos - 2 por particulares e 1 oferecido pela Fundação AGAPE;
- **1 cadeira de rodas** – oferta em julho 2012, de um utente da resposta social de Apoio Domiciliário da Unidade Salvador Brandão;
- **1 cadeira de rodas** – oferta em dezembro 2012, do Grupo Clube Célicas.

Em agosto de 2012, procedeu-se ao abate de 1 cadeira de rodas e consequente desafetação do imobilizado por não se encontrar nas melhores condições de utilização. Deste modo, em 31 de dezembro de 2012 o equipamento afeto ao **Banco de Material para Doentes** é o seguinte:

- **30 Camas Articuladas**
- **38 Cadeiras de rodas**
- **3 Cadeiras sanita – com rodas**
- **3 Cadeiras sanita – sem rodas**
- **2 Cadeiras de duche com rodízios**
- **2 pares de canadianas**
- **3 andarilhos**

Ao longo do ano registaram-se os seguintes movimentos:

Empréstimos:

Cadeiras de Rodas	16
Camas Articuladas	9
Cadeira sanita com rodas	1
Andarilho	1

Devoluções:

Cadeira de Rodas	12
Camas Articuladas	10
Cadeira Sanita com rodas	2
Andarilho	1

Segundo a área de residência dos utilizadores foram abrangidas **13 Freguesias do Concelho de Gaia**.

Em dezembro de 2012 registava-se em **lista de espera** os seguintes pedidos:

Cadeira de Rodas	1
Camas Articuladas	11

8. Programa de Emergência Alimentar – Rede Solidária de Cantinas Sociais

Em 20 de abril de 2012 foi celebrado entre o Instituto da Segurança Social/Centro Distrital do Porto e a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, um *Protocolo de Colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar*, através do qual a Misericórdia passou a disponibilizar 65 refeições diárias, durante sete dias por semana, destinadas a consumo no domicílio das pessoas e/ou famílias.

É objetivo deste programa garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas. Em regra, o acesso ao Programa de Emergência Alimentar (PEA) é gratuito, embora a Misericórdia possa cobrar até um euro por refeição, consoante os rendimentos dos agregados familiares, após avaliação da respetiva capacidade financeira.

A seleção das pessoas/famílias para o PEA é realizada pela Misericórdia de acordo com as condições de acesso estabelecidas no Protocolo, sendo dada especial atenção aos idosos com baixos rendimentos, famílias expostas ao fenómeno do desemprego, famílias com filhos a cargo, pessoas com deficiência e pessoas com dificuldade em ingressar no mercado de trabalho.

Uma vez que no Concelho de Gaia foram celebrados idênticos Protocolos com outras duas Instituições (Centro Social e Paroquial Vera Cruz do Candal e Centro Social e Paroquial de Oliveira do Douro), foi promovida uma reunião na Câmara Municipal, a 8 de maio, para se definir em conjunto estratégias de articulação e de funcionamento. Nesse sentido, ficou definido que as outras duas Instituições abrangeriam a população das respetivas Freguesias, enquanto a Misericórdia de Gaia daria preferencialmente resposta aos residentes nas Freguesias de Mafamude, Vilar do Paraíso, Gulpilhares, Valadares e Canelas, através dos Lares António Almeida Costa e Salvador Brandão.

Após organização dos procedimentos internos necessários ao funcionamento do PEA, a Misericórdia deu início ao programa no dia 16 de maio.

Apresentam-se seguidamente alguns quadros que visam caracterizar a população abrangida pelo PEA.



Tipo de agregado familiar	N.º de agregados	N.º de pessoas
Unipessoal	8	8
Monoparental feminino	3	12
Nuclear c/ filhos	3	11
Nuclear s/ filhos	1	2
Alargado	1	7
Total	16	40

Situação socioprofissional do titular abrangido pelo PEA	N.º de titulares
Trabalhador p/ conta d'outrem	3
Desempregado	1
Reformado	4
Benef.º RSI	4
Benef.º Subsídio Desemprego	1
Benef.º Bolsa de Formação	1
Sem rendimentos	2

Freguesia de residência	Nº de agregados
Madalena	2
Mafamude	4
Santa Marinha	6
Valadares	1
Vilar de Andorinho	2
Vilar do Paraíso	1

Comparticipação financeira da Segurança Social

Meses	N.º Refeições concedidas	Comparticipação (em €)
Maio	62	155.00
Junho	424	1.060.00
Julho	583	1.457.50
Agosto	1.449	3.622.50
Setembro	1.956	(*) 4.875.00
Outubro	1.968	4.920.00
Novembro	1.869	4.672.50
Dezembro	1.882	4.705.00
Total	10.193	25.467.50

(*) Valor relativo a 1.950 refeições.



A comparticipação máxima é de 65 refeições diárias x n.º de dias do mês.

No ano 2012, a Misericórdia apoiou 40 pessoas, que integram 16 agregados familiares, às quais foram concedidas 10.193 refeições no período entre 16 de maio e 31 de dezembro.

» A maioria desses agregados são residentes nas Freguesias de Mafamude e de Santa Marinha.

» Quanto ao tipo de agregado familiar predominante, são sobretudo famílias monoparentais e nucleares com filhos que recorreram a este apoio.

Relativamente à situação económico profissional, os titulares abrangidos pelo PEA são, na sua maioria, pessoas reformadas e beneficiárias do Rendimento Social de Inserção.

Ao ser celebrado por um período de três meses, renovável por igual período, este Protocolo foi estabelecido para durar até ao fim do ano. Contudo, foi entendimento do Centro Distrital do Porto que estariam reunidas as condições para uma 2.ª fase do PEA. Ciente de que o momento difícil que o País atravessa exige a colaboração das Instituições, dentro das suas possibilidades, a Misericórdia manifestou a sua posição de abertura para a revisão do Protocolo e para o alargamento do número de refeições a abranger (até 200 refeições) na 2.ª fase do Programa, aguardando-se a qualquer momento pela sua assinatura.

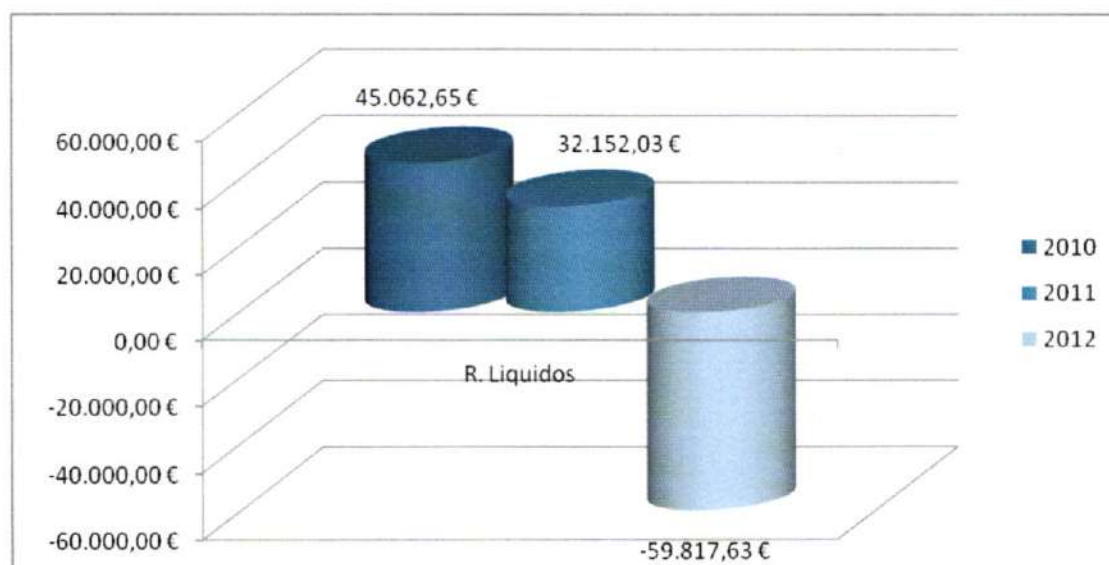
9. Área Saúde

6.2 Família e Comunidade – Intervenções

9.1. Clínica Fisiátrica

Esta Unidade de Exploração atingiu um volume de negócios em 2012 de € 552.582,91 (quinhentos e cinquenta e dois mil quinhentos e oitenta e dois euros e noventa e um cêntimos) contra os € 638.882,86 (seiscentos e trinta e oito mil oitocentos e oitenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos) atingidos no ano de 2011, a que equivale a uma redução no volume de negócios de 13,57%, situação que contribuiu decisivamente para o resultado líquido negativo de exploração que atingiu o valor de (€ 59.817,63).

De acordo com o gráfico seguinte, o valor do resultado líquido de exploração dos últimos três exercícios económicos desta Unidade de Exploração foi o seguinte:



O decréscimo acentuado no volume de negócios, acompanhado do agravamento dos gastos de financiamento com o *factoring* e do elevado peso que os gastos com os recursos humanos representam na estrutura de funcionamento desta Unidade contribuíram de forma global para o Resultado Líquido de Exploração desta Unidade.

Conforme se pode confirmar pelos quadros apresentados no final deste ponto, durante o ano de 2012 realizaram-se menos 1337 consultas médicas comparativamente a 2011, o que equivale a uma redução de cerca de 20%, situação que se verificou também com o número de tratamentos de fisioterapia efetuados que teve uma redução de 580 tratamentos, o que equivaleu a uma redução de cerca de 11,50% comparativamente ao verificado em 2011.



A nova valência de terapia da fala veio contribuir positivamente, conforme já se tinha verificado no ano de 2011, para permitir que o resultado líquido do exercício, que sendo negativo, não atingisse outro valor ainda mais negativo.

Definitivamente que os fatores que explicam o resultado líquido negativo atingido são desde logo explicados pelo agravamento das taxas moderadoras e pelas limitações dos médicos na emissão de P'1s, bem como, pela cada vez mais reduzida capacidade financeira dos clientes, situação que já se tinha sentido em 2011, mas que o ano de 2012 veio acentuar.

Dado o decréscimo significativo, quer do volume de negócios, quer do resultado líquido de exploração verificado no ano de 2012, bem como os gastos com pessoal, profissionais liberais e subcontratos (para a contratação da direção médica e clínica) em mais de 80% do total dos gastos de funcionamento, no mês de junho de 2012, procedeu-se à extinção de dois postos de trabalho na área da eletroterapia, reduzindo, desta forma, os recursos humanos e ajustando os mesmos à atividade da Unidade.

Os quadros seguintes são demonstrativos do decréscimo da atividade desta Unidade, onde a valência da Terapia da Fala foi exceção com um aumento do número de tratamentos em cerca de 154%.

Ano 2012

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Nº Consultas	463	447	508	409	526	418	387	358	382	535	467	352	5252
Doentes Trata/													
Terapia Fala	52	76	83	87	98	99	107	109	109	107	123	123	1173
Fisioterapia	414	382	351	387	405	356	316	331	347	389	396	386	4460
Lista Espera													
Terapia Fala	0	0	0	0	0	0	0	3	0	6	0	0	0
Fisioterapia	3	19	45	9	22	38	7	11	9	51	16	1	1



Ano 2011

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Nº Consultas	534	613	652	553	735	493	479	458	531	535	631	375	6589
Doentes Trata/													
Terapia Fala		17	27	30	30	30	44	49	63	56	56	60	462
Fisioterapia	445	455	519	500	492	400	378	340	404	402	363	342	5040
Lista Espera													
Terapia Fala		0	3	11	17	19	3	13	7	11	13	0	
Fisioterapia	9	61	84	13	37	28	16	6	27	10	0	0	

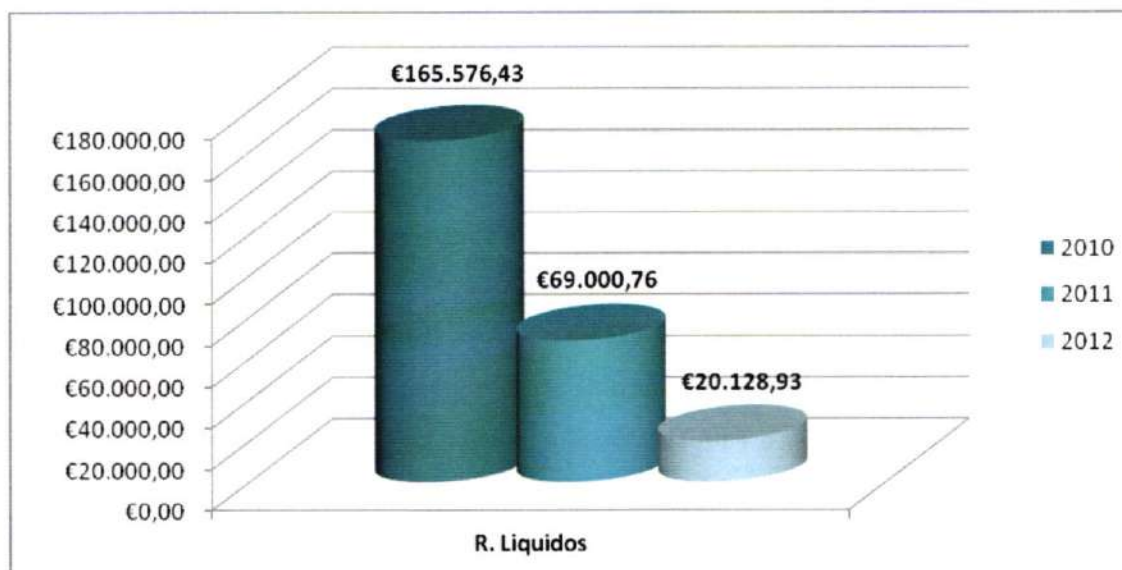
9.2. Farmácia da Misericórdia

Esta Unidade de Exploração registou no ano de 2012 um decréscimo do volume de negócios de 10,81% comparativamente a 2011, tendo-se verificado um decréscimo de 28,25%, comparativamente ao ano de 2010.

O volume de negócios em 2012 atingiu o montante de € 1.125.281,80 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e um euros e oitenta centimos), enquanto no ano de 2011, o volume de negócios atingiu o montante € 1.261.674,07 (um milhão duzentos e sessenta e um mil seiscentos e setenta e quatro euros e sete centimos), traduzindo-se esta situação numa média de vendas mensais de € 93.773,48 (noventa e três mil setecentos e setenta e três euros e quarenta e oito centimos) em 2012 quando em 2011 ascendia a € 105.139,51 (cento e cinco mil cento e trinta e nove euros e cinquenta e um centimos).

Desta forma, e já com os gastos dos Serviços Centrais imputados a todas as Unidades de Exploração, o resultado Líquido do Exercício atingido no ano de 2012 foi o mais baixo dos últimos 3 anos, fruto da redução do volume de negócios pelas razões anteriormente descritas.

De acordo com o gráfico seguinte, o nível dos resultados líquidos dos últimos três exercícios económicos é o seguinte:



Em 2012 prosseguiu-se a estratégia de mudança começada em 2010 nesta Unidade de Exploração que teve como aspetos mais marcantes, os seguintes:

- Estabilização na função de Diretora Técnica da Dra. Renta Rosa e da Dr.ª Suse Rocha na função de farmacêutica Substituta;
- Redução do número de colaboradores da Unidade e consequentemente dos gastos com pessoal, com a saída em setembro de um Ajudante Técnico de Farmácia;
- Continuou-se a política de ajustamento do nível de stock desta Unidade para um máximo de 1,3 do volume médio mensal de vendas, tendo em 31 de dezembro de 2012 atingido o stock de mercadorias o valor de € 132.245,13 (cento e trinta e dois mil duzentos e quarenta e cinco euros e treze cêntimos), representando 1.41 do volume médio mensal das vendas da Unidade. Em 31 de dezembro de 2011 o stock ascendia a € 148.261,91 (cento e quarenta e oito mil duzentos e sessenta e um euros e noventa e um cêntimos), representando cerca de 1.41 do volume médio mensal das vendas da Unidade.
- Revisão das condições comerciais e financeiras do fornecimento de medicamentos à farmácia pelos atuais e potenciais grossistas, processo que ficou concluído em dezembro de 2012 com a mudança da Alliance Unichem para a OCP que, apresentou melhores condições comerciais e financeiras;



As medidas implementadas no sector do medicamento com o objetivo da redução da despesa pública conduziram ao agravamento da situação económica e financeira das farmácias. Em 2012, em todos os escalões de volume de negócio, as farmácias apresentaram, em média, uma rentabilidade líquida negativa de vendas, conforme um estudo produzido pela Universidade de Aveiro em 2012.

As conclusões do estudo apontavam para que as farmácias apresentassem em 2012 um resultado líquido negativo (-39.891 euros) e um resultado operacional antes de amortizações (EBITDA) negativo (-738 euros). Os gastos com pessoal representariam cerca de 17,2 % do volume de negócios e 57 % dos custos totais (excluindo gastos das vendas).

Concluído o exercício económico de 2012, e tendo por base este estudo nacional do sector das farmácias, a Farmácia da Misericórdia apresentou os seguintes indicadores comparativamente aos dados do estudo:

- Resultado Líquido do Exercício: € 20.128,93
- EBITDA: € 39.046,24
- Gastos com Pessoal sobre Volume de Negócios: 18,73%
- Gastos do pessoal sobre Custos Totais (excluindo custo das vendas): 70,54%

Perante os dados anteriores conclui-se que o desempenho económico da Unidade foi positivo, havendo no entanto, ao nível dos recursos humanos um desajustamento face aos valores médios do estudo, que se justifica pelo facto do quadro de recursos humanos ser composto por 4 Farmacêuticas e 2 Ajudantes Técnicos quando, o rácio deveria ser o inverso, ser composto por dois farmacêuticos e 4 Ajudantes Técnicos de Farmácia, o que permitiria uma redução significativa dos custos de funcionamento da Unidade.

10. Gabinete de Comunicação e Imagem da Misericórdia de Gaia

10.1. Revista Laços de Amor

No ano de 2012, o Departamento de Comunicação e Imagem da Misericórdia de Gaia editou e publicou as edições da revista Laços de Amor n.ºs 13, 14, 15 e 16.

Nesta esfera verifica-se uma redução dos custos de produção devido ao facto da paginação da revista ter passado a ser efetuada na íntegra por este Departamento, terminando, assim, o recurso a serviço externo.

No ano 2012 não se verificou qualquer angariação de nova publicidade para a revista, sendo a mesma fruto dos contratos assinados anteriormente, dado que o esforço de publicidade da parte do Departamento de Comunicação e Imagem da instituição ter sido canalizado para o evento 1.ªs Jornadas de Envelhecimento Ativo.

10.2. Site da Misericórdia de Gaia

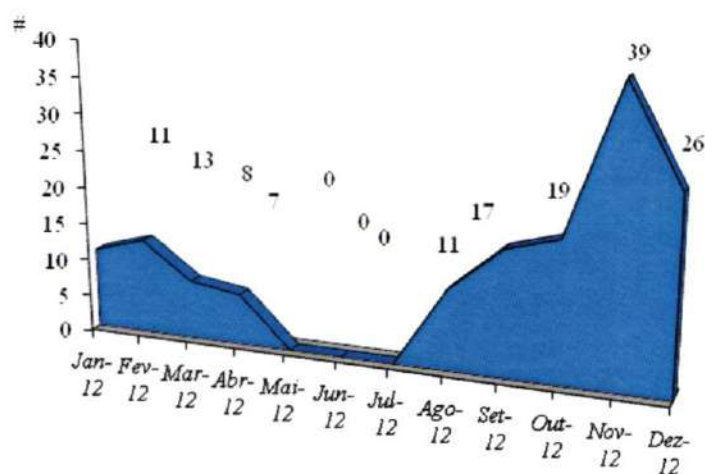
Durante o ano de 2012 o site da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia esteve sob análise e estudo de forma a poder beneficiar de uma melhoria das suas potencialidades em 2013, dados os novos avanços no mundo digital.

10.3. Rede Social Facebook

Durante o ano de 2012 o Departamento de Comunicação e Imagem da Misericórdia de Gaia continuou a publicar e atualizar a sua rede social facebook. Em 2012 a página da Misericórdia de Gaia teve 151 Novos Gostos, representando uma média mensal de 12,58 Novos Gostos.

Gostos Novos (O número de pessoas novas que gostaram da Página)

Média Mensal de Novos Gostos = 12,58

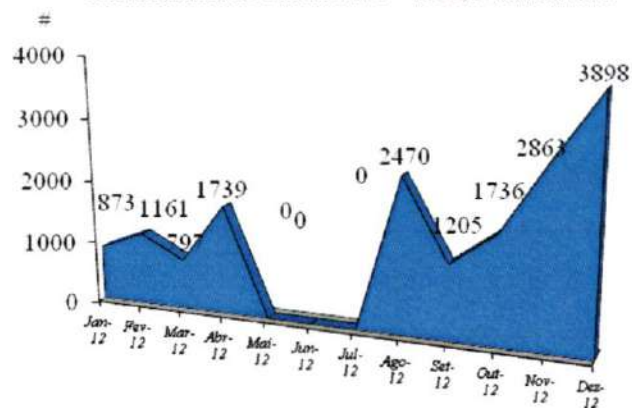


Na página de facebook verificou-se ainda uma média mensal de 220 utilizadores, ou seja de pessoas que viram e interagiram com a página de acordo com os conteúdos publicados.



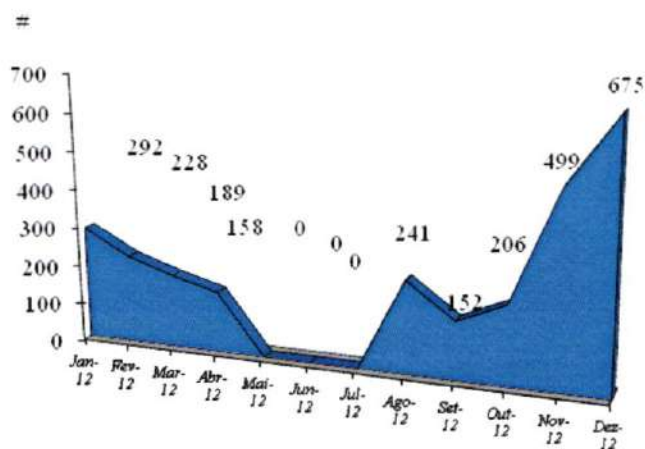
Alcance total (O número de pessoas que viram qualquer conteúdo associado à Página)

Média Mensal de Utilizadores = 1395,17 utilizadores



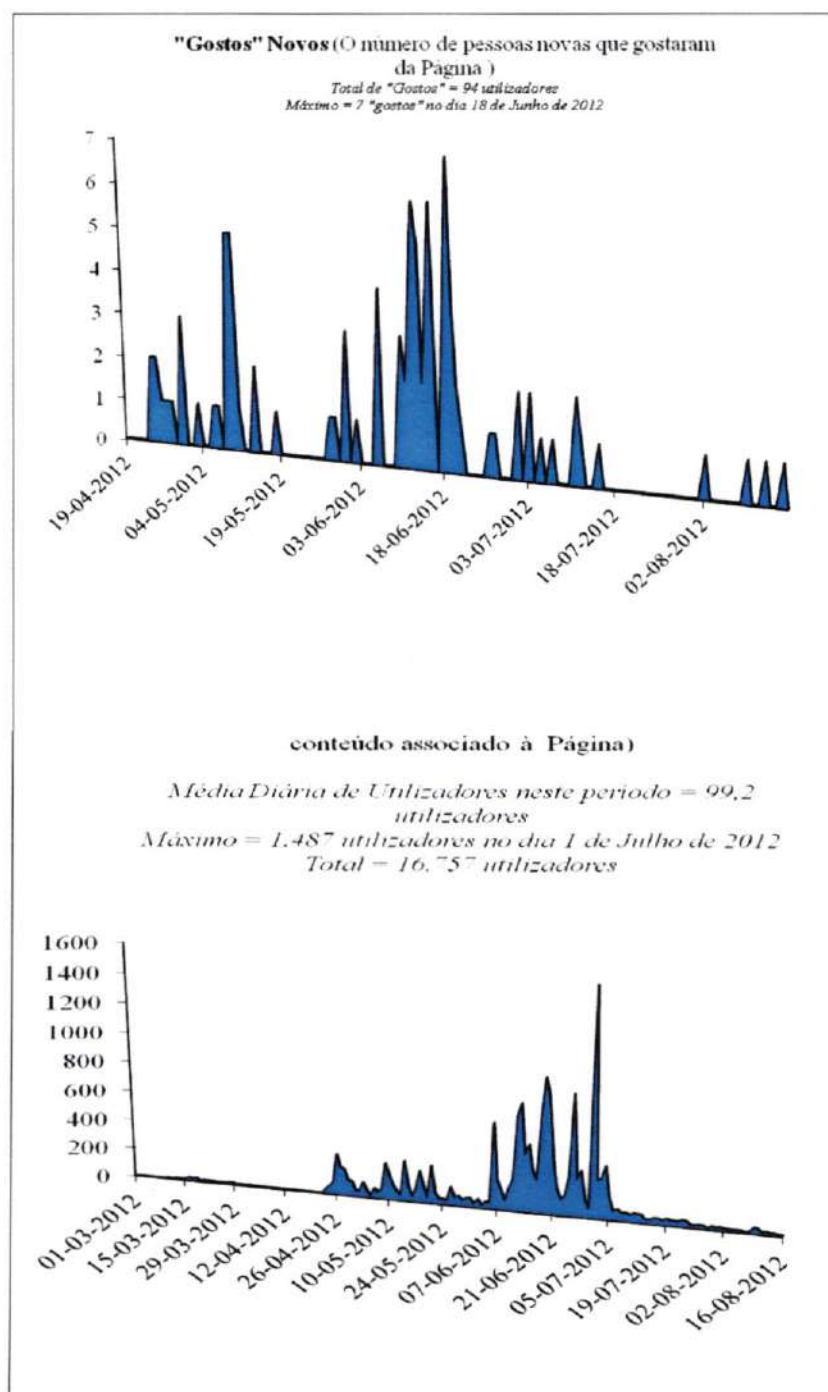
Utilizadores ativos (O número de pessoas que interagiram com a Página. A interação inclui qualquer clique ou história criada)

Média Mensal de Utilizadores = 220 utilizadores



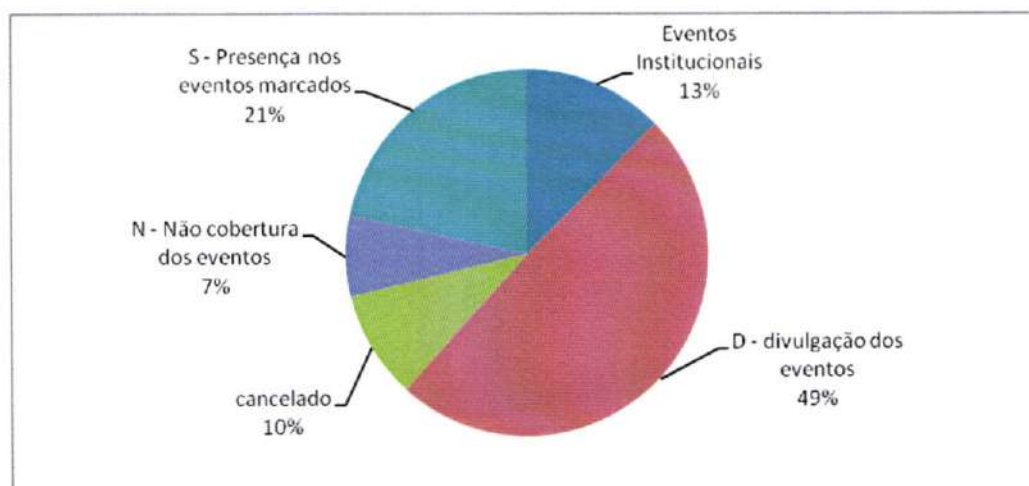
Os dados apresentados demonstram dois aspetos importantes:

- Durante o ano de 2012 o alcance da página de facebook da Misericórdia de Gaia aumentou consideravelmente,
- A ausência de dados de maio a julho de 2012 deve-se ao facto de neste período ter sido criada e atualizada a página do evento das 1.ªs Jornadas de Envelhecimento Ativo.

Estatísticas da página de facebook Jornadas Envelhecimento:

10.4. Relações públicas

O Departamento de Comunicação e Imagem da Misericórdia de Gaia esteve presente em todos os eventos promovidos pela instituição, na qual fez parte da organização da sua maioria. Nesse sentido foram cobertos e divulgados 155 eventos, dos quais 21 foram institucionais e 118 referentes aos equipamentos sociais e unidades de exploração. Apenas não foram cobertos 12 eventos que estavam planeados, tendo sido 16 cancelados.



10.5. Publicidade

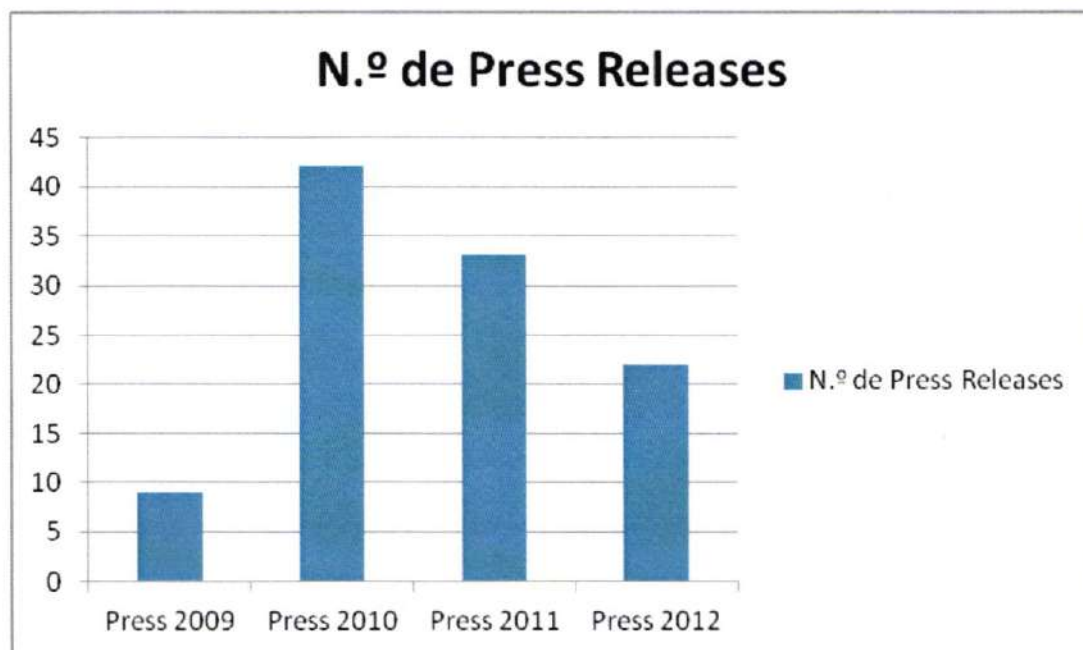
O Departamento de Comunicação e Imagem da Misericórdia de Gaia foi o responsável por colocar em prática todas as formas de propaganda e publicidade da Misericórdia de Gaia, não sendo, por isso, necessário recorrer-se a serviços externos para realizar, nomeadamente, cartazes, panfletos, anúncios publicitários que foram publicados em órgãos de comunicação social nacionais e regionais, bem como divulgados nos órgãos de comunicação internos da instituição e respetivos equipamentos/unidades. Neste parâmetro foram produzidos elementos publicitários das seguintes situações:

- Tomada de Posse dos Corpos Sociais, para o triénio de 2012/2014, na Capela do Lar Salvador Brandão – 6 de janeiro;
- Jantar de homenagem ao Sr. Luís Marques Gomes, no Restaurante Casa Branca, em Lavadores, pelos 50 anos ao serviço da Santa Casa – 1 de março;
- Participação da Misericórdia de Gaia no evento da Caminhada Águas de Gaia – 15 de abril;
- Procissão em honra de N.ª Sr.ª da Misericórdia – 27 de maio;
- Evento 1.ªs Jornadas Envelhecimento Ativo – “Adultos Maiores: Um recurso vital para a sociedade”, organizadas pela Misericórdia de Gaia – 18 e 19 de junho;
- Sessão comemorativa do 83.º aniversário da Misericórdia de Gaia – 26 de junho;
- Lançamento do livro “A Misericórdia – A Santa Casa de Vila Nova de Gaia”, no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – 7 de julho;
- Noite de fado “Fado Solidário” a favor do Centro de Acolhimento Temporário N.ª Sr.ª da Misericórdia, no pavilhão Joaquim Oliveira Lopes – 3 de novembro.

10.6. Assessoria de imprensa

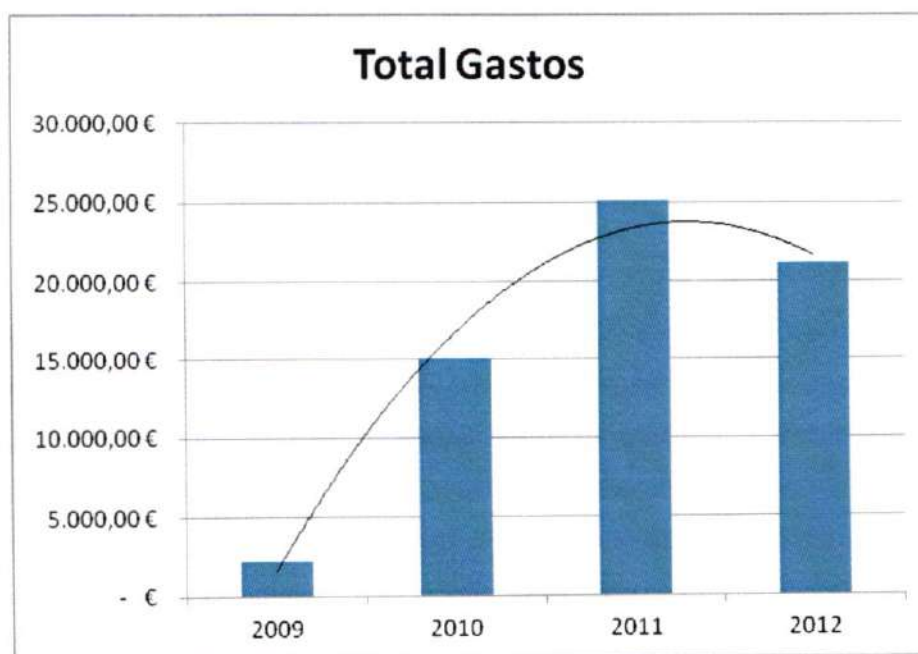
O Departamento de Comunicação e Imagem da Misericórdia de Gaia foi responsável pelo contacto com os órgãos de comunicação sociais locais e nacionais, através do envio de press releases/comunicados de imprensa a dar conhecimento de todas as iniciativas da instituição, coordenação das entrevistas ao Senhor Provedor, elaboração do arquivo de todas as notícias que saem na comunicação social sobre a Misericórdia de Gaia, tendo em conta as limitações do clipping/triagem disponíveis pelos meios que chegam à instituição, uma vez que podem ser publicadas mais notícias do que aquelas a que se tem acesso.

Em 2012 foram enviadas para a comunicação social 22 press releases/comunicados de imprensa.



10.7. Gastos

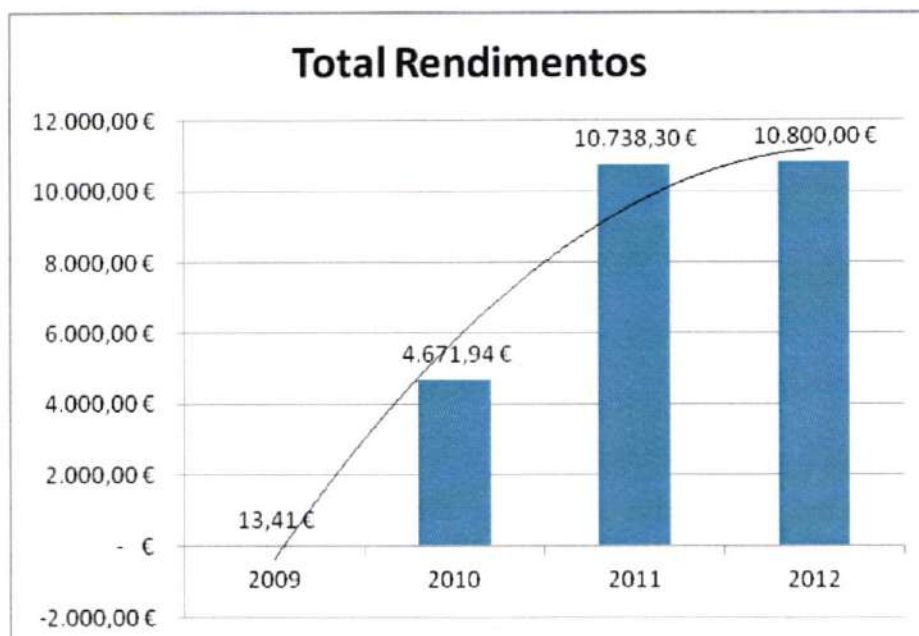
O Departamento de Comunicação e Imagem da Misericórdia de Gaia verificou uma redução dos seus custos operacionais de 2012 em relação a 2011. Essa redução foi na ordem dos 15,7% (aproximadamente – € 4.000 – quatro mil euros).



O principal fator desta redução deveu-se ao término da paginação da revista Laços de Amor por externos, passando este serviço a ser realizado internamente pelo Departamento de Comunicação e Imagem.

10.8. Rendimentos

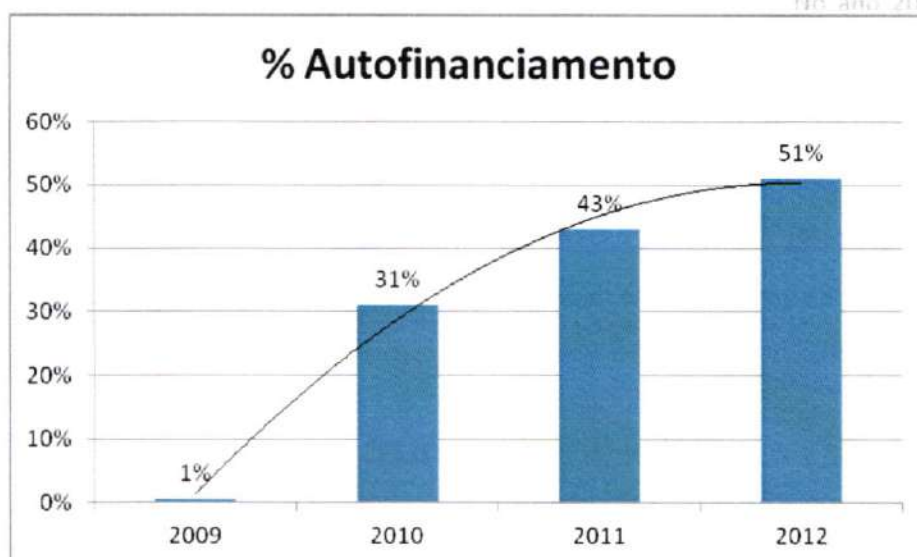
O Departamento de Comunicação e Imagem da Misericórdia de Gaia verificou um ligeiro aumento dos seus proveitos no decorrer do último ano.



A principal fonte de proveitos de 2012 deveu-se aos esforços na angariação de patrocinadores e outros apoios para o evento 1.ªs Jornadas de Envelhecimento Ativo - (aproximadamente 70% do total dos rendimentos). É de realçar que o peso deste evento no total de rendimentos foi também proporcional ao tempo despendido pelo Departamento de Comunicação e Imagem na preparação e realização do mesmo em relação ao total de atividades.

10.9. Autofinanciamento

Com base nos dados apresentados pode-se concluir que o Departamento teve bons resultados no que se refere ao autofinanciamento direto, aumentando aproximadamente 10% relativamente a 2011.



11. Qualidade

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, no âmbito do processo de candidatura que a União das Misericórdias Portuguesas avançou em 2011 para a Implementação e Certificação da Qualidade nos Serviços Sociais das Misericórdias, através do EQUASS - European Quality in Social Services, desistiu da candidatura da C.N.I.S. ao projeto F.A.S. 2, dado que, a implementação da certificação de qualidade através do E.Q.U.A.S.S. seria mais adequado às especificidades das Misericórdias.

No início do ano de 2012, a União das Misericórdias Portuguesas comunicou que não havia data previsível para a abertura das candidaturas nem se previa para breve, aconselhando as Instituições que aderiram ao projeto de implementação da certificação da qualidade a avançar com a sua concretização pelos recursos próprios, uma vez que a candidatura, a ser aprovada, visava minorar o esforço financeiro da implementação de todo este processo.

No final do ano, a Misericórdia de Gaia foi novamente contactada pela União das Misericórdias Portuguesas para informar que a candidatura que tinha sido submetida ao P.O.P.H. já estava desbloqueada, agora para um universo de 25 Instituições e não de 50 como inicialmente previsto, e a confirmar a inclusão da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia na candidatura.



Conscientes de que o processo de Implementação da Certificação da Qualidade das Respostas Sociais será um importante instrumento para a melhoria da qualidade do serviço da Instituição e de uma melhor gestão dos gastos temos esta candidatura como um importante contributo para que, em articulação com os serviços internos da qualidade, possamos implementar a desejada mudança que tem como objetivos:

- Aumento da confiança interna e externa nos métodos de trabalho;
- Reorganização da Instituição;
- Aumento da motivação dos colaboradores;
- Prestígio;
- Maior controlo dos custos de não qualidade e sua diminuição;
- Aumento da satisfação dos clientes/utentes;
- Reconhecimento.

No entanto, os serviços de qualidade da Instituição, ao longo do ano de 2012, foram desenvolvendo vários trabalhos, dos quais se destacam:

- Continuação da implementação do Sistema da Qualidade na Creche e Jardim de Infância (já se encontra implementado o Processo Geral de "Candidatura") tendo-se dado início à implementação dos Processos Operacionais, onde está sempre presente a preocupação da integração com as Unidades de Exploração no que respeita aos processos que lhes são comuns;
- Implementação do Processo Operativo "Higiene e Conforto" no Salvador Brandão e no Residencial Conde das Devesas;
- Com a elaboração dos Planos de Controlo da Qualidade, deu-se a passagem do nível de Implementação para o nível de Controlo da Qualidade dos Processos Operacionais: "Alimentação", "Higiene e Desinfecção das Instalações" e "Higiene e Conforto";
- Desenvolvimento dos Planos Individuais da Creche e Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas;
- Retoma dos trabalhos relativos ao Processo da "Saúde" com a continuação da elaboração do "Manual de Boas Práticas de Higiene e Conforto" e início da descrição das atividades referentes a este processo pelo Serviço de Saúde;
- Elaboração da Instrução de "Resposta a Situações de Emergência";
- Início da elaboração da Rede de Processos do Centro de Acolhimento;



- Inserção dos documentos de outras Unidades da Misericórdia (no momento não incluídas no âmbito do Sistema da Qualidade em implementação) como o Departamento de Intervenção Comunitário, Apoio Domiciliário, Clínica Fisiátrica, Farmácia e Património, no Processo de “Controlo de Documentos”;
- Implementado e em curso o tratamento das Sugestões da Clínica Fisiátrica;
- Nova revisão (n.º3) da Política da Qualidade, na sequência da escolha do referencial EQUASS para a Certificação do Sistema da Qualidade da Misericórdia.

12. Património Imóvel

Concluído o Livro Branco do Património da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, durante o ano de 2011, a Unidade de Gestão do Património continuou a desenvolver com regularidade o seu trabalho, para que já no decurso do ano de 2013, a Mesa Administrativa possa dispor de um documento de trabalho onde conste a avaliação de todo o património e a abordagem estratégica para o mesmo. A Unidade de Gestão de Património reuniu 3 vezes durante o ano de 2012.

12.1. PROGRAMA POPH – Medida 6.12.

Tal como se referia no Relatório do ano anterior, e tendo em atenção, por um lado, o facto de a “Obra de Remodelação e Ampliação do Lar José Tavares Bastos”, apresentada na candidatura ao Programa POPH, ter de estar concluída até 14 de dezembro de 2013, e, por outro, o facto de a Gaiurb ter condicionado a emissão do alvará de licença de obras ao deferimento dos projetos de especialidades das obras de urbanização da parte sobrança da Quinta do Vale que a realização das obras na Unidade implicam, e ainda porque a Misericórdia continuava a encontrar muitas dificuldades em conseguir o elevado financiamento que as obras na Unidade e na urbanização implicavam (a comparticipação do Programa POPH representava pouco mais de 20% dos gastos da obra da Unidade), a Misericórdia solicitou ao Gestor do Programa se, sem pôr em causa os prazos estabelecidos nos Regulamentos, podia adiar por mais algum tempo o procedimento adjudicatório da Empreitada.

Face à notificação emitida pelo Instituto da Segurança Social para apresentar documentação relacionada com a abertura do concurso de empreitada, a Misericórdia

respondeu, reiterando aquelas justificações e salientando outros aspetos, tais como, a impossibilidade de se prever quando seria realizada a escritura de compra e venda da propriedade denominada “Tapada do Toural”, por € 725.175,00 (setecentos e vinte e cinco mil cento e setenta e cinco euros) à Fábrica Cerâmica de Valadares, não haver condições favoráveis, como aconteceu com outros investimentos nos seus equipamentos sociais, para alienar património e à impossibilidade de apoio por parte do Município de Vila Nova de Gaia, ele mesmo a atravessar graves dificuldades, para informar que admitia desistir do projeto, a não ser que lhe fosse concedida uma comparticipação mais compatível com o volume do investimento e que, em simultâneo, fosse permitido alargar a lotação dos quartos (passar 10 dos 20 quartos de 1 cama para quartos de 2 camas, o que aumentaria a lotação de 60 para 70 utentes).

Esta nossa pretensão não foi acolhida, pelo que o processo não teve seguimento.

12.2. PROGRAMA MODELAR – 2.ª Fase.

Em fevereiro de 2012, fomos notificados pelo Conselho Diretivo da ARS – Norte da intenção de rescindir o Contrato de Atribuição de Apoio Financeiro, celebrado em 5 de junho de 2010, no âmbito do programa Modelar, para ajuda da “Obra de Construção de um Centro de Cuidados Continuados, em Gulpilhares”, nomeadamente, devido à não execução material do projeto nos termos e prazos previstos.

Face ao elevado montante do investimento previsto e à crise económica e financeira em que estamos mergulhados, considerando as grandes dificuldades encontradas para obter financiamento, tendo em atenção a recomendação feita pelo Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas no sentido de não avançarmos com o projeto, devido à incerteza quanto à continuidade da Rede Nacional de Cuidados Continuados, a Misericórdia respondeu à ARS, lembrando que havia informado o Senhor Presidente do Conselho Diretivo em outubro de 2011 que o projeto de execução estava pronto para ser entregue e solicitava uma audiência para ouvir de viva voz qual era a posição do Conselho Diretivo quanto a este investimento e expor os pontos de vista da Misericórdia:

- a) A Misericórdia mantém a sua vontade em alargar a sua ação na área da saúde, nomeadamente, nos cuidados continuados;
- b) Atendendo, porém, à situação atual e à notificação recebida, a Misericórdia admitia não levar por diante o projeto, já que e face ao ritmo a que estão a decorrer as obras de construção do Centro de Reabilitação no antigo Sanatório Marítimo do Norte e às



consequências que a sua entrada em funcionamento, vai ter nas Clínicas mais próximas, como a nossa, seria um enorme risco para a Misericórdia avançar para novas instalações;

- c) Tendo, no entanto, em atenção, a absoluta necessidade para o nosso Concelho de mais camas na área dos cuidados continuados e à intenção manifestada pelo Governo de entrega às Misericórdias dos seus hospitais e outros serviços;
- d) Considerando as excelentes relações com as Administrações do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e da ARS, a Misericórdia manifestou total disponibilidade para, em conjunto com essas entidades, definir uma estratégia de utilização faseada e progressiva da Unidade 2 do Centro Hospitalar (Hospital da Misericórdia) para ali por a funcionar primeiro as valências de Média Longa Duração e, mais tarde, os Cuidados Paliativos e outros Serviços.

Apesar de ter chegado a estar agendada uma reunião com o Presidente da ARS, a mesma não se chegou a realizar, sendo que, entretanto, o Contrato de Atribuição de Apoio Financeiro foi rescindido, não tendo havido qualquer evolução quanto à proposta apresentada pela Misericórdia.

12.3. Património – Quinta das Devezas

Em estado expectante desde a sua doação em 1971 pelos descendentes do Conde das Devezas, a Quinta das Devezas foi durante estes anos sujeita a vários estudos, o último dos quais deu lugar à emissão por parte do Município do Alvará de Loteamento n.º 02/09.

Em maio de 2011, dada a necessidade por parte da Edilidade em rever o traçado viário que, no âmbito do Protocolo celebrado com esta Misericórdia antes da emissão do citado Alvará, assumiu executar, fez com que a Gaiurb contactasse a Misericórdia para propor a inevitável revisão do estudo do loteamento, sem prejuízo, no entanto, dos direitos e compromissos assumidos. Assim, a Mesa Administrativa decidiu proceder ao estudo dessa revisão, sob a superior orientação do Mesário Suplente, Sr. Arqt.º António Lacerda Vieira, a prestimosa colaboração do ex - Diretor Geral e atual Irmão Conselheiro Sr. Luís Marques Gomes e o trabalho de gabinete da Arqt.ª Susana Morais, em sintonia com os Responsáveis da Gaiurb.

As obras do arruamento começaram no início do ano 2012, mas, dada a dimensão das alterações registadas no traçado da via e nas obras de infraestruturas que a Câmara teve de executar e, atendendo à necessidade de enquadrar os lotes e o volume de construção para

eles previsto, com essas alterações e a realidade existente, nomeadamente, o Palacete da Quinta e a sua zona envolvente, essa revisão do estudo não foi concluída em 2012. Nessa altura aguardava-se um levantamento topográfico atualizado, a cargo da Câmara. No entanto, prevê-se que tudo fique concluído no primeiro semestre de 2013.

12.4. Obra do Arquivo Geral

Após o lançamento do procedimento por ajuste direto em plataforma eletrónica (de acordo com o Código de Contratos Públicos, Dec. Lei n.º 18/2009, de 29 de janeiro) em 13 de abril de 2012, foi deliberado em reunião da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia de 31 de julho de 2012, adjudicar à Sociedade de Construções PAV e Obras Publicas, Lda. a empreitada de “Arquivo D. Maria Eduarda Figueiras Pinto Ribeiro” pelo preço global de € 145.496,78 (cento e quarenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e seis euros e setenta e oito centimos), não incluído o valor do IVA.

Ao custo da empreitada ainda acresceu as prestações de serviços de fiscalização entregues à empresa CIVI4, Lda. e de coordenação de segurança em obra entregue à empresa Fourempor, Lda., respetivamente, € 5.890,00 (cinco mil oitocentos e noventa euros) e € 1.794,00 (mil setecentos e noventa e quatro euros), aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Até 31 de dezembro de 2012 foram faturados aproximadamente 15% dos trabalhos da obra, isto é, € 21.922,29 (vinte e um mil novecentos e vinte e dois euros e vinte e nove centimos) aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Características gerais da empreitada:

Dados da empreitada			
	Dados Contratuais	Dados Atuais	
Valor Global	153.180,78€ + 23% de IVA	152.197,78€ + 23% de IVA	
		25.764,29€ + IVA (já faturados)	127.432,49€ + IVA (por faturar)
Prazo	6 meses	6 meses	
Início	14 setembro 2012	3 outubro 2012	
Início/Fim	14 março 2012	3 abril 2013	

Nesta altura prevê-se o cumprimento do prazo de conclusão da Empreitada e a fiscalização tem estado atenta à preocupação do Dono de Obra para que não exista derrapagem nos custos e no prazo de conclusão da Empreitada.



12.5. Atividade Corrente

Mesmo conscientes das dificuldades sentidas, esta área de negócio da Instituição é uma importante alavanca para o aumento dos rendimentos, pelo que realizámos investimentos, bem como manutenções no Património Imóvel, de acordo com o previsto e aprovado em sede de plano e orçamento de exploração para 2012.

A instabilidade económica e financeira está a condicionar o mercado de arrendamento, com os principais decisores focados na diminuição dos custos, na redução das áreas que ocupam e na renegociação dos contratos de arrendamento. A Misericórdia de Gaia mantém-se flexível na negociação dos contratos, reduzindo o valor das rendas e concedendo mais incentivos aos inquilinos.

De acordo com os números apresentados no quadro seguinte podemos verificar que, como seria expectável, se verificou um aumento do número de arrendamentos habitacionais, uma redução a nível do arrendamento comercial e uma diminuição quanto ao número de denúncias de arrendamento.

		2010	2011	2012
Novos Arrendamentos	Habitacional	12	10	18
	Comercial	3	1	0
Denúncia de Arrendamentos		20	22	19

À semelhança ao ano de 2011, uma parte significativa do Património Imóvel encontra-se arrendado, havendo ainda alguns imóveis e terrenos que não o estão, ou por não reunirem condições para esse fim, ou reunindo, encontram-se previstas as respetivas obras no Plano de Investimentos que recentemente foi aprovado em Assembleia Geral.

Em Portugal, o valor das rendas está a ter um percurso de descida e as expectativas em relação à sua evolução também não são positivas. Esta situação pode ser reflexo de um excesso de oferta, sem desdenhar as limitações no rendimento disponível das famílias.

Tal como seria de esperar, a Misericórdia de Gaia é um espelho desta tendência. Em 2012 houve um aumento significativo do número de pedidos de redução de renda por parte dos seus inquilinos. Para tentar dar uma resposta mais rápida a estas solicitações, tendo em conta as dificuldades apresentadas por cada um, foi criado, em fevereiro de 2012, na Misericórdia de Gaia um Plano de Redução de Rendas, no qual é analisado o historial de cada

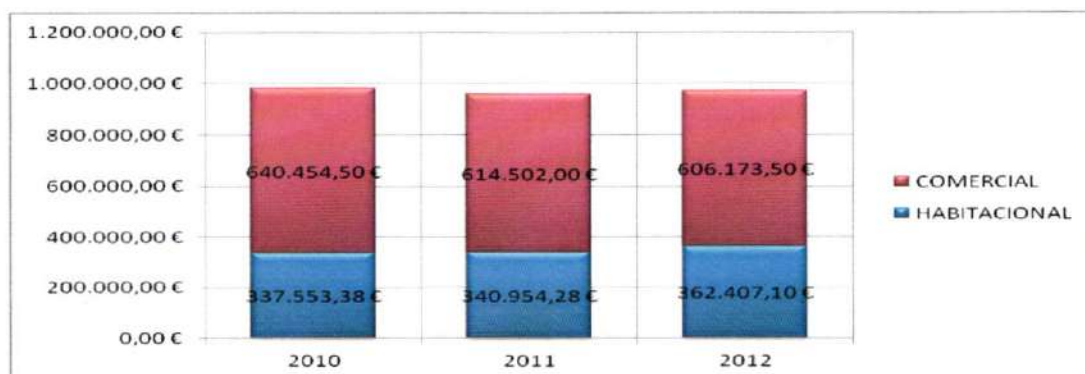
processo e onde se prevê a aceitação da redução da renda, quer no mercado habitacional, quer no mercado comercial, através de uma fórmula com base no valor da inflação anual. Estas reduções têm a validade de um ano.

No ano de 2012, em 11 contratos de arrendamentos que a Instituição concedeu reduções no valor da renda, perfeitamente uma redução anual acumulada de aproximadamente € 8.000,00 (oito mil euros).

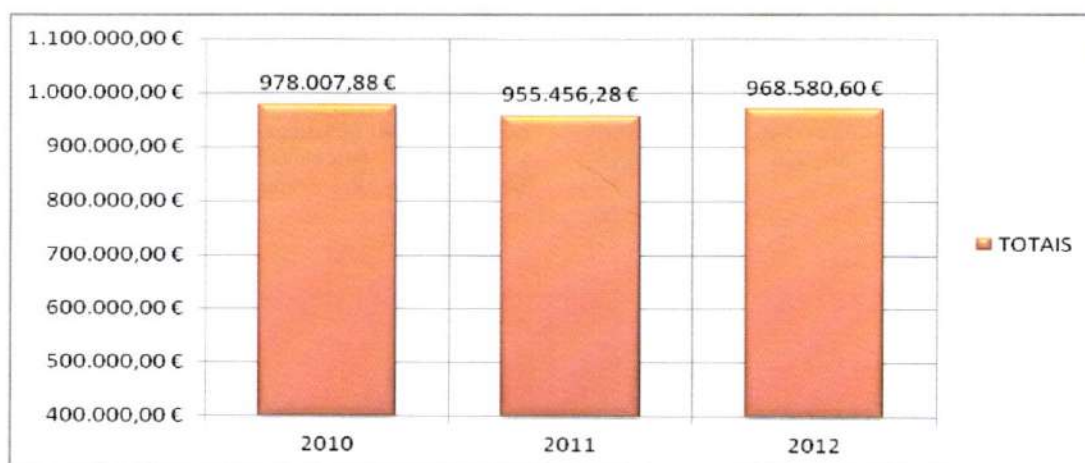
Estes valores traduzem-se numa redução média de 1,1%, estando este valor abaixo do registado na Área Metropolitana do Porto em período homólogo - 1,8% - e acima em igual período na Área Metropolitana de Lisboa - 0,4% (Fonte: *Diário Digital com Lusa*).

Mesmo assim, tendo presente o quadro anterior e o exposto, os rendimentos provenientes dos imóveis foram superiores ao verificado em igual período de 2011, conforme se pode verificar pelos gráficos seguintes:

Rendimentos do Património – Comercial/ Habitacional



Rendimentos do Património Total



12.6 Plataformas Eletrónicas

12.6.1. Plataforma para Manutenção do Património

No ano 2012 o Setor de Obras e Exploração (SOE) da Misericórdia de Gaia foi munido de uma plataforma eletrónica interna de deficiências/reclamações dos seus imóveis para que haja uma triagem prévia e maior agilidade na resposta das mesmas. Esta plataforma também permite a criação do historial das manutenções executadas em cada uma das frações da nossa Instituição.

12.6.2. Plataforma de Compras Públicas

Continuando no tema das plataformas eletrónicas, foi no decorrer deste ano que a Misericórdia de Gaia, “como pessoa coletiva de natureza privada, mas que prossegue um interesse público”, e a fim de dar cumprimento à legislação em vigor em termos de contratação pública – Dec. Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, mais conhecido por Código dos Contratos Públicos – adquiriu a licença na plataforma de compras públicas www.compraspt.com.

No decorrer do ano de 2012 foram feitas, neste setor, através da plataforma eletrónica de compras públicas, três procedimentos, dois ajustes diretos e um concurso público. Os resultados foram os apresentados no gráfico seguinte.

Procedimentos do SOE em plataforma de compras públicas



13. Recursos Humanos

13.1. Formação

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia prosseguiu em 2012 a política de formação iniciada em 2010, promovendo a aquisição e atualização das competências dos seus colaboradores por forma a melhorar os serviços prestados a todos os seus utentes.

Esta política traduziu-se na execução do Plano de Formação 2010/2011 o qual ainda se estendeu até ao primeiro trimestre de 2012, bem como do Plano de Formação 2012/2013 atualmente em curso, ambos resultantes das candidaturas elaboradas em parceria com a Vianasoft ao POPH – Plano Operacional Potencial Humano, programa participado pelo FSE – Fundo Social Europeu, que concretiza a agenda temática para o potencial humano inscrita no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), documento programático que enquadra a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

O quadro seguinte evidencia as formações modelares certificadas que foram ministradas, algumas delas relativas ao plano de 2010/2011 e que transitaram para o ano de 2012 e outras relativas ao plano de formação 2012/2013, bem como o número de formandos e respetiva carga horária. Este programa de formação foi estruturado tendo por base as necessidades da Instituição que, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), disponibilizou aos seus colaboradores meios para melhorar e desenvolver as suas competências técnicas, sociais e relacionais.



O quadro seguinte descreve as formações certificadas ministradas no ano 2012, as instituições formandos abrangidos e horas ministradas

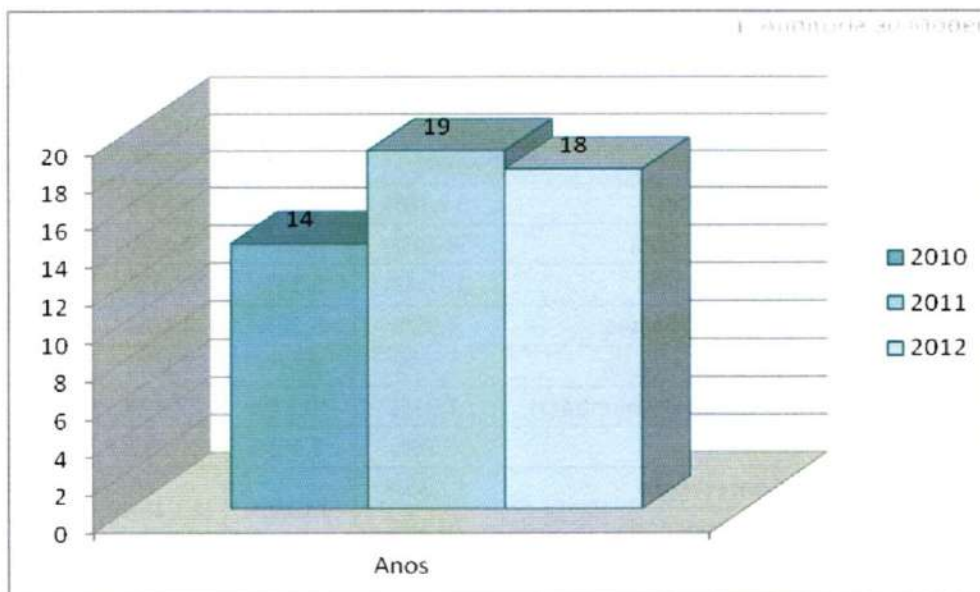
Formações Modelares Certificadas			Nº. Formandos	Total de Horas
2010-2011	21-AAC	Ateliê Musical	25	15
2010-2011	25-AAC	Acompanhamento de crianças - técnicas de animação	50	15
2012-2013	1-SB	Comunicação interpessoal e institucional	25	15
2012-2013	3-AAC	Ergonomia do posto de trabalho	50	15
2012-2013	4-SB	Ergonomia do posto de trabalho	50	15
2012-2013	5-SB	Ergonomia do posto de trabalho	50	15
2012-2013	6-AAC	Folha de cálculo	50	15
2012-2013	8-AAC	Folha de cálculo - funcionalidades avançadas	25	15
2012-2013	13-AAC	Projetos de organização de eventos - planeamento e gestão	25	15
2012-2013	14-SB	Psicologia da velhice	50	15
2012-2013	17-SB	Segurança e Saúde no Trabalho - identificação, avaliação e prevenção dos riscos de trabalho	25	15

13.2. Acidentes de Trabalho

Ao longo dos últimos anos, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia tem feito um esforço para reduzir o número e a gravidade dos acidentes de trabalho que ocorrem na instituição, quer pela via da formação, quer pela via de dotar as Unidades de Exploração de cada vez mais meios que protejam e facilitem o normal desenvolvimento das tarefas diárias dos colaboradores.

A Misericórdia, promovendo a motivação e a qualidade do trabalho executado, promove a qualidade dos serviços prestados aos utentes.

O número de acidentes de trabalho nos últimos 3 anos aparece refletido no quadro seguinte:



Registrou-se uma média anual de 17 acidentes de trabalho, valor que enquanto for diferente de zero será sempre considerado relevante e objeto de preocupação, e que levará a instituição a continuar o trabalho de sensibilização e implementação de medidas, visando o incremento das boas práticas de trabalho.

13.3. Absentismo

O absentismo, sendo os trabalhadores o maior fator de produção da Instituição, assume particular relevância no desenvolvimento da atividade diária normal dos estabelecimentos.

Nos últimos 3 anos ocorreu um ligeiro decréscimo, o qual reflete a preocupação com este indicador e que na prática se traduz na diminuição de gastos com o pessoal, nomeadamente, com as substituições de trabalhadores ausentes.



Atas do Conselho Municipal de Administração - 2012

				Variação
Unidades de Exploração	2010	2011	2012	2012/2011
Salvador Brandão	11,10%	6,67%	6,53%	-2,10%
Antônio Almeida Costa	8,11%	8,85%	4,46%	-49,60%
José Tavares Bastos	10,34%	5,74%	10,08%	75,61%
Residencial Conde Devesas	4,93%	8,78%	4,60%	-47,61%
Creche e Jardim de Infância	7,77%	7,61%	4,81%	-36,79%
Departamento Intervenção Comunitário	1,31%	10,63%	27,47%	158,42%
Farmácia	6,76%	7,19%	10,82%	50,49%
Obras e Conservação	12,35%	13,10%	13,16%	0,46%
Exploração Agropecuária	20,19%			
Serviços Centrais	6,73%	2,80%	2,32%	-17,14%
Centro Acolhimento	6,74%	4,36%	3,55%	-18,58%
Clinica Fisiátrica	6,40%	8,32%	15,29%	83,77%
Lavanderia	1,76%	0,61%	1,31%	114,75%
Totais	104,49%	84,66%	104,40%	23,32%

Consolidado	2010	2011	2012
TOTAL DE HORAS DE FALTA	48201,01	33072,39	39396,60
TOTAL POTENCIAL HORAS W MENSAL	584564,57	456715,10	560918,31
TOTAL % ABSENTISMO	8,25%	7,24%	7,02%



13.4. Higiene e Segurança no Trabalho

Durante o ano de 2012, a Comissão de Higiene e Segurança no Trabalho, em conjunto com a empresa Sigalabor, desenvolveu os seguintes trabalhos:

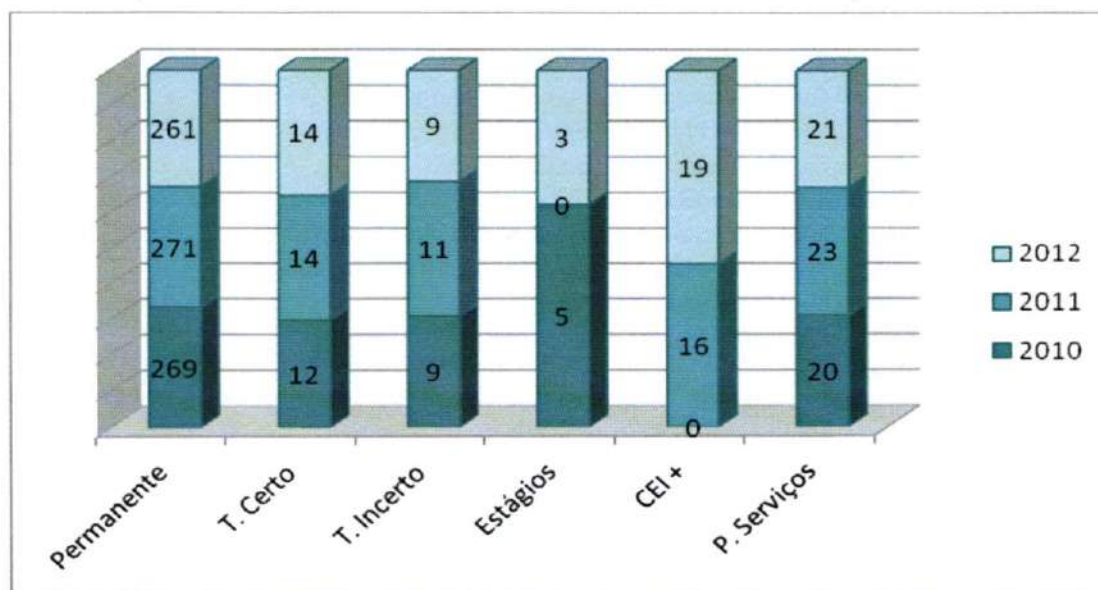
Mês	Serviço realizado
jan/12	Auditoria Técnica Lar Salvador Brandão
	Elaboração do PSI – Plano de Segurança contra Incêndios
	Elaboração de Caderno de Registos de Segurança
	Reunião ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil
fev/12	Auditoria Técnica Sede
	Elaboração PSI – Plano de Segurança contra Incêndios
	Reunião Sede da Santa Casa – Comissão de Segurança
	Auditoria Técnica Lavandaria Única
mar/12	Elaboração PSI - PSI – Plano de Segurança contra Incêndios
	Reunião da Comissão de Segurança
	Reunião ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil
	Auditoria Técnica Lar António Almeida Costa
abr/12	Elaboração PSI - PSI – Plano de Segurança contra Incêndios
	Sensibilização em Organização de Emergência
	Preenchimento e Entrega de Anexo D - Relatório Único
	Auditoria Técnica Lar José Tavares Bastos
mai/12	Elaboração PSI - PSI – Plano de Segurança contra Incêndios
	Elaboração e envio de Trabalhos Técnicos (Brochuras de sensibilização)
	Sensibilização em Organização de Emergência
	Auditoria Técnica Centro de Acolhimento Temporário
jun/12	Elaboração PSI - PSI – Plano de Segurança contra Incêndios
	Sensibilização em Organização de Emergência
	Reunião ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil
	Auditoria Técnica Creche e Jardim Infância D. Emília Costa
jul/12	Elaboração PSI - PSI – Plano de Segurança contra Incêndios
	Reunião Sede – Comissão de Segurança
	Sensibilização em Organização de Emergência
	Auditoria Técnica
ago/12	Elaboração PSI - PSI – Plano de Segurança contra Incêndios
	Sensibilização em Organização de Emergência
	Auditoria Técnica Lar António Almeida Costa
	Elaboração PSI - PSI – Plano de Segurança contra Incêndios
set/12	Sensibilização em Organização de Emergência
	Reunião ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil
	Auditoria Técnica Lar Residencial Almeida Costa
	Elaboração PSI - PSI – Plano de Segurança contra Incêndios
out/12	Sensibilização em Organização de Emergência
	Plano Municipal de Emergência
	Reunião Sede – Comissão de Segurança
	Auditoria Técnica Lar A. Almeida Costa c/Arq.
nov/12	Elaboração PSI - PSI – Plano de Segurança contra Incêndios
	Sensibilização em Organização de Emergência
	Auditoria Técnica Farmácia da Misericórdia
	Elaboração PSI - PSI – Plano de Segurança contra Incêndios
dez/12	Sensibilização em Organização de Emergência
	Reunião ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil



13.5. Recursos Humanos – Quadro de Pessoal

Em 31 de dezembro de 2012, o quadro de recursos humanos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia era composto por 335 colaboradores, dos quais 261 com contrato permanente, 14 em regime de contrato de trabalho a termo certo, 9 em regime de contrato de trabalho a termo incerto, 21 em regime de prestação de serviço e 19 em regime contratos emprego inserção, conforme quadro seguinte:

Tipos de Contrato							
Ano	Permanente	T. Certo	T. Incerto	Estágios	CEI +	P. Serviços	Total
2010	269	12	9	5	0	20	315
2011	271	14	11	0	16	23	335
2012	261	14	9	3	19	21	327



13.6. Fluxo de Saídas

Durante o ano de 2012, o fluxo de saídas dos recursos humanos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia foi o descrito no quadro seguinte, de acordo com os motivos apresentados:

Departamento	Justificação das Saídas 2012							Total
	Reforma	Despedimento	Denúncia do Contrato	Fim de Estágio	Pedido de Demissão	Fim P. Serviços	Fim Comissão Serv.	
C. Acolhimento			5					5
Clinica Fisiátrica		2	2			3		7
Creche		1	5		2			8
DIC	1							1
Farmácia			1		1	1		3
AAC		2	8		2	1		13
JTB			9					9
RCD	1		7		1	1		10
SB			5		1			6
SOE Agric.		1						1
S. Centrais	1				1	6		8
Totais	3	6	42		8	12		71

13.7. Sistema de Avaliação e Desempenho

O Sistema de Avaliação de Desempenho apresenta-se como um dos objetivos estratégicos a prosseguir pela Mesa Administrativa.

Após o contrato celebrado com a empresa Blanes, Gestão de Recursos Humanos, esta ferramenta de gestão que premeia e valoriza o capital humano não se encontra efetivamente implementada.

No ano de 2012 procedeu-se ao levantamento dos objetivos estratégicos, indicadores de desempenho e análise e descrição de funções das diversas unidades locais que constituem a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Foi estabelecida uma sinergia neste âmbito, após a Blanes tomar a iniciativa de contactar as Diretoras Técnicas das várias unidades por forma a estabelecer os objetivos que norteiam as suas funções e as dos seus colaboradores.

Deste modo, de acordo com o plano de ação para este projeto, estão concluídas as seguintes fases:



1. Auditoria ao Modelo de Gestão de Recursos Humanos;
2. Levantamento dos Requisitos Legais;
3. Levantamento dos Requisitos e Objetivos da Organização;
4. Levantamento e Divulgação do Objetivo da Avaliação de Desempenho;
5. Aplicação do Diagnóstico Organizacional;
6. A imagem da Organização – análise;
7. Levantamento Funcional de construção de um perfilgrama;
8. Descritivo Funcional;
9. Plano de Carreira;
10. Construção da Matriz de Avaliação de Desempenho (sistema vertical decrescente);
11. Ação de Sensibilização para a Avaliação de Desempenho;

No decorrer do ano de 2012 a Blanes executou todo o plano de trabalho apresentado em relatório anterior, contudo, e para concluir todo o processo, falta agora a Instituição levar a cabo a avaliação de todos os recursos humanos conforme planeamento. Embora o cronograma do projeto tivesse como data de termo setembro de 2012, esse mesmo cronograma foi avaliado pela Instituição e estendido o prazo de conclusão para janeiro de 2013.

Em dezembro de 2012 a Blanes realizou ações de sensibilização para a avaliação de desempenho (Matriz), estando programado que os vários Diretores Técnicos/Chefias Diretas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia procedessem à respetiva aplicação da Matriz sobre o Capital Humano da Instituição, sendo que o prazo definido para esta aplicação era 31 de dezembro de 2012.

O facto dos objetivos e indicadores de desempenho terem que passar à consideração de uma comissão paritária acabou por alterar as datas estipuladas no segundo cronograma, pois a mesma vai ter que analisar os objetivos propostos na Matriz de Desempenho, de forma a elaborar um parecer final até 31 de março, conforme o art.º 7º do Contrato Coletivo de Trabalho da União das Misericórdias.

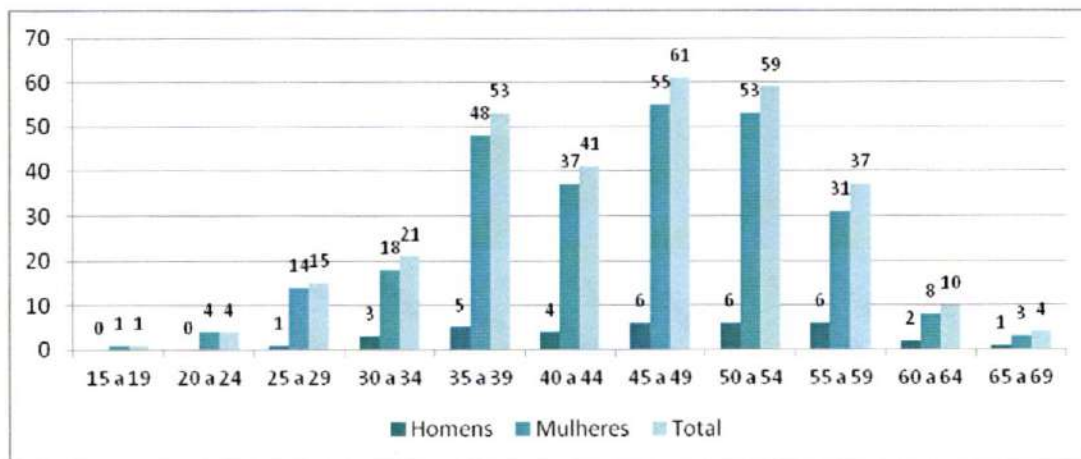
13.8. Quadro de Recursos Humanos por Grupos Etários

O quadro de pessoal da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia tem um total de 306 trabalhadores por conta de outrem.

Como aspeto relevante associado a este indicador, surgem os seguintes factos:

- 40% tem mais de 45 anos e menos de 55 anos;
- 17% encontra-se com mais de 55 anos de idade.

A média de idade dos colaboradores da Instituição situa-se nos 45,03 anos.

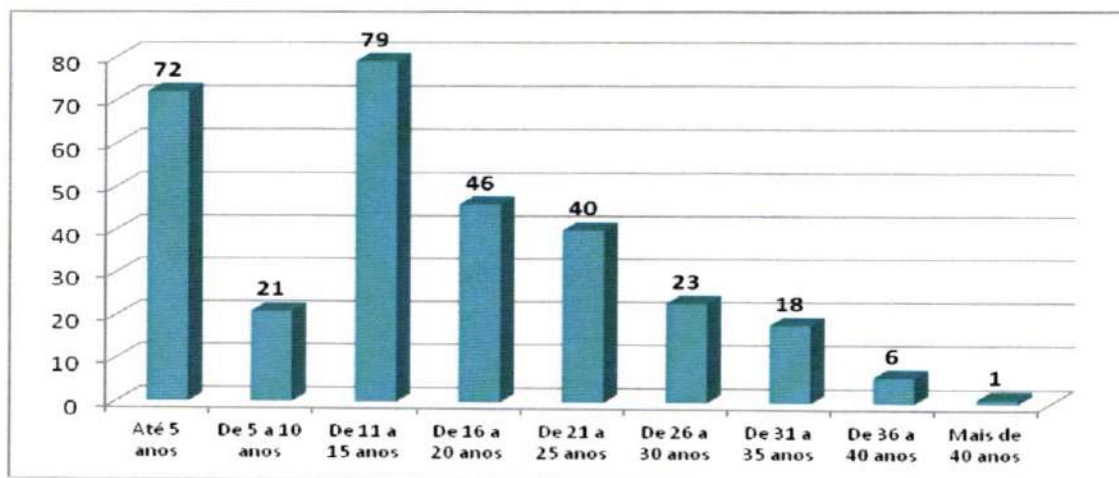


13.9. Quadro de Recursos Humanos por Antiguidade

Dos 306 colaboradores da Santa Casa da Misericórdia, 72 estão admitidos há 5 anos ou menos (23,53%) e 79 têm entre 11 e 15 anos de antiguidade na Instituição (25,82%).

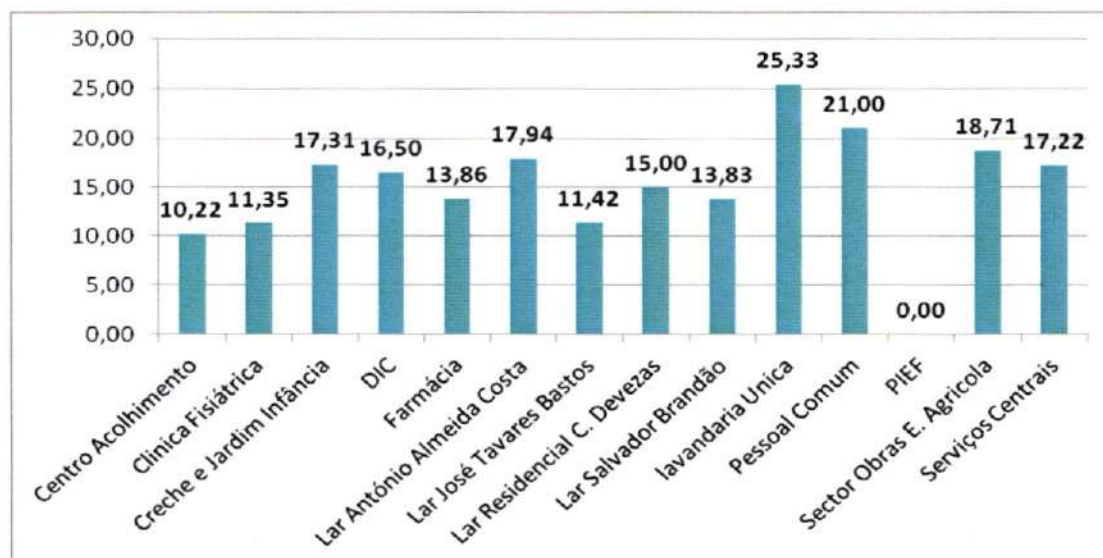
Mais de 48 colaboradores têm mais de 25 anos de antiguidade na Instituição, representando cerca de 16% do total de colaboradores.

A média de antiguidade de todos os colaboradores é de cerca de 15 anos.





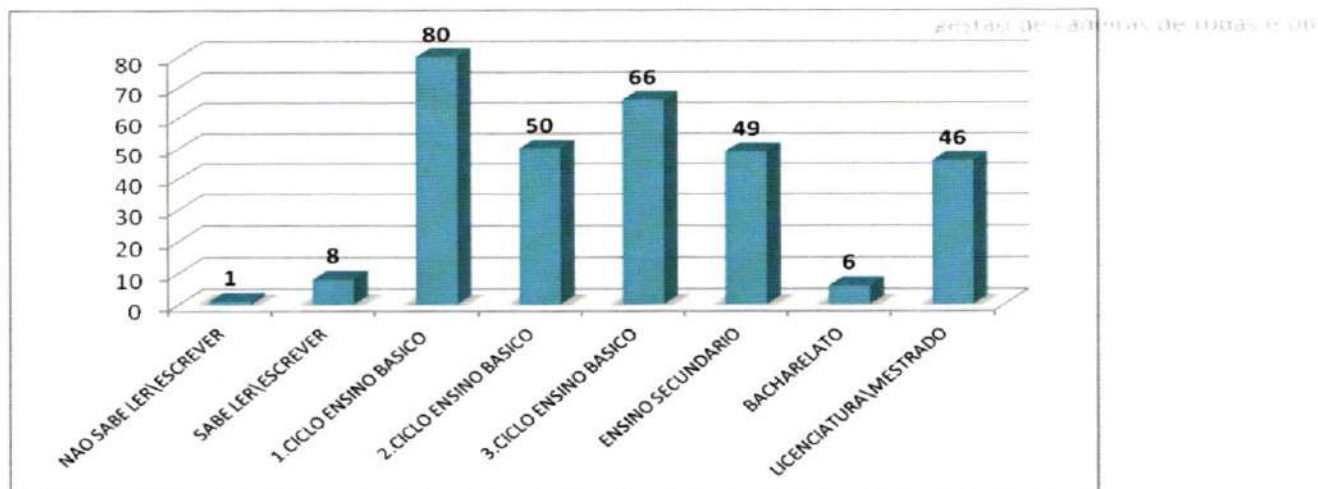
Por Unidade de Exploração, o nível de antiguidade do conjunto de colaboradores é o que se demonstra pelo quadro seguinte:



13.10. Níveis de Habilitações dos Recursos Humanos

Dos 306 colaboradores da Santa Casa da Misericórdia:

- 46 são detentores de licenciatura (15,03%)-
- 6 possuem o bacharelato (1,96%)
- 49 o ensino secundário (16,01%);
- 66 o 3.º ciclo do ensino secundário (21,57%)
- 50 o 2.º ciclo do ensino básico (16,34%);
- 80 o 1.º ciclo do ensino básico (26,14%)
- 8 colaboradores sabem ler e escrever mas não têm o 1º ciclo do ensino básico (2,61%);
- 1 colaborador não sabe ler nem escrever (0,33%).



14. Voluntariado

O ano de 2012 foi positivo para o Serviço de Voluntariado da Misericórdia de Gaia, quer pelo número de novas admissões registadas, quer pela concretização de novas atividades/projetos.

Assim, fruto da preocupação em prestar um acompanhamento mais próximo aos voluntários da Misericórdia de Gaia, uma vez que era uma necessidade que se vinha sentindo, foi criada, no início do mandato da atual Mesa Administrativa, a Assessoria da Provedoria para o Voluntariado, função para a qual foi convidada a voluntária e anterior Mesária D. Maria Augusta Gomes Ferraz, que se disponibilizou a aceitar este desafio.

Para além deste aspeto que veio reforçar a gestão do voluntariado, foi possível iniciar um projeto há muito em vista, que consistia em disponibilizar a atividade de voluntariado a utentes do Serviço de Apoio Domiciliário, sobretudo, aos que se encontram mais sós e com necessidade de companhia.

Apresentam-se, seguidamente, alguns dados de caracterização do Voluntariado da Misericórdia, destacando-se as atividades genericamente desenvolvidas pelos voluntários e os acontecimentos mais relevantes que ocorreram no ano 2012.



14.1. Caracterização do Voluntariado

Em 31 de dezembro de 2012, o Serviço de Voluntariado da Misericórdia de Gaia era constituído por 52 voluntários, assim distribuídos:

Lares		Infância	
Almeida Costa	22	Creche e Jardim de Infância	5
Salvador Brandão	12	Centro de Acolhimento	5
Tavares Bastos	6		
Residencial	2		
Total	42	Total	10

Ao longo do ano, foram admitidos 16 novos voluntários, tendo-se registado 10 desistências/suspensões, por razões de ordem familiar, de saúde e de inserção profissional.

Movimento de voluntários em 2012

	LAAC	LITB	LSB	CJI	CAT	Total
Admitidos	9	2	4	-	1	16
Saídos	4	3	1	1	1	10

Pela análise do quadro que se segue, verifica-se que cerca de 67% dos voluntários apresentam idade superior a 65 anos e que os voluntários com mais de 70 anos representam 46%. A média de idades dos 16 novos voluntários admitidos em 2012 é de 62 anos, sendo que o elemento mais novo tem 20 anos e o mais velho 75 anos.

Continua a verificar-se reduzida procura por parte dos mais jovens para o exercício do voluntariado. As situações pontuais que surgiram em 2012 para integração na Creche e Jardim de Infância, prenderam-se com jovens adolescentes em período de férias escolares, cujos encarregados de educação viram no voluntariado uma forma de ocupação dos tempos livres. Já para o Lar Salvador Brandão foi admitida uma jovem universitária do curso de Gerontologia, cuja motivação para o exercício do voluntariado se prende com a aprendizagem e a procura de outras experiências com pessoas idosas que possam contribuir para o seu crescimento pessoal.

**Caracterização dos voluntários segundo a idade**

Grupo etário	Número
Até 20 anos	1
30 – 35 anos	2
40 – 44 anos	2
45 – 49 anos	1
50 – 59 anos	8
60 – 64 anos	4
65 – 69 anos	10
70 – 74 anos	12
75 – 79 anos	11
+ de 85 anos	1

14.2. Descrição das atividades desenvolvidas pelos voluntários

O serviço de voluntariado nos Lares continua a desenvolver-se no âmbito do diálogo/conversação, do conforto moral e do apoio de companhia aos utentes, bem como ao nível da colaboração nas atividades quotidianas e do acompanhamento em deslocações ao exterior. Do leque de atividades desenvolvidas pelos voluntários, destacam-se, por exemplo, o apoio em tarefas de alimentação/serviço de refeitório, em atividades de carácter religioso, sessões de leitura, costura/trabalhos manuais, serviço de cabeleireiro.

No Centro de Acolhimento, o apoio do voluntariado tem incidido em áreas de particular importância como sejam, o acompanhamento das crianças às aulas de natação e nas saídas/visitas ao exterior /frequência banear, a colaboração em atividades de apoio ao estudo e nas rotinas diárias das crianças. De realçar a prestação de assistência médica regular às crianças do CAT com carácter voluntário. As crianças do CAT usufruem ainda do serviço voluntário de cabeleireiro.

A ação do voluntariado que é exercido na Creche e Jardim de Infância está direccionada para o apoio e acompanhamento às famílias das crianças provenientes de meios mais desfavorecidos, cujas situações são geralmente detetadas/sinalizadas pela equipa técnica da unidade. Ultimamente, este grupo tem-se dedicado à receção, tratamento e concessão gratuita de roupas e calçado, havendo uma maior procura de artigos para bebés e crianças. Tanto o CAT, como o DIC, têm recorrido a este voluntariado ao nível das necessidades de vestuário para os respetivos beneficiários. Em 2012 manteve-se a articulação com a paróquia de Mafamude e verificou-se o seu alargamento à Paróquia de Coimbrões, bem como à maternidade do Centro Hospitalar de Gaia (entrega de enxovais).



14.3. Acontecimentos

- Início da atividade de voluntariado a utentes do Serviço de Apoio Domiciliário, em meados de abril. No final do ano 2012 contámos com quatro voluntários a exercer semanalmente o seu voluntariado junto de seis utentes (3 casais) do Apoio Domiciliário. No início de 2013 esperamos abranger mais 2 utentes, pois temos já duas equipas (quatro voluntárias) preparadas para essa missão.

- Participação da Assessora e da Coordenadora do Voluntariado na Ação de Formação “Gestão do Voluntariado”, organizada pela EAPN Portugal / Núcleo Distrital do Porto, de 24 de maio a 13 de junho, com a duração de 24 horas.

- Comemoração do 23.º aniversário do Serviço de Voluntariado da Misericórdia de Gaia, no dia 2 de julho, no Lar António Almeida Costa. O programa foi iniciado com uma celebração eucarística, seguido de um almoço-convívio. O período da tarde foi preenchido com uma sessão de formação orientada por uma Formadora da Escola de Voluntariado “Pista Mágica”, Dr.ª Sónia Fernandes, onde, para além de uma breve abordagem ao voluntariado, foram focadas questões relacionadas com o Código Ético do Voluntário.

- Após um ano de funcionamento numa sala do extinto ATL, o grupo de voluntariado da Creche teve necessidade de libertar esse espaço, em virtude da futura transferência do CAT para as antigas instalações do ATL. O seu novo espaço de trabalho encontra-se a funcionar numa dependência adjacente ao Pavilhão Joaquim Oliveira Lopes.

- Em fevereiro e em dezembro de 2012, o grupo de voluntariado da Creche procedeu à entrega de roupa de bebé à maternidade do Centro Hospitalar de Gaia, na pessoa da Assistente Social, destinados a contemplar famílias mais carenciadas.

- Realização de reuniões periódicas, ao longo do ano, com os grupos de voluntários das unidades, sob orientação da Assessora e da Coordenadora do Voluntariado. Estes encontros revelam-se de grande importância para o interconhecimento dos voluntários, nos quais têm a oportunidade de partilhar as suas vivências e experiências, os seus anseios, expectativas e dificuldades no exercício da atividade voluntária. Para além disso, constituem um espaço de acolhimento e de apresentação formal dos novos voluntários.



15. Parcerias. Protocolos.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia manteve a sua disponibilidade para colaborar com outras Entidades, no sentido da solidariedade e do bem comum, e que se traduziu na manutenção dos seguintes protocolos e parcerias:

- Com o Rotary Club de Vila Nova de Gaia, na Gestão do Banco de Material para Doentes;
- Com o Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão de Mafamude, para o fornecimento de refeições; com o Centro Social de S. Pedro de Vilar do Paraíso, fornecendo refeições até 1 de junho de 2012 e com a Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Soares dos Reis, até 31 de março de 2012;
- Com a NOVO FUTURO – Associação de Lares para Crianças e Jovens, através do arrendamento em condições sociais especiais de 5 casas no Bairro da Rua Mouzinho de Albuquerque, nesta cidade;
- Com a Associação Portuguesa de Fibrose Quística, através da cedência gratuita de uma casa na referida Rua Mouzinho de Albuquerque;
- Com a Cruzada do Bem-fazer da Paz, por força de um Contrato de Comodato, com vista à instalação de um Centro de Dia e de um Serviço de Apoio Domiciliário, com o nome de “Arqt.º António Pereira das Neves”;
- Com a AME – Associação Mutualista dos Engenheiros, mediante a assinatura de dois Protocolos de Acordo: um que prevê o desconto de 10% sobre os valores a pagar pelos Associados da AME e membros do seu agregado familiar na Farmácia da Misericórdia; outro através da Clínica Fisiátrica da Misericórdia de Gaia, que disponibiliza uma tabela de preços preferencial aos Associados da AME e respetivos familiares;
- Com o Montepio Geral – Associação Mutualista para a prestação de serviços aos seus Associados na área da saúde, no âmbito e através das atividades desenvolvidas na Farmácia da Misericórdia, concedendo um desconto de 10% sobre todos os produtos e serviços faturados e, desconto de 10% sobre a Tabela de preços praticada na Clínica Fisiátrica da Misericórdia de Gaia;
- Com a Cercigaia – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, através da celebração de um Protocolo, visando a



gestão de cadeiras de rodas e outro material paramédico que integra o Banco de Material para Deficientes;

▪ Com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, o que nos permitiu durante o ano 2012 ter a colaboração de:

→ 18 Colaboradoras ao abrigo do Programa Emprego Inserção +, distribuídos da seguinte forma:

- Lar Salvador Brandão – 3 colaboradoras;
- Lar António Almeida Costa – 3 colaboradoras;
- Lar Residencial Conde das Devezas – 3 colaboradoras;
- Lar José Tavares Bastos – 3 colaboradoras;
- Creche e Jardim de Infância D. Emília de Jesus Costa – 3 colaboradoras;
- Centro de Acolhimento N. Sr.ª da Misericórdias – 2 colaboradora;
- Lavandaria Central – 1 colaboradora.

Ao longo do ano, fomos ainda proporcionando vários estágios a alunos de diversos estabelecimentos de ensino e Instituições que fazem formação profissional e acolhemos também nos Lares, na Creche e Jardim de Infância e no Centro de Acolhimento, alunos de cursos ligados à nossa realidade, tais como, Agentes de Geriatria, Apoio à Família e à Comunidade, Animador Sociocultural, Técnicos de Apoio à Infância, Técnico de Ação Educativa e Técnicos de Gerontologia, Educadores Sociais e Enfermeiros.



16. Participações

A Mesa Administrativa faz-se representar, sempre que possível, pelo seu Provedor e/ou acompanhado de outros Mesários, do Diretor Geral, do Assessor da Provedoria ou outro quadro em Congressos, Seminários e eventos realizados quer na nossa Cidade, quer noutros pontos do País.

Ao mesmo tempo, a Misericórdia participou ativamente em vários Conselhos Gerais e outros Órgãos de Gestão e em Comissões, nomeadamente:

- Conselho de Gestão de Academia Sénior de Gaia;
- Conselho Geral da Gaiurb, EM;
- Conselho Geral das Águas de Gaia;
- Conselho Económico e Social Municipal;
- Conselho Municipal de Segurança;
- Conselho Local de Ação Social;
- Núcleo Executivo da Rede Social;
- Comissões Sociais das Freguesias de Mafamude, Santa Marinha e Vilar de Andorinho;
- Núcleo Executivo do Porto da REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza;
- Rendimento Social de Inserção;
- Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Menores

17. Assistência Religiosa

Conforme prevê o nosso Compromisso, a Santa Casa assegurou a manutenção das Capelanias nos Lares Salvador Brandão, António Almeida Costa, José Tavares Bastos e Residencial Conde das Devezas, as quais prestaram ao longo do ano a assistência espiritual e religiosa aos utentes, e celebraram missas por alma das pessoas indicadas nos testamentos e doações que são feitas à Misericórdia.

Na Creche e Jardim de Infância, foram como habitualmente realizadas celebrações adequadas às idades das crianças, pela Páscoa e pelo Natal.

A Misericórdia de Gaia regista aqui o profundo pesar pelo falecimento, em março de 2012, do Rev.º Padre Januário da Fonseca e Silva, Capelão do Lar Salvador Brandão desde 1968.



18. Comemorações e Realizações Diversas

83.º Aniversário

Comemorou-se o 83.º Aniversário da fundação da nossa Irmandade, no dia 26 de junho, com uma Celebração Eucarística, na Capela do Lar António Almeida Costa, presidida pelo Rev.º Pe. Jorge Duarte; uma Sessão Solene com uma saudação de boas vindas pelo Provedor da Misericórdia de Gaia, seguida da intervenção do Exmo. Sr. Dr. António Bagão Félix, sob o Tema “As Misericórdias ontem, hoje e no amanhã”; a apresentação do livro “*A Misericórdia... A Santa Casa de Vila Nova de Gaia*”, da autoria do Irmão Exmo. Senhor Fernando António da Silva Correia; a entronização de novos Irmãos, com juramento do Compromisso e entrega de Diplomas; um momento de gratidão a todos os Colaboradores que completaram 25 e 50 anos de serviço em 2012 e aos que se reformaram; a imposição de crachás aos novos voluntários e leitura de juramento e uma visita ao Núcleo Museológico.

Esta cerimónia terminou com a atuação do Coral de Gulpilhares, sob a direção do Maestro Professor Ramiro Lopes, seguida de um Porto de Honra.

Dia da Padroeira

A exemplo do que aconteceu no ano anterior, a nossa Misericórdia celebrou no dia 27 de maio de 2012, o Dia de N.ª Sr.ª. da Misericórdia, com um Cortejo Litúrgico que saiu do Lar José Tavares Bastos, carregando o andor da Padroeira, em ombros pelas colaboradoras do Lar José Tavares Bastos, até à Igreja Paroquial da Madalena, onde foi celebrada uma Eucaristia de Ação de Graças pela vida e obra desta Instituição.

Outros Eventos

De entre os vários eventos ocorridos durante o ano, destacamos os seguintes:

- Ato de Posse dos Corpos Gerentes 2012/2014, na Capela do Lar Salvador Brandão, antecedida de Celebração Eucarística, presidida por Sua Excelência Reverendíssima Dom António Taipa, Bispo Auxiliar do Porto;
- Organização das 1.ªs Jornadas de Envelhecimento Ativo “*Adultos Maiores: Um recurso vital para a sociedade*”, nos dias 18 e 19 de junho, no Campus Escolar da Serra do Pilar;
- Lançamento do Livro “*A Misericórdia... A Santa Casa de Vila Nova de Gaia*”, da autoria do Irmão Fernando António da Silva Correia, no dia 7 de julho, no Auditório



do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. A apresentação da obra esteve a cargo do Exmo. Sr. Prof. Dr. Joaquim António Gonçalves Guimarães;

- X Congresso Internacional das Misericórdias, subordinado ao tema “*Unidas para Multiplicar – Promotoras de Modernidade e Inovação*”. Organização das Santas Casas da Misericórdia de Gaia e Porto;
- Fado Solidário. Iniciativa que teve lugar no dia 3 de novembro, no Pavilhão Joaquim de Oliveira Lopes, e cuja receita reverteu a favor do Centro de Acolhimento N.º Sr.ª da Misericórdia.

19. 1.ªs Jornadas de Envelhecimento Ativo

Tendo-se celebrado em 2012 o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia deu o seu contributo, organizando as 1.ªs jornadas de Envelhecimento Ativo subordinadas ao tema “*Adultos Maiores: Um recurso vital para a sociedade*”, que decorreram de 18 a 19 de junho do Campus Escolar da Serra do Pilar.

Estas primeiras jornadas foram um contributo para combater o estereótipo de que ser velho é ser inútil e incapaz, tendo-se criado um espaço de debate e de troca de experiências que se espera, fomentem a mudança de atitudes e culturas Institucionais.

Este evento incluiu Workshops, proporcionando momentos de diversão, momentos musicais, expressões de afeto, teatro e testemunhos.

A realização do evento e os custos do mesmo foram integralmente suportados quer pelas inscrições, quer pelos apoios recebidos do Município de Vila Nova de Gaia, na cedência gratuita das instalações e pela atribuição de um subsídio no montante de € 2.935,76 (dois mil novecentos e trinta e cinco euros e setenta e seis cêntimos). Para além do Município de Vila Nova de Gaia, também obtivemos apoio das seguintes empresas Gertal, Águas de Gaia, Caixa Económica Montepio Geral, S.C.A, Vital Sénior, Lundbek, Grunnenthal, Servier Portugal, Desafio Informático, Caves Taylor, Lidel, Editora Piaget, GIFT e Multipla Escolha.



20. “A Misericórdia... A Santa Casa de Vila Nova de Gaia”

Caracterização dos v...

Ao fim de dois anos e meio de trabalho com muito empenho, a obra “A Misericórdia ... A Santa Casa da Vila Nova de Gaia”, da autoria do Irmão senhor Fernando António da Silva Correia, ficou concluída para gáudio de todos nós.

Este Livro, que reúne toda a história da Misericórdia de Gaia, foi apresentado no dia 26 de junho, dia da Irmandade, no Salão Nobre da Instituição pelo seu autor, e o seu lançamento ocorreu no dia 7 de julho, no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner, pelo Diretor da Casa Solar Condes de Resende, Prof. Dr. Joaquim António Gonçalves Guimarães.

A Mesa Administrativa deliberou oferecer um exemplar desta obra a todos os senhores ex - Provedores e ex - Presidentes do Definitório e da Mesa da Assembleia Geral, vivos à data, bem como um exemplar a todas as Misericórdias do País.

O livro está à venda na tesouraria da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, pelo valor de 25 euros para o público em geral e de 20 euros para colaboradores e irmãos da instituição.

21. X Congresso Internacional das Misericórdias

No ano de 2012 e em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia do Porto e com a União das Misericórdias Portuguesas, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia organizou o X Congresso Internacional das Misericórdias que teve lugar nas cidades do Porto e Gaia, de 20 a 22 de setembro, sobre o lema “*Unidos para multiplicar – promotoras de modernidade e inovação*”.

As Santa Casas da Misericórdia ali reunidas num total 142, nacionais e internacionais, fizeram aprovar as seguintes conclusões:

1. Reafirmam o seu espírito de missão, como uma expressão viva e operante do seu envolvimento solidário na comunidade, em prol da construção de uma civilização global de amor e de paz;
2. Congratulam-se com o reconhecimento pelo Estado do papel decisivo das Misericórdias, no apoio às populações, como parceiros essenciais no desenvolvimento e na consolidação dos serviços de saúde e na sustentabilidade da proteção social;



3. Reconhecem que, no atual momento de crise social, económica e financeira que se vive, devem assumir um papel mais cativo na complementaridade da atuação do Estado;
4. Reafirmam o seu empenho na promoção de uma cultura de solidariedade e de justiça, no combate à pobreza e à exclusão social, aceitando participar num esforço de uma Nova Evangelização baseada de uma prática de todas as Obras de Misericórdia e assente na doutrina social da Igreja;
5. Manifestam o seu mais vivo testemunho no espírito que as anima e que permite que o Evangelho seja uma fonte de modernidade e inovação, de solidariedade universal, de partilha e de fidelidade aos compromissos assumidos;
6. Evidenciam que a sua experiência secular ao serviço dos mais desfavorecidos da sociedade e o seu carácter universal lhes garantem as condições necessárias para participarem, de um modo mais fraterno, na construção de um futuro sustentável para todos;
7. Relevam a sua preocupação com os fenómenos de exclusão social que não são dignos de uma sociedade inclusiva onde a dignidade humana deve ser o referencial único de orientação ética e moral;
8. Salientam de um modo vigoroso que o relacionamento dos Estados com as Misericórdias se deve pautar por um contrato de confiança que tenha em consideração as condições e o nível de vida existente em cada país e o rigoroso cumprimento dos compromissos assumidos;
9. As Misericórdias confirmaram o seu processo de melhoria contínua de qualidade alavancada em certificação externa. Neste pressuposto solicitam ao Governo e exigem do Estado tratamento, inter pares e legislação e avaliações compatíveis com a realidade do País e as capacidades das Instituições.
10. Apela para que os parlamentos nacionais não deixem de acompanhar, através de comissões próprias, as instituições da economia social e o relevo que as mesmas assumem na criação de condições de qualidade de vida para todos os cidadãos, salientando a importância da existência de uma Lei de Bases da Economia Social;
11. Cientes que, o mundo globalizado reclama competência técnica e científica e demonstra a necessidade do reforço competitivo das nações, entendem ser seu dever preparar-se para inovar, criando instrumentos que potencializem a investigação em rede, com destaque para a ligação às Universidades;



12. Disponibilizam-se para participar em programas de educação para a saúde e prevenção de doenças, no quadro dos ensinos pré-escolar, básico e secundário;
13. Consideram, ainda, a ligação dos seus hospitais e de outros estabelecimentos congéneres, ao ensino superior na área da saúde, como fundamental para a obtenção de competências técnicas no desenvolvimento dos seus equipamentos;
14. Encaram como primordial que, na sua conclusão, o ciclo de vida tenha uma nova abordagem, onde o paradigma do envelhecimento ativo da população, da intervenção das famílias, dos cuidados paliativos e de um voluntariado qualificado, possa ser uma regra seletiva para a humanização dos serviços;
15. Apostam no intercâmbio entre as misericórdias espalhadas por todo o mundo, para assim, assumindo a idiossincrasia e diversidade das matrizes constitutivas, para assim se fortalecerem mutuamente na promoção da saúde e da solidariedade na procura de soluções modernas e inovadoras.



22. Participações do Exmo. Senhor Provedor, no ano de 2012, em representação da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia

Janeiro

Dia 6 – Tomada de Posse dos Corpos Sociais, para o triénio de 2012/2014, na Capela da Unidade Salvador Brandão.

Dia 11 – Almoço de aniversário da Irmã D. Adozinda Jesus Anes, a convite desta, no Restaurante Casa Branca

Convidado para a assinatura do Protocolo de Parceria “Gaia, Terra com Futuro”, entre a APPACDM e o Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos”

Dia 18 – Convidado a participar na reunião no ACES (Agrupamento Centros Saúde), em Oliveira do Douro, em representação da UMP

Dia 24 – Visita ao Sr. Padre Januário, Capelão da Unidade Salvador Brandão

Dia 27 – Debate “O Corpo, o Tempo e Deus”, na Fundação Eng. António de Almeida

Fevereiro

Dia 1 – Presente no Programa Praça da Alegria, na Unidade Salvador Brandão

Dia 2 – Sessão de Formação em Braga, para Protocolos de Cooperação 2011/2012

Dia 3 – Funeral do Senhor Provedor da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos

Dia 6 – Visita a utente da resposta social Apoio Domiciliário – Instalação da Teleassistência

Dia 7 – Visita a utente da resposta social Apoio Domiciliário – Instalação da teleassistência, com a presença da TVI

Dia 8 – Entrega do Livro Santa Casa para revisão em Oiã, Oliveira do Bairro.

Dia 12 – 91º. Aniversário da “Voz Portucalense”, Sé Catedral do Porto

Dia 14 – Reunião com Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de V. N. Gaia (sobre o Livro e as las. Jornadas Envelhecimento Ativo)



Dia 16 – Conferência Hotel Tuela “Envelhecimento: Encargo ou Oportunidade Económica?”

Dia 23 – Participação com Voluntárias da Creche, na entrega de roupas para bebés carenciados da maternidade do CHVNG

Jantar Rotary Club de V. N. Gaia

Dia 27 e 28 – Deslocação a Lisboa (visita ao património em Lisboa e à santa Casa da Misericórdia do Barreiro)

Março

Dia 1 – Jantar de Homenagem, ao Sr. Luís Marques Gomes, no Restaurante Casa Branca, em Lavadores, pelos 50 anos ao serviço da Santa Casa.

Dia 5 – Reunião c/ Sr. Dr. Álvaro Monteiro, Centro Hospitalar de V. N. Gaia

Dia 8 – Visita ao Hospital de Riba D’Ave (Dr. Salazar Coimbra)

Reunião na Câmara Municipal com Vereadora D. Amélia Traça e Sr. Vice-Presidente

Dia 9 – Reunião do Secretariado Regional do Porto da UMP, em Felgueiras

Dia 14 – Assinatura de Protocolos de Cooperação c/ Segurança Social

Dia 19 – Jornadas da Escola Superior Tecnologia Saúde do Porto

Dia 22 – Orador Convidado da Escola Superior Tecnologias da Saúde do Porto – Mesa Redonda sobre a surdez no idoso

Dia 27 – Reunião com Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal (Sobre o Livro da Santa Casa)

Dia 29 – Assembleia Geral Ordinária da Misericórdia de Gaia (Apresentação do Relatório de Atividades e Contas de 2011)

Abril

Dia 10 – Reabertura do Lar Pereira de Lima, da Misericórdia do Porto

Festa de Aniversário do Centro de Acolhimento

Dia 11 – Assinatura de Protocolo de Cooperação com a Segurança Social

Dia 13 – Reunião com Quadros Superiores da Instituição, sobre o Relatório de Atividades e Contas de 2011.

Dia 15 – Participação na Caminhada Águas de Gaia



Dia 19 – Apresentação Plataforma Tecnológica, no Palácio do Freixo

Dia 20 – Assinatura Protocolo de Emergência Alimentar

Dia 21 – Assembleia Geral da UMP, em Fátima

Dia 23 a 26 – Participação no IV Fórum Global da Incontinência, promovido pela SCA, na Cidade de Copenhaga, na Dinamarca.

Maio

Dia 9 – Almoço de trabalho com Senhor Provedor da Misericórdia do Porto

Dia 12 – Procissão de Velas, na Paróquia de Mafamude

Dia 17 – 1º. Encontro Cuidados Continuados no Instituto Piaget

Dia 18 – Deslocação a Lisboa, à UMP

Dia 21 – Abertura da Semana Académica, da Academia Sénior

Dia 24 – Sessão Esclarecimento Protocolos, em Vila do Conde

Dia 25 – Festa de Finalistas da Creche e Jardim de Infância

Dia 26 – Comemoração do 256º. Aniversário da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa do Varzim

Dia 27 – Procissão em Honra de N. ª Sr.ª da Misericórdia

Junho

Dia 1 – Dia Mundial da Criança, celebrado na Creche e Jardim de Infância D. Emília Jesus Costa

Dia 2 – Sessão Encerramento da Semana da Liga

Dia 4 – Reunião de trabalho com Sr. Prof. Dr. Gonçalves Guimarães, no Solar Conde de Resende

Dia 6 – Reunião no ACES (Agrupamento Centros Saúde), Oliveira do Douro, em representação da UMP

Dias 18 e 19 – I Jornadas Envelhecimento Ativo, organizadas pela Misericórdia de Gaia

Dia 22 – Reunião Secretariado Sub-Regional do Porto da UMP, em Lousada

Dia 26 – Sessão Comemorativa do 83.º Aniversário da Misericórdia de Gaia, com a presença de intervenção do Exm.º Senhor Dr. Bagão Félix



Dia 28 – Sessão Solene Comemorativa do Dia do Município de Vila Nova de Gaia Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner

Dia 29 – Festa de Aniversário da Unidade António Almeida Costa

Julho

Dia 1 – 23.º Aniversário do Serviço de Voluntariado na Unidade António Almeida Costa

Dia 4 – Comemoração do 20.º Aniversário da Unidade Residencial Conde das Devezas

Dia 7 – Lançamento do Livro da Santa Casa, no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner

Dia 16 – Cerimónia lançamento 1.ª Pedra Centro de Apoio Deficientes Luís Silva, em Borba

Agosto

Dia 4 – Gala de abertura do Festival Internacional de Folclore de Gulpilhares

Setembro

Dias 6 e 7 – Deslocação a Lisboa, visita ao Património

Dias 20, 21 e 22 – Congresso Internacional das Misericórdias, organização conjunta das Misericórdias do Porto e Gaia

Outubro

Dia 18 – Festa de Aniversário da Unidade Salvador Brandão

Dia 26 – Almoço de Aniversário do Centro Social S. Miguel de Arcozelo

Dia 22 – Aniversário do Ideal Clube Madalenense

Dia 29 – Festa de Aniversário da Unidade José Tavares Bastos

Novembro

Dia 3 – Noite de Fados a Favor do Centro de Acolhimento, no Pavilhão Joaquim Oliveira Lopes

Dia 8 – Presença na Assinatura do Protocolo entre a UMP e a CNIS, na Residência Oficial do Senhor Primeiro Ministro.

Dia 9 – I Jornadas do ACES Gaia, no Parque Biológico

Dia 10 – Reunião dos Secretariados do Norte da UMP, em Vila Verde

Dia 14 – Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de V. N. Gaia

Dia 19 – Almoço de Trabalho com Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto



Dia 20 – Comemoração do Dia Nacional do Pijama, no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner

Dia 23 – Semana Social, organizada pela Pastoral Diocesana

Congresso Ibérico, organizado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto

Dezembro

Dia 1 – Assembleia Geral Ordinária da UMP

Dia 4 – Reunião na Câmara Municipal do Porto, sobre Bairro de Miraflor

Dia 11 – Reunião com Quadros Superiores, Plano de Atividades 2013

Dia 12 – Entrega de presentes pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Marinha, na Creche e Jardim de Infância

Dia 13 – Festa de Natal das crianças da Creche e Jantar de Natal com Colaboradores da Sede e Farmácia

Dia 18 – Festa de Natal “Circo no Coliseu”, para os filhos dos Colaboradores

Dia 19 – Festa de Natal das Unidades José Tavares Bastos e Centro de Acolhimento Temporário N.ª Sr.ª da Misericórdias

Dia 20 – Festa de Natal das Unidades Salvador Brandão e Residencial Conde das Devezas

Dia 21 – Festa de Natal da Unidade António Almeida Costa

Encontro de Natal na Diocese do Porto a convite do Senhor Bispo do Porto

23. Atividade Corrente de 2012

O Plano de Atividades aprovado para o ano de 2012, que sem pôr em causa a qualidade de serviço prestado, definiu um conjunto de metas e objetivos indispensáveis para assegurar a sustentabilidade da Instituição e das suas Unidades de Exploração.

Desta forma propusemo-nos e concretizamos:



Gestão Corrente

3. Reconhece-se que, no atual momento de

- Promoção da sustentabilidade económica e financeira da Instituição, através da contínua e rigorosa monitorização dos seguintes consumos: combustíveis, gás e eletricidade, produtos de limpeza, material de escritório, consumíveis informáticos, comunicações, material de escritório e avaliação e realização de consultas anuais dos vários contratos de assistência técnica.
- Implementação de procedimentos de monitorização da atividade diária dos utentes da resposta social Apoio Domiciliário, com vista à avaliação e introdução de melhorias contínuas nesta resposta. Encontra-se em curso uma reflexão interna para o desenvolvimento de um projeto que visa a reformulação integral desta resposta social a apresentar para análise da Mesa Administrativa no decurso de 2013;
- Manutenção do sistema de acompanhamento e monitorização periódica do grau de dependência dos nossos utentes em estrutura residencial para pessoas idosas;
- Prossecução das linhas que estão já a ser seguidas, relativamente ao crescimento das participações nos gastos dessas respostas, por parte dos seus familiares;

Recursos Humanos

- Avaliação permanente das necessidades de recursos humanos, identificando áreas deficitárias e excedentárias, promovendo a mobilidade interna e a requalificação dos recursos;
- Formação profissional – definição em conjunto com a empresa VIANASOFT de um novo cronograma de formação para o ano de 2012 e com continuidade em 2013;
- Sistema de Avaliação de Desempenho – Conforme descrito no ponto 13.7 do presente relatório, deu-se início ao processo de desenvolvimento deste sistema que será concluído no decurso do ano de 2013;
- Manutenção dos programas de estágios e de outras parcerias.

Sistema de Gestão da Qualidade

- A nossa Misericórdia é uma das 50 Santas Casas que consta da candidatura apresentada pela União das Misericórdias Portuguesas ao P.O.P.H. (Programa Operacional Potencial Humano), projeto esse que ainda não obteve parecer favorável, mas que acreditamos será uma realidade no decurso do ano de 2013. No final do ano de 2012, a União das Misericórdias Portuguesas informou que a candidatura que tinha sido submetida foi aprovada e que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia integrava o projeto, agora com apenas 25 Instituições. O ponto 11 deste relatório desenvolve este assunto com maior detalhe.

Área Informática

- Dar continuidade ao processo de operacionalização de todo o software disponível na Instituição, continuando o processo da sua interligação;
- Promover a Gestão de Acessos ao Software em utilização;
- Consolidação do processo de informatização de toda a área da saúde da Instituição que abrange a Medicina do Trabalho, as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, a Creche e Jardim de Infância, o Centro de Acolhimento Temporário N.º Sr.ª da Misericórdia e a Clínica Fisiátrica;
- Consolidação do portal funcionários/colaboradores, a fim de tornar possível a criação/alteração de escalas de trabalho on-line e com ligação à gestão de ponto. Além disso, o portal permitirá ainda a justificação de faltas e a marcação de férias, entre outras funcionalidades;
- Consolidação do processo de implementação do Sistema de Gestão de Inventário Permanente em todas as Unidades, com exceção da Farmácia, dado que já tem este sistema em funcionamento. Desta forma, todo o processo de compras e consumos serão monitorizados por Unidade, permitindo uma maior e melhor eficiência;
- Consolidação do portal do Património de Rendimento, a fim de tornar possível a gestão on-line de todos os pedidos de arrendamento, obras de manutenção e outras situações, permitindo assim uma melhor monitorização de todos os processos inerentes à gestão do património de rendimento;



- Continuar a implementar e a desenvolver as infraestruturas tecnológicas dos serviços.

Arquivo

- Início das obras do Arquivo Geral – este ponto encontra-se detalhadamente descrito no ponto 12.5. do presente relatório.

Património

- De acordo com o Regulamento do Fundo de Conservação e Manutenção do Património de Rendimento, vamos prosseguir o esforço de recuperação de prédios ou frações de prédios que se encontrem vagos e que, depois de orçamentadas as obras necessárias e de determinada a renda esperada, permitam concluir que o retorno do investimento que se vai fazer, ocorrerá num período máximo de cinco anos;
- Depois de consolidado o processo de levantamento e registo de todo o Património Imóvel da Instituição, consolidaremos o processo de estabelecimento de estratégias adequadas à boa gestão do mesmo e, com isso, criar bases efetivas de apoio à sustentabilidade e a uma cada vez maior autonomia financeira da nossa Instituição.

Comunicação, Imagem e Marketing

- Criar um espaço e desenvolver iniciativas de informação e divulgação da atividade social da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia;
- Manter a revista “Laços de Amor” com publicação trimestral e fazer a sua distribuição por todos os Irmãos, obtendo financiamento através de publicidade junto de fornecedores e entidades externas;
- Garantir a divulgação das iniciativas relevantes a nível da qualidade/certificação e alargamento de respostas nos meios de comunicação;
- Manter o Site permanentemente atualizado relativamente a iniciativas e projetos/serviços desenvolvidos em todas as respostas sociais. O site encontra-se neste momento em profunda remodelação e atualização.



Outros objetivos a que nos propusemos, por motivos vários não foram concretizados, dos quais se destacam:

Segurança e Higiene no Trabalho

- Dar continuidade ao processo de elaboração dos Planos de Emergência das diversas Unidades de Exploração, concretizando no ano de 2012 a sua efetiva implementação em pelo menos 75% das Unidades de Exploração. Não foi possível avançar esta meta, porque os Planos de Segurança contra Incêndio (P.S.I.) entregues pela Instituição (Unidade António Almeida Costa e Farmácia) apresentavam inconformidades que se procuraram regularizar e, neste momento, já temos completo para entrega na A.N.P.C. o P.S.I. da Unidade António Almeida Costa.

Área Informática

- Iniciar o Processo de Gestão documental será uma realidade no decurso do ano de 2013;
- Consolidação do processo de requisição informática das refeições para colaboradores e utentes em todas as Unidades de Exploração onde se confeccionam refeições.
- Criação de uma rede multimédia abrangível a todos os LCDS da Santa Casa, para apresentação de vídeos de atividades, eventos e outros tipos de informação Institucional.

24. Proposta de aplicação de resultados

A Mesa Administrativa propõe que a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2012, no valor de € -70.309,16 (setenta mil trezentos e nove euros e dezasseis cêntimos) seja feita através da conta de Resultados Transitados.



25. Legados e Doações

1.ª e 2.ª - Apresentação Estatutária Telemóvel

Durante o ano de 2012, e contrariamente ao verificado no exercício de 2011, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia não registou nenhum legado, nem doação.

26. Tombo dos Irmãos

26.1. Admissões

Durante o ano 2012, foram admitidos 27 Irmãos, a saber:

Dr. Álvaro Ferreira Cunha Monteiro

D. Ana Rosa Pereira Guedes

Dr. António Carlos Sousa Pinto

D. Argentina Miranda

Armindo Manuel Alves Costa

Artur António Duarte Loureiro

Augusto Rocha

Bernardino Pinho Sousa

Carlos da Rocha Miranda

D. Delfina Conceição Costa

Prof. Dr. Joaquim António Gonçalves Guimarães

Dr. José Joaquim Almeida Lopes

Dr. José Joaquim Rodrigues Silva

José Luciano Sousa Almeida

José Manuel Monteiro Silva

Manuel Sousa Barros

D. Maria Amélia Traça Machado

Dr.ª Maria Cecília Pereira Gouveia Cachucho

Eng.ª Maria Joana Rodrigues Lago Conrado



D. Maria Laurentina Gonçalves Pinto
D. Maria Madalena Monteiro Cardoso Santos
D. Maria Perpétua Moura da Rocha
D. Maria Teresa Nogueira Leite Ribeiro
D. Palmira Moura Pereira Costa
Rui Jorge Ribeiro Amaral
Dr. Rui Pedro Rodrigues Gonçalves
Enf.ª Soraia Cristina Abreu Pereira

26.2. Desistências e Falecimentos

Durante o ano 2012, procedemos à atualização do tomo dos irmãos, tendo recebido comunicações a solicitar a desistência de 13 Irmãos, e tomámos conhecimento do falecimento de 18 Irmãos, dos quais destacamos:

Horácio Pinto Lourenço,
Pe. Januário Fonseca Silva
Dr. Manuel Coelho Santos

26.3. Irmãos Honorários

Até final do ano de 2012, os Irmãos honorários da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia eram:

1. Prof. Manuel Pires Veloso
2. Amândio Pereira de Matos
3. Dr. António José Rebôlho Lapa
4. Rui Pinto Aguiar
5. Francisco António Marques Silva
6. Joaquim Lima Moreira Vaz
7. Dr. Alberto Sousa Valente



8. Ex.^a Revm.^a Senhor D. Armindo Lopes Coelho, Bispo do Porto

9. Dr. Artur Alberto Falcão Lopes Cardoso

10. Sua Santidade o Papa Bento XVI

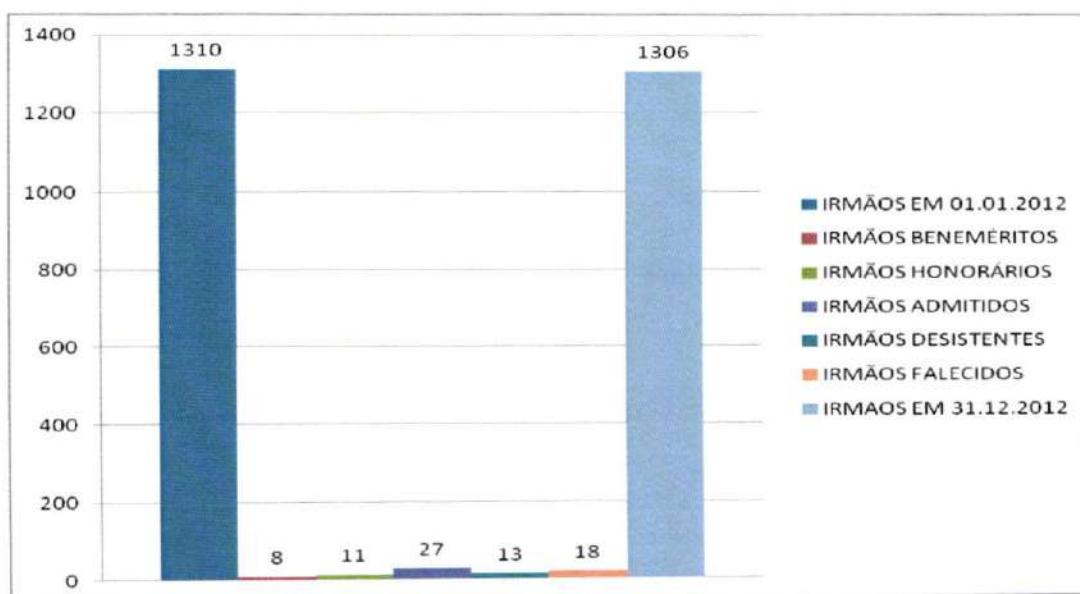
11. Ex.^a Revm.^a Senhor D. Manuel Clemente, Bispo do Porto

26.4. Irmãos Beneméritos

Até final do ano de 2012, os Irmãos Beneméritos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia eram:

1. Câmara Municipal de V. N. Gaia
2. Rotary Club de V. N. Gaia
3. Dr.^a Alice Alvim Pena e seu marido Senhor Eduardo Gonçalves Teixeira
4. D. Ana Emília Fernandes Paulino Ferreira
5. D. Maria Manuela Carvalho Sadio
6. Dr.^a Maria Eduarda Figueiras Pinto Ribeiro
7. D. Alda Conceição Oliveira Sousa

26.5. Movimento de Irmãos em 2012





27. Agradecimentos

A Mesa Administrativa reitera os agradecimentos já expressos pelo Sr. Provedor a todas as Entidades que, pelas mais variadas formas, colaboraram com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Finalmente, a Mesa Administrativa gostaria de expressar a sua gratidão a todos os colaboradores da Instituição que, sendo o recurso mais valioso desta Santa Casa, demonstraram uma notável flexibilidade, espírito de sacrifício e dedicação, cujos esforços se encontram claramente na base dos resultados atingidos durante o ano que agora findou.

Vila Nova de Gaia, 27 de fevereiro de 2013



Joaquim de Lima Moreira Vaz, Provedor

Artur Almeida Leite, Vice - Provedor

Jorge Manuel da Silva Sores, Tesoureiro

Sílvio Pinto da Siva Ribeiro, Secretário

Ana Pinto Ramos, Dr.^a Mesária

Manuel António Vilaça, Mesário

José Fernando Dias Pereira, Mesário

Pedro Altino Nobre Moreira da Silva, Dr., Mesário

Valentim Manuel da Silva Machado, Mesário



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA NOVA DE GAIA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2012



Índice

OBJETIVOS E RESULTADOS DO PERÍODO

Balanço.....	108
Demonstração dos Resultados por Valência.....	110
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	114
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	116
Anexo	117
1. Identificação da Entidade	117
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	117
3. Principais Políticas Contabilísticas	121
3.1. Bases de Apresentação	121
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	122
4. Ativos Fixos Tangíveis	129
5. Ativos Intangíveis	131
6. Bens do património histórico, artístico e cultural	131
7. Locações	132
8. Custos de Empréstimos Obtidos	132
9. Inventários	133
10. Rédito	133
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	134
12. Subsídios, doações e legados à exploração	134
13. Benefícios dos empregados	134
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	135
15. Outras Informações	136
15.1. Investimentos Financeiros	136
15.2. Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	136
15.3. Clientes e Utentes	137
15.4. Outras contas a receber	137
15.5. Diferimentos	138
15.6. Caixa e Depósitos Bancários	138
15.7. Fundos Patrimoniais	138
15.8. Fornecedores	139
15.9. Estado e Outros Entes Públicos	139
15.10. Outras Contas a Pagar	139
15.11. Fornecimentos e serviços externos	140



15.12. Outros rendimentos e ganhos	140
15.13. Outros gastos e perdas	141
15.14. Resultados Financeiros	141
15.15. Acontecimentos após data de Balanço	141



Balança

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2012	31-12-2011
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	10,945,437.29	11,244,505.42
Bens do patrimônio histórico e cultural	6	51,211.59	51,211.59
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	5	1,429.79	-
Investimentos financeiros	15.1	14,756.34	14,887.97
Fundadores/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Subtotal		11,012,835.01	11,310,604.98
Ativo corrente			
Inventários	9	212,218.25	232,843.39
Clientes	15.3	264,708.33	391,481.89
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros Entes Públicos		-	-
Fundadores/patrocionadores/doadores/associados/membros	15.2	34,471.48	24,611.17
Outras contas a receber	15.4	289,436.09	136,506.39
Diferimentos	15.5	-	18,614.87
Outros Ativos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários	15.6	932,882.09	1,725,836.60
Subtotal		1,733,716.24	2,529,894.31
Total do Ativo		12,746,551.25	13,840,499.29
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.7	3,588,634.24	3,588,634.24
Excedentes técnicos		-	-
Reservas	15.7	3,835,274.03	3,835,274.03
Resultados transitados	15.7	44,555.16	238,992.28
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	15.7	2,085,482.63	2,145,950.69
Resultado Líquido do período		(70,309.16)	(194,437.12)
Total do fundo do capital		9,483,636.90	9,614,414.12
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	13,000.00	25,000.00
Provisões específicas		-	-
Financiamentos obtidos	8	194,135.08	433,264.67
Outras contas a pagar	15.10	60,774.32	47,944.85
Subtotal		267,909.40	506,209.52
Passivo corrente			
Fornecedores	15.8	621,238.93	824,680.75
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros Entes Públicos	15.9	88,753.78	91,837.23
Fundadores/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos	8	239,129.59	818,826.21
Diferimentos	15.5	1,240,157.79	1,169,142.14
Outras contas a pagar	15.10	805,724.86	815,389.32
Outros passivos financeiros		-	-
Subtotal		2,995,004.95	3,719,875.65
Total do passivo		3,262,914.35	4,226,085.17
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		12,746,551.25	13,840,499.29

Vila Nova de Gaia, 27 de Fevereiro de 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

MESA ADMINISTRATIVA



Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	10	4,187,315.29	4,327,655.69
Subsídios, doações e legados à exploração	12	2,235,549.79	2,025,605.63
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		18,905.86	38,593.14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(1,123,285.47)	(1,234,736.97)
Fornecimentos e serviços externos	15.11	(2,476,625.69)	(2,491,805.45)
Gastos com o pessoal	13	(3,889,384.92)	(3,865,031.52)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.3	(40,747.91)	(25,481.00)
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		(55.88)	-
Outros rendimentos e ganhos	15.12	1,615,789.27	1,704,214.42
Outros gastos e perdas	15.13	(97,409.08)	(195,201.25)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		430,051.26	283,812.69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(430,022.33)	(399,160.76)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		28.93	(115,348.07)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	15.14	(70,338.09)	(79,089.05)
Resultados antes de impostos		(70,309.16)	(194,437.12)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(70,309.16)	(194,437.12)

Vila Nova de Gaia, 27 de Fevereiro de 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

MESA ADMINISTRATIVA



Demonstração dos Resultados por Valência

LAR SALVADOR BRANDÃO

	Internamento	Centro Dia	Apoios Domicílio	TOTAL
Vendas e serviços prestados	621,168.91	50,637.77	45,619.03	717,425.71
Subsídios, doações e legados à exploração	464,848.77	24,558.40	106,472.33	595,879.50
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cc	(49,854.58)	(5,590.59)	(5,989.92)	(61,435.09)
Fornecimentos e serviços externos	(469,168.50)	(52,611.62)	(56,369.61)	(578,149.73)
Gastos com o pessoal	(550,665.70)	(61,750.56)	(66,161.31)	(678,577.57)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversõ	(6,204.64)	(695.78)	(745.47)	(7,645.89)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(8.61)	(0.97)	(1.04)	(10.62)
Outros rendimentos e ganhos	405,518.32	45,474.03	48,722.17	499,714.52
Outros gastos e perdas	(6,887.19)	(772.32)	(827.48)	(8,486.99)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	408,746.78	(751.64)	70,718.70	478,713.84
Gastos/reversões de depreciação e de amortizaçã	(112,481.35)	(12,613.44)	(13,514.41)	(138,609.20)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	296,265.43	(13,365.08)	57,204.29	340,104.64
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(7,155.26)	(802.38)	(859.69)	(8,817.33)
Resultado antes de impostos	289,110.17	(14,167.46)	56,344.60	331,287.31
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	289,110.17	(14,167.46)	56,344.60	331,287.31

LAR ANTÔNIO ALMEIDA COSTA

	Internamento	Centro Dia	Apoios Domicílio	TOTAL
Vendas e serviços prestados	590,893.92	57,038.58	36,785.18	684,717.68
Subsídios, doações e legados à exploração	384,607.07	35,511.60	75,509.44	495,628.11
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cc	(47,352.90)	(5,972.07)	(5,513.13)	(58,838.10)
Fornecimentos e serviços externos	(472,313.07)	(59,567.32)	(54,989.73)	(586,870.12)
Gastos com o pessoal	(546,444.51)	(68,916.65)	(63,620.59)	(678,981.75)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversõ	(5,829.56)	(735.21)	(678.71)	(7,243.48)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(8.10)	(1.02)	(0.94)	(10.06)
Outros rendimentos e ganhos	243,471.94	30,706.27	28,346.58	302,524.79
Outros gastos e perdas	(9,930.49)	(1,252.42)	(1,156.17)	(12,339.08)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	137,094.30	(13,188.24)	14,681.93	138,587.99
Gastos/reversões de depreciação e de amortizaçã	(53,991.02)	(6,809.25)	(6,285.98)	(67,086.25)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	83,103.28	(19,997.49)	8,395.95	71,501.74
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(6,142.92)	(774.74)	(715.20)	(7,632.86)
Resultado antes de impostos	76,960.36	(20,772.23)	7,680.75	63,868.88
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	76,960.36	(20,772.23)	7,680.75	63,868.88

**LAR JOSÉ TAVARES BASTOS**

	Internamento	Centro Dia	Apoios Domicílio	TOTAL
Vendas e serviços prestados	322,360.60	36,693.83	31,161.33	390,215.76
Subsídios, doações e legados à exploração	313,733.79	28,623.73	77,389.22	419,746.74
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cc	(30,786.11)	(3,187.36)	(3,524.84)	(37,498.31)
Fornecimentos e serviços externos	(296,646.26)	(30,712.46)	(33,964.37)	(361,323.09)
Gastos com o pessoal	(401,995.74)	(41,619.54)	(46,026.31)	(489,641.59)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversõ	(4,294.98)	(444.67)	(491.75)	(5,231.40)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(5.96)	(0.62)	(0.68)	(7.26)
Outros rendimentos e ganhos	145,125.52	15,025.17	16,616.08	176,766.77
Outros gastos e perdas	(3,030.01)	(313.70)	(346.92)	(3,690.63)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	44,460.85	4,064.38	40,811.76	89,336.99
Gastos/reversões de depreciação e de amortizaçã	(27,762.13)	(2,874.28)	(3,178.61)	(33,815.02)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	16,698.72	1,190.10	37,633.15	55,521.97
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(4,525.68)	(468.55)	(518.16)	(5,512.39)
Resultado antes de impostos	12,173.04	721.55	37,114.99	50,009.58
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	12,173.04	721.55	37,114.99	50,009.58

CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA D. EMÍLIA JESUS COSTA

	Creche	Jardim	TOTAL
Vendas e serviços prestados	118,099.79	123,867.08	241,966.87
Subsídios, doações e legados à exploração	211,732.83	246,849.42	458,582.25
Variação nos inventários da produção	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cc	(8,541.29)	(12,291.13)	(20,832.42)
Fornecimentos e serviços externos	(82,401.83)	(118,578.25)	(200,980.08)
Gastos com o pessoal	(215,722.70)	(310,430.24)	(526,152.94)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversõ	(2,187.50)	(3,147.85)	(5,335.35)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(2.75)	(3.96)	(6.71)
Outros rendimentos e ganhos	24,082.23	34,654.90	58,737.13
Outros gastos e perdas	(1,234.22)	(1,776.08)	(3,010.30)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	43,824.56	(40,856.11)	2,968.45
Gastos/reversões de depreciação e de amortizaçã	(28,689.48)	(41,284.87)	(69,974.35)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	15,135.08	(82,140.98)	(67,005.90)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(2,773.23)	(3,990.76)	(6,763.99)
Resultado antes de impostos	12,361.85	(86,131.74)	(73,769.89)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	12,361.85	(86,131.74)	(73,769.89)

**CENTRO ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO Nº SRº DA MISERICÓRDIA**

	CAT	TOTAL
Vendas e serviços prestados	11,468.91	11,468.91
Subsídios, doações e legados à exploração	173,977.59	173,977.59
Variação nos inventários da produção	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cc	(7,430.88)	(7,430.88)
Fornecimentos e serviços externos	(55,969.90)	(55,969.90)
Gastos com o pessoal	(234,903.66)	(234,903.66)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversõ	(1,609.66)	(1,609.66)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(2.24)	(2.24)
Outros rendimentos e ganhos	14,588.53	14,588.53
Outros gastos e perdas	(2,809.02)	(2,809.02)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(102,690.33)	(102,690.33)
Gastos/reversões de depreciação e de amortizaçã	(5,977.72)	(5,977.72)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(108,668.05)	(108,668.05)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	(1,695.91)	(1,695.91)
Resultado antes de impostos	(110,363.96)	(110,363.96)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Resultado Líquido do Exercício	(110,363.96)	(110,363.96)

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

	DIC	TOTAL
Vendas e serviços prestados	829.50	829.50
Subsídios, doações e legados à exploração	30,981.17	30,981.17
Variação nos inventários da produção	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cc	(668.57)	(668.57)
Fornecimentos e serviços externos	(9,172.26)	(9,172.26)
Gastos com o pessoal	(56,738.10)	(56,738.10)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversõ	(603.62)	(603.62)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(0.84)	(0.84)
Outros rendimentos e ganhos	6,999.90	6,999.90
Outros gastos e perdas	(37,337.11)	(37,337.11)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(65,709.93)	(65,709.93)
Gastos/reversões de depreciação e de amortizaçã	(3,320.53)	(3,320.53)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(69,030.46)	(69,030.46)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	(635.97)	(635.97)
Resultado antes de impostos	(69,666.43)	(69,666.43)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Resultado Líquido do Exercício	(69,666.43)	(69,666.43)

**OUTRAS ATIVIDADES**

	Lar Residencial Conde das Devesas	Farmácia da Misericórdia	Clinica Fisiatrica	Sector de Obras e Conservação
Vendas e serviços prestados	455,047.92	1,125,281.80	552,582.91	7,778.22
Subsídios, doações e legados à exploração	31,341.78	8,892.19	6,840.14	13,680.29
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	18,905.86
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cc	(35,071.25)	(871,672.55)	(28,501.54)	(1,336.77)
Fornecimentos e serviços externos	(351,720.95)	(53,593.68)	(230,151.55)	(48,694.33)
Gastos com o pessoal	(466,204.54)	(210,822.31)	(327,226.06)	(220,136.40)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversõ	(4,426.57)	(2,615.70)	(2,012.08)	(4,024.16)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(6.15)	(3.63)	(2.79)	(5.59)
Outros rendimentos e ganhos	226,079.37	56,483.16	19,557.90	254,337.19
Outros gastos e perdas	(6,502.21)	(12,903.04)	(6,364.26)	(3,966.45)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(151,462.60)	39,046.24	(15,277.33)	16,537.86
Gastos/reversões de depreciação e de amortizaçã	(65,859.26)	(15,375.16)	(17,706.70)	(12,298.06)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(217,321.86)	23,671.08	(32,984.03)	4,239.80
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(4,664.09)	(3,542.15)	(26,833.60)	(4,239.80)
Resultado antes de impostos	(221,985.95)	20,128.93	(59,817.63)	0.00
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	(221,985.95)	20,128.93	(59,817.63)	0.00



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2011

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedente s Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reserv as legais	Excedentes de revaloriza ção	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	3.588.634,24	-	3.999.425,52	233.660,04	-	-	-	31.608,94	7.853.329,74	-	7.853.329,74
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico				(871.398,01)				2.145.950,69		1.274.552,68		1.274.552,68
Alterações de políticas contabilísticas					(26.276,70)					(26.276,70)		(26.276,70)
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-		-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-		-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-		-
Ajustamentos por impostos diferidos										-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-			-	-	-		-		-
	2	-	-	(871.398,01)	(26.276,70)	-	-	2.145.950,69	-	1.248.275,98	-	1.248.275,98
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								(194.437,12)	(194.437,12)	-	(194.437,12)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								(194.437,12)	1.053.838,86	-	1.053.838,86
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												-
Fundos										-		-
Subsídios, doações e legados				707.245,52						707.245,52		707.245,52
Outras operações					31.608,94				(31.608,94)	-		-
	5	-	-	707.245,52	31.608,94	-	-	-	(31.608,94)	707.245,52	-	707.245,52
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2011	5=1+2+3+4	3.588.634,24	-	3.835.274,03	238.992,28	-	-	2.145.950,69	(194.437,12)	9.614.414,12	-	9.614.414,12



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2012

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	3,588,634.24	-	3,835,274.03	238,992.28	-	-	2,145,950.69	(194,437.12)	9,614,414.12	-	9,614,414.12
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas										-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								(70,309.16)	(70,309.16)		(70,309.16)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7-8								(70,309.16)	(70,309.16)	-	(70,309.16)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações					(194,437.12)			(50,468.06)	194,437.12	(60,468.06)		(60,468.06)
	10	-	-	-	(194,437.12)	-	-	(50,468.06)	194,437.12	(60,468.06)	-	(60,468.06)
POSICÃO NO FIM DO ANO 2012	6+7-8+10	3,588,634.24	-	3,835,274.03	44,555.16	-	-	2,085,482.63	(70,309.16)	9,483,636.90	-	9,483,636.90



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Resultados

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euro

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	PERÍODOS
		2012	2011
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		5,386,815.19	5,553,024.07
Pagamentos de subsídios		-	
Pagamentos de apoios		(150.00)	(1,695.59)
Pagamentos de bolsas		-	
Pagamento a fornecedores		(3,432,280.91)	(4,191,100.96)
Pagamentos ao pessoal		(3,206,533.79)	(3,253,172.17)
Caixa gerada pelas operações		(1,252,149.51)	(1,892,944.65)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	
Outros recebimentos/pagamentos		1,418,690.46	2,703,035.41
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		166,540.95	810,090.76
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(78,432.82)	(522,086.90)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		200.00	21,299.96
Ativos intangíveis		-	
Investimentos financeiros		-	
Outros Ativos		-	
Subsídios ao investimento		-	
Juros e rendimentos similares		-	
Dividendos		235.00	403.89
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(77,997.82)	(500,383.05)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	203,279.41
Realizações de fundos		-	
Cobertura de prejuízos		-	
Doações		-	
Outras operações de financiamento		-	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(819,829.19)	(72,197.02)
Juros e gastos similares		(61,668.45)	(79,089.05)
Dividendos		-	
Reduções do fundo		-	
Outras operações de financiamento		-	
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(881,497.64)	51,993.34
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1,725,836.60	1,364,135.55
Caixa e seus equivalentes no fim do período		932,882.09	1,725,836.60

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” em 26 de junho de 1929, com registo definitivo publicado em Diário da Republica n.º 47, Série III; de 25 de fevereiro de 2003, e tem a sua sede social em Rua Teixeira Lopes n.º 33 em, Vila Nova de Gaia.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 27 de fevereiro de 2013. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).



A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço comparativo a 31 de dezembro de 2011, aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "*Resultados Transitados*".



	31.12.2014 Z				ESTES SÃO OS RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS E AGRUPADOS
	POC	Ajustamentos de conversão para NCRF	Reclassificações de conversão para NCRF	Outros	ESNL
ACTIVO NÃO CORRENTE					
Activos fixos tangíveis	11.293.028,90	(12.100,00)	(36.423,48)	-	11.244.505,42
Terrenos e Recursos Naturais	781.589,54	-	-	-	781.589,54
Edifícios e Outras Construções	9.020.114,41	-	14.788,11	-	9.034.902,52
Equipamento Básico	323.751,58	-	-	-	323.751,58
Equipamento de Transporte	75.318,30	-	-	-	75.318,30
Ferramentas e Utensílios	1.520,33	-	-	-	1.520,33
Equipamento Administrativo	98.426,33	-	-	-	98.426,33
Taras e Vasilhame	-	-	-	-	-
Outras Imobilizações Corpóreas	58.863,71	-	(51.211,59)	-	7.652,12
Investimentos em Curso	933.444,70	(12.100,00)	-	-	921.344,70
Bens do património histórico e cultural	-	-	51.211,59	-	51.211,59
Activos intangíveis	14.176,70	(14.176,70)	-	-	-
Despesas de Instalação	14.176,70	(14.176,70)	-	-	-
Bens Dominio Publico	-	-	-	-	-
Prop. Industrial	-	-	-	-	-
Programas computador	-	-	-	-	-
Outros Activos Intangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos Financeiros	14.887,97	-	-	-	14.887,97
Participações capital	11.927,93	-	-	-	11.927,93
Outros Investimento Financeiros	2.960,04	-	-	-	2.960,04
Propriedades de Investimento	14.788,11	-	(14.788,11)	-	-
Edifícios e Outras Construções	14.788,11	-	(14.788,11)	-	-
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-
	<u>11.336.881,68</u>	<u>(26.276,70)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.310.604,98</u>
ACTIVO CORRENTE					
Inventários	232.843,39	-	-	-	232.843,39
Clientes	391.481,89	-	-	-	391.481,89
Adiantamentos a fornecedores	2.716,00	-	(2.716,00)	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-	-
Fundadores/patrocinadores/doadores/:	-	-	-	24.611,17	24.611,17
Outras contas a receber	27.023,90	-	134.093,66	(24.611,17)	136.506,39
Diferimentos	182.708,53	-	(134.093,66)	-	18.614,87
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	1.725.836,60	-	-	-	1.725.836,60
	<u>2.532.610,31</u>	<u>-</u>	<u>(2.716,00)</u>	<u>-</u>	<u>2.529.894,31</u>
Total do activo	<u>13.869.491,99</u>	<u>(26.276,70)</u>	<u>(2.716,00)</u>	<u>-</u>	<u>13.840.499,29</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
Fundos	3.588.634,24	-	-	-	3.588.634,24
Excedentes técnicos	-	-	-	-	-
Reservas	4.706.672,04	-	(871.398,01)	-	3.835.274,03
Resultados transitados	265.268,98	(26.276,70)	-	-	238.992,28
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	2.145.950,69	-	2.145.950,69
Resultado líquido do período	(194.437,12)	-	-	-	(194.437,12)
Total do capital próprio	<u>8.366.138,14</u>	<u>(26.276,70)</u>	<u>1.274.552,68</u>	<u>-</u>	<u>9.614.414,12</u>
PASSIVO					
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Provisões	25.000,00	-	-	-	25.000,00
Provisões específicas	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	107.782,49	-	325.482,18	-	433.264,67
Outras contas a pagar	321.254,25	-	(273.309,40)	-	47.944,85
	<u>454.036,74</u>	<u>-</u>	<u>52.172,78</u>	<u>-</u>	<u>506.209,52</u>
PASSIVO CORRENTE					
Fornecedores	827.396,75	-	(2.716,00)	-	824.680,75
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	91.837,23	-	-	-	91.837,23
Fundadores/patrocinadores/doadores/:	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	1.144.308,39	-	(325.482,18)	-	818.826,21
Diferimentos	2.978.398,09	-	(1.809.255,95)	-	1.169.142,14
Outras contas a pagar	7.376,65	-	808.012,67	-	815.389,32
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-
	<u>5.049.317,11</u>	<u>-</u>	<u>(1.329.441,46)</u>	<u>-</u>	<u>3.719.875,65</u>
Total do passivo	<u>5.503.353,85</u>	<u>-</u>	<u>(1.277.268,68)</u>	<u>-</u>	<u>4.226.085,17</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>13.869.491,99</u>	<u>(26.276,70)</u>	<u>(2.716,00)</u>	<u>-</u>	<u>13.840.499,29</u>



O efeito na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é detalhado como se segue:

RENDIMENTOS E GASTOS	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011				ESNL
	POC	Ajustamentos de conversão para NCRF	Reclassificações de conversão para NCRF	Outros	
Vendas e serviços prestados	4,321,407.04	-	6,248.65	-	4,327,655.69
Subsídios, doações e legados à exploração	1,904,261.59	-	121,344.04	-	2,025,605.63
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	38,593.14	-	-	-	38,593.14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1,234,736.97)	-	-	-	(1,234,736.97)
Fornecimentos e serviços externos	(2,491,805.45)	-	-	-	(2,491,805.45)
Gastos com o pessoal	(3,865,031.52)	-	-	-	(3,865,031.52)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	(25,481.00)	-	(25,481.00)
Provisões (aumentos/reduções)	(25,481.00)	-	25,481.00	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	451,432.14	-	1,252,782.28	-	1,704,214.42
Outros gastos e perdas	(66,309.33)	-	(128,891.92)	-	(195,201.25)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(967,670.36)	-	1,251,483.05	-	283,812.69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(399,160.76)	-	-	-	(399,160.76)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(1,366,831.12)	-	1,251,483.05	-	(115,348.07)
Juros e rendimentos similares obtidos	1,078,362.54	-	(1,078,362.54)	-	.00
Juros e gastos similares suportados	(79,089.05)	-	-	-	(79,089.05)
Resultados extraordinários	173,120.51	-	(173,120.51)	-	(.00)
Resultado antes de impostos	(194,437.12)	-	-	-	(194,437.12)
Impostos sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	(194,437.12)	-	-	-	(194,437.12)

3. Principais Políticas Contabilísticas

TERCEIRO PERÍODO DE ATIVIDADE E CONTAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição

necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edificações ligeiras	6
Edificações afetas à indústria agropecuária	25
Outros edifícios e construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento e utensílios	4
Equipamento administrativo	6
Equipamento informático	5
Taras e vasilhame	8
Animais produtivos, de trabalho e de reprodução	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto, a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Não tendo sido possível proceder à avaliação e decomposição dos valores dos imóveis que compõe o património afeto ao arrendamento da Santa Casa, mantiveram-se os mesmos em

Ativos Fixos Tangíveis, pelo valor pelo qual constavam da contabilidade, tendo sido este o custo considerado.

Existe, no entanto, uma quantidade significativa de imóveis, descritos no “Livro Branco”, que poderão vir a ser reclassificados para propriedades de investimento.

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a entidade tenha uma influência significativa, os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registradas inicialmente pelo seu custo e a

quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida após a data de aquisição. Os resultados da entidade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição (Goodwill) é mantido no valor do investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo é reconhecido como um rendimento do exercício.

3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros, cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao valor nominal.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

5 Principais Formas Contabilísticas

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo.



Locações

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



31 de dezembro de 2011	Saldo em 01-Jan-2011	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-Dez-2011
Custo						
Terrenos e recursos naturais	781,589.54	-	-	-	-	781,589.54
Edifícios e outras construções	12,939,428.50	8,653.05	-	667,290.81	-	13,615,372.36
Equipamento básico	1,419,692.94	80,686.21	(17,288.23)	95,583.23	-	1,578,674.15
Equipamento de transporte	540,522.09	23,300.01	(144,833.15)	-	-	418,988.95
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	347,709.51	78,276.77	(657.33)	-	-	425,328.95
Investimentos em curso	1,328,646.62	368,010.95	(12,100.00)	(763,212.87)	-	921,344.70
Outros Ativos fixos tangíveis	30,606.80	511.43	-	-	-	31,118.23
Total	17,388,196.00	559,438.42	(174,878.71)	(338.83)	-	17,772,416.88
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(4,307,865.80)	(272,604.04)	-	-	-	(4,580,469.84)
Equipamento básico	(1,196,595.30)	(71,986.18)	13,658.91	-	-	(1,254,922.57)
Equipamento de transporte	(464,720.75)	(23,783.05)	144,833.15	-	-	(343,670.65)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(304,698.39)	(22,843.55)	639.32	-	-	(326,902.62)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(21,036.34)	(909.44)	-	-	-	(21,945.78)
Total	(6,294,916.58)	(392,126.26)	159,131.38	-	-	(6,527,911.46)
TOTAL LIQUIDO 2011						11,244,505.42

31 de dezembro de 2012	Saldo em 01-Jan-2012	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-Dez-2012
Custo						
Terrenos e recursos naturais	781,589.54	-	-	-	-	781,589.54
Edifícios e outras construções	13,615,372.36	-	-	55,809.04	-	13,671,181.40
Equipamento básico	1,578,674.15	3,331.09	(3,505.63)	-	-	1,578,499.61
Equipamento de transporte	418,988.95	20,600.00	(8,786.03)	-	-	430,802.92
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	425,328.95	6,548.66	(1,805.46)	-	-	430,072.15
Investimentos em curso	921,344.70	103,757.24	-	(60,109.59)	-	964,992.35
Outros Ativos fixos tangíveis	31,118.23	-	-	-	-	31,118.23
Total	17,772,416.88	134,236.99	(14,097.12)	(4,300.55)	-	17,888,256.20
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(4,580,469.84)	(283,211.57)	-	-	-	(4,863,681.41)
Equipamento básico	(1,254,922.57)	(83,757.45)	3,268.86	-	-	(1,335,411.16)
Equipamento de transporte	(343,670.65)	(29,476.00)	8,786.03	-	-	(364,360.62)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(326,902.62)	(31,636.93)	1,805.46	-	-	(356,734.09)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(21,945.78)	(685.85)	-	-	-	(22,631.63)
Total	(6,527,911.46)	(428,767.80)	13,860.35	-	-	(6,942,818.91)
TOTAL LIQUIDO 2012						10,945,437.29

**5. Ativos Intangíveis****Outros Ativos Intangíveis**

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2012

	Saldo em 01-Jan- 2012	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-Dez- 2012
Custo						
Programas de Computador	-	1,470.59	-	-	-	1,470.59
Total	-	1,470.59	-	-	-	1,470.59
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	-	(40.80)	-	-	-	(40.80)
Total	-	(40.80)	-	-	-	(40.80)
TOTAL LIQUIDO						1,429.79

6. Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural

No período de 2011 e 2012 ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do patrimônio, histórico, artístico e cultural":

31 de dezembro de 2011

	Saldo em 01-Jan-2011	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2011
Custo						
Bens móveis	48,711.59	2,500.00	-	-	-	51,211.59
Total	48,711.59	2,500.00	-	-	-	51,211.59

31 de dezembro de 2012

	Saldo em 01-Jan-2012	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2012
Custo						
Bens móveis	51,211.59	-	-	-	-	51,211.59
Total	51,211.59	-	-	-	-	51,211.59



7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2012			2011		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	8,818.45	(6,981.26)	1,837.19
Equipamento de transporte	-	-	-	35,000.00	(24,500.00)	10,500.00
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	20,123.29	(13,750.89)	6,372.40
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	63,941.74	(45,232.15)	18,709.59

Os planos de reembolso da dívida discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2012			2011		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	11,559.93	109.50	11,669.43
De um a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	11,559.93	109.50	11,669.43

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Amortização de Capital e Juros suportados:

Descrição	2012			2011		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	-	-	-
De um a cinco anos	37,266.28	5,379.72	42,646.00	12,748.46	2,701.45	15,449.91
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	37,266.28	5,379.72	42,646.00	12,748.46	2,701.45	15,449.91



O valor dos financiamentos obtidos no final de 2011 e 2012 é o seguinte:

Descrição	2012			2011		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	39,129.59	44,135.08	83,264.67	37,266.28	83,264.67	120,530.95
Locações Financeiras	-	-	-	11,559.93	-	11,559.93
Contas caucionadas	200,000.00	150,000.00	350,000.00	770,000.00	350,000.00	1,120,000.00
Total	239,129.59	194,135.08	433,264.67	818,826.21	433,264.67	1,252,090.88

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2011	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-dez-2011
Mercadorias	168,167.48	975,667.13	-	(995,572.70)	148,261.91
Matérias-primas, subs e de cons	76,819.01	246,926.74	-	(239,164.27)	84,581.48
Total	244,986.49	1,222,593.87	-	(1,234,736.97)	232,843.39

Descrição	Inventário em 01-jan-2012	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-dez-2012
Mercadorias	148,261.91	868,993.45	(11,368.62)	(873,641.61)	132,245.13
Matérias-primas, subs e de cons	84,581.48	245,035.50	-	(249,643.86)	79,973.12
Total	232,843.39	1,114,028.95	(11,368.62)	(1,123,285.47)	212,218.25

10. Rédito

Para os períodos de 2012 e 2011 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2012	2011
Vendas	1,164,385.91	1,272,707.79
Prestação de Serviços	3,022,929.38	3,054,947.90
Quotas dos utilizadores	2,433,117.35	2,403,799.23
Quotas e Joias	20,100.22	6,248.65
Invalidez e Reabilitação	566,110.61	641,903.46
Outros Serviços	3,601.20	2,996.56
Sub-Total	4,187,315.29	4,327,655.69
Juros	63,727.14	66,305.42
Total	4,251,042.43	4,393,961.11

**11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Outros ativos e passivos financeiros

Provisões

Nos períodos de 2011 e 2012 ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2011	Aumentos	Diminuições	2012
Processos judiciais em curso	25,000.00	-	12,000.00	13,000.00
Total	25,000.00	-	12,000.00	13,000.00

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Entidade reconheceu os seguintes valores em "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2012	2011
Subsídios do Governo	2,086,985.14	1,954,843.57
Centro Regional Segurança Social	1,957,697.18	1,836,476.39
Instituto Emprego e Formação Profissional	96,213.70	60,689.56
POPH – Formação	25,556.46	57,677.62
Programa PIEF	4,074.44	-
Câmara Municipal vila Nova Gaia	3,443.36	-
Apoios do Governo	-	-
Sub-Total	2,086,985.14	1,954,843.57
Descrição	2012	2011
Subsídios de outras entidades	8,910.09	7,095.64
Doações	139,654.56	63,666.42
Heranças	-	-
Legados	-	-
Sub-Total	148,564.65	70,762.06
TOTAL	2,235,549.79	2,025,605.63

13. Benefícios dos empregados

O número de membros da Mesa Administrativa, nos períodos de 2011 e 2012 foram de 9. De um período para outro verificou-se a saída da Ex.ª Sr.ª Dr.ª Inácia Gloria Barbosa Leão, da Exm.ª Sr.ª Maria Augusta Gomes Ferraz e do Exmo. Sr. Francisco Manuel Martins Almeida Campos, tendo sido substituídos pelos Exmos. Senhores Dr. Delfim Manuel Magalhães Sousa, Jorge Manuel Silva Soares e José Fernando Dias Pereira.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicáveis às IPSS.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2011 foi de 312 e em 31 de dezembro de 2012 foi de 306.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2012	2011
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	3,192,781.33	3,189,211.44
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	2,000.00	1,500.00
Encargos sobre as Remunerações	630,246.83	647,741.64
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	31,082.11	19,429.07
Gastos de Ação Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	33,274.65	7,149.37
Total	3,889,384.92	3,865,031.52

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210 da Lei 110/2009 de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foi de 10.332,00€.

**15. Outras Informações**

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2012 e 2011, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2012	2011
Investimentos noutras empresas	14,756.34	14,887.97
Total	14,756.34	14,887.97

15.2. Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	34,471.48	24,611.17
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	34,471.48	24,611.17
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Total	-	-

15.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2012 e 2011 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2012	2011
Clientes e Utentes c/c	208,593.71	391,481.89
Clientes	152,834.16	284,935.70
Inquilinos	9,885.50	47,891.30
Utentes	45,874.05	58,654.89
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	134,355.77	37,493.24
Clientes	-	-
Inquilinos	82,287.93	16,403.20
Utentes	52,067.84	21,090.04
Perdas por Imparidade acumuladas	(78,241.15)	(37,493.24)
Clientes	-	-
Inquilinos	(55,964.53)	(16,403.20)
Utentes	(22,276.62)	(21,090.04)
Total	264,708.33	391,481.89

15.4. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a seguinte decomposição:

Descrição	2012	2011
Adiantamentos ao pessoal	3,644.85	2,795.00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	46,453.07	38,311.45
Entidades do Sector Publico Administrativo	225,385.21	86,283.74
Programa Pares III	-	15,112.70
Programa CLDS	-	34,000.00
Programa POPH – Formação	155,385.21	37,171.04
Programa PIEF	70,000.00	-
Outros Devedores	13,952.96	9,116.20
Perdas por Imparidade	-	-
Total	289,436.09	136,506.39

**15.5. Diferimentos**

5. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
Gastos a reconhecer		
Seguros	-	18,614.87
Total	-	18,614.87
Rendimentos a reconhecer		
Contratos Vitalícios	812,383.64	934,935.89
Mensalidades a reconhecer em 2013	33,833.55	28,133.75
Fundo Apoio ao Centro Acolhimento	45,000.00	60,000.00
Fundos Utentes	97,200.00	102,600.00
Rendas a reconhecer em 2013	43,874.00	43,472.50
Programa POPH – Formação	141,941.04	-
Programa PIEF	65,925.56	-
Total	1,240,157.79	1,169,142.14

15.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
Caixa	6,720.42	13,373.36
Depósitos à ordem	376,161.67	112,463.24
Depósitos a prazo	550,000.00	1,600,000.00
Outros	-	-
Total	932,882.09	1,725,836.60

15.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2012	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2012
Fundos	3,588,634.24	-	-	3,588,634.24
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	3,835,274.03	-	-	3,835,274.03
Resultados transitados	238,992.28	-	(194,437.12)	44,555.16
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	2,145,950.69	-	(60,468.06)	2,085,482.63
Resultado líquido exercício	(194,437.12)	194,437.12	(70,309.16)	(70,309.16)
Total	9,614,414.12	194,437.12	(325,214.34)	9,483,636.90

**15.8. Fornecedores**

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Fornecedores c/c	621,238.93	824,680.75
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Total	621,238.93	824,680.75

15.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3,977.48	6,907.73
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	17,748.60	17,067.62
Segurança Social	67,027.70	67,861.88
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	88,753.78	91,837.23

15.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2012		2011	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	511,269.85	-	538,758.62
Remunerações a pagar	-	509,406.87	-	538,635.46
Cauções	-	1,862.98	-	123.16
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	-
Guarda Valores Utentes	-	294,455.01		276,630.70
Outros credores	60,774.32	-	47,944.85	-
	-	-	-	-
Total	60,774.32	805,724.86	47,944.85	815,389.32

**15.11. Fornecimentos e serviços externos**

O valor dos financiamentos obtidos em 2012

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foi a seguinte:

Descrição	2012	2011
Subcontratos	857,742.02	907,132.41
Gertal	751,316.95	771,097.55
Clínica Fisiátrica	106,278.45	135,501.08
Outros subcontratos	146.62	533.78
Serviços especializados	999,747.84	974,754.80
Vigilância e Segurança	106,838.42	80,333.38
Honorários Trab Independentes	209,762.83	215,234.08
Conservação e Reparação	404,659.79	404,213.08
Encargos Saúde Utentes	131,488.17	155,250.35
Outros Serviços Especializados	146,998.63	119,723.91
Materiais	26,849.00	40,623.39
Energia e fluidos	465,887.25	432,904.93
Deslocações, estadas e transportes	15,020.93	17,995.89
Serviços diversos	111,378.65	118,394.03
Comunicações	43,579.34	43,203.46
Seguros	22,951.15	20,932.39
Limpeza, higiene e conforto	14,903.08	12,265.70
Outros	29,945.08	41,992.48
Total	2,476,625.69	2,491,805.45

15.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Rendimentos Suplementares	440,309.95	436,837.88
Descontos de pronto pagamento obtidos	26,700.59	55,175.23
Recuperação de dívidas a receber	462.81	51.00
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	970,960.60	955,456.28
Juros de depósitos obtidos	58,832.79	66,305.42
Dividendos obtidos	138.75	168.89
Outros rendimentos similares	4,755.60	1,256.72
Outros rendimentos e ganhos	113,628.18	188,963.00
Total	1,615,789.27	1,704,214.42

**15.13. Outros gastos e perdas**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Impostos	22,649.79	24,922.19
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	11,368.62	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	75.75	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	236.77	18.01
Apoio pecuniário a carenciados	35,773.47	33,392.34
Outros Gastos e Perdas	27,304.68	136,868.71
Total	97,409.08	195,201.25

15.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2012 e 2011 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2012	2011
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(69,846.08)	(66,236.94)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	(492.01)	(12,852.11)
Total	(70,338.09)	(79,089.05)

15.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Mesa Administrativa em 27 de fevereiro de 2013.



Vila Nova de Gaia, 27 de Fevereiro de 2013

OS ÓRGÃOS DIRETIVOS DA ENTIDADE SÃO:

O Técnico Oficial de Contas

Amadeu Domingues

A Mesa Administrativa

João Ribeiro

António Pereira Leite

João Gomes

João Gomes

Acácio da Silva

Manuel António Vilas Boas

João Fernandes da Silva

Adão Antunes da Silva

Intendente



Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia

PARECER DO DEFINITÓRIO DA S.C.M.G.

REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2012

No dia 15 de Março de 2013 reuniu o Definitório para apreciação do Relatório e Contas do Exercício de 2012 da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Do trabalho realizado, o Definitório é de opinião que o Relatório de Actividades e as Contas de Exercício de 2012, devidamente certificadas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, merecem a aprovação da Assembleia Geral, propondo simultaneamente um voto de Louvor à Exma. Mesa Administrativa, pela sua dedicação e trabalho, na pessoa do Exmo. Provedor.

Vila Nova de Gaia, 15 de Março de 2013.

O DEFINITÓRIO,

ANTÓNIO JOSÉ RAMALHO MONTEIRO, DR.

AMÉRICO FERREIRA CAMARINHA

PAULO ALEXANDRE FERNANDES PARDAL, DR.





ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 48
Registada na CMFM com o n.º 1975*

Contribuinte n.º 502 138 394

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de "Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de 12.746.551,25 euros e um total de capital próprio de 9.483.636,90 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 70.309,16 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas e por valência, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de actividades com as demonstrações financeiras.



ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMFM com o n.º 1975*

Contribuinte n.º 502 158 391

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Descrição dos factos que se nos afiguram relevantes e que devem ser considerados na apreciação do Balanço e da Demonstração dos Resultados.

- 7.1 Com a entrada em vigor do regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo, a Instituição deveria ter destacado dos seus activos fixos tangíveis os imóveis destinados a arrendamento e consequentemente mandar proceder à sua avaliação. Tal procedimento não foi adoptado, do que resultou que a totalidade dos imóveis foi mantida em activos fixos tangíveis, e foi considerado o valor que constava da contabilidade (custo histórico). Assim sendo, não foi supletivamente aplicado o preceituado na Norma contabilística e de relato financeiro 11 – Propriedades de Investimento.

Embora sem poder quantificar os efeitos que resultariam da avaliação, quer no acréscimo de património quer no aumento de depreciações, é nosso entender que daí não decorreria a necessidade de reconhecer qualquer imparidade, antes pelo contrário, daria lugar a um acréscimo do valor do património líquido.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da situação descrita no ponto 7 (Reserva) acima podem implicar, as demonstrações financeiras referidas apresentam, quanto ao mais, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de "Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia" em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo, aplicável em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Actividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Vila Nova de Gaia, 14 de Março de 2013

António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada por António Monteiro de Magalhães
R.O.C. nº 179